

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

**ANNA CAROLINA PESSOA DE AQUINO ANDRADE**

**O IDEÁRIO PATRIARCAL-CONSERVADOR E SUA INFLUÊNCIA NA  
CAMPANHA E NO RESULTADO ELEITORAL DE 2020: OS CASOS DO RECIFE  
E DE PORTO ALEGRE**

**RECIFE**  
**2022**

**ANNA CAROLINA PESSOA DE AQUINO ANDRADE**

**O IDEÁRIO PATRIARCAL-CONSERVADOR E SUA INFLUÊNCIA NA  
CAMPANHA E NO RESULTADO ELEITORAL DE 2020: OS CASOS DO RECIFE  
E DE PORTO ALEGRE**

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Programa de Pós-Graduação em  
Direitos Humanos da Universidade  
Federal de Pernambuco como parte do  
requisito para aprovação.

Área de concentração: Direitos  
Humanos e Sociedade

ORIENTADORA: Dra. Bernadete Perez Coelho

**RECIFE  
2022**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Lillian Lima de Siqueira Melo – CRB-4/1425

- A553i Andrade, Ana Carolina Pessoa de  
O ideário patriarcal-conservador e sua influência na campanha e no resultado eleitoral de 2020: os casos do Recife e de Porto Alegre/ Ana Carolina Pessoa de Andrade. Recife, 2022.  
100f.  
Sob a orientação de: Bernadete Perez Coelho.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, 2022.
- Inclui referências.
1. Direitos Humanos. 2. Ideário patriarcal-conservador. 3. Eleições 2020 - Recife. 4. Eleições 2020 - Porto Alegre 5. Violência política de gênero I. Coelho, Bernadete Perez (Orientação). II. Título.
- 341.48 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2022-82)

ANNA CAROLINA PESSOA DE AQUINO ANDRADE

**O IDEÁRIO PATRIARCAL-CONSERVADOR E SUA INFLUÊNCIA NA  
CAMPANHA E NO RESULTADO ELEITORAL DE 2020: OS CASOS DO RECIFE E  
DE PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Direitos Humanos. Área de concentração: Direitos Humanos e Sociedade.

Aprovado em: 15/03/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Bernadete Perez Coêlho (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria José de Matos Luna (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof. Dr. Michel Zaidan Filho (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

RECIFE, 2022

## AGRADECIMENTOS

De acordo com o poeta Augusto Branco, a gratidão não custa nada e tem um valor imenso. Sendo assim, ao findar esta Dissertação de Mestrado, alguns agradecimentos são imperiosos:

Agradeço a Deus, porque me possibilitou, através dessa jornada, a adquirir novos conhecimentos e a conhecer novas pessoas. Muito embora, durante o estudo, haja críticas ao conservadorismo religioso, entendo, pessoalmente, que a fé é um combustível poderoso para o ser humano, permitindo-lhe transcender realidades;

Agradeço à minha família e, em especial, agradeço à minha mãe, Rute Aquino, que sempre esteve comigo nos bons e, sobretudo, nos maus momentos, nunca deixando de ser uma incentivadora das minhas buscas e dos meus sonhos;

Agradeço à minha orientadora, Dra. Bernadete Perez, que teve papel fundamental no desenvolvimento desta pesquisa em todos os seus aspectos, priorizando o diálogo e o entendimento sempre dando atenção às dúvidas e angústias da caminhada;

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos pela oportunidade de desenvolver um estudo pelo qual tenho muito interesse e que me foi possível agora concluir por meio de um curso interdisciplinar e tão necessário ao campo de conhecimento;

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Pernambuco, de onde venho da graduação em Direito e agora me permite finalizar este trabalho, durante uma pandemia, com todas as peculiaridades e desafios impostos.

## RESUMO

Trata-se de dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco que buscou analisar a presença do ideário patriarcal-conservador e da violência de gênero, utilizando como casos as campanhas municipais do Recife/PE e de Porto Alegre em 2020. Buscou ainda analisar a relação causa-efeito sobre como os episódios de violência política de gênero podem ter influenciado as derrotas das candidatas. Pesquisa de base qualitativa, utilizando estudo de caso e diferentes técnicas de coleta de dados, com triangulação de métodos, onde foram utilizadas as entrevistas compreensivas, análise documental e observação da pesquisadora. O plano analítico utilizou categorias de análise a partir dos objetivos propostos e ideias fortes para responder às questões da pesquisa, em sucessivas aproximações da realidade. As evidências revelam que as derrotas das candidatas nos casos propostos para estudo, foi marcada pela violência de gênero e pelo conservadorismo de costumes, com muita tolerância por parte da sociedade às agressões sofridas pelas mulheres disputantes aos cargos das Prefeituras Municipais, levando a crer que há uma desvantagem presente e ancorada nos elementos ideológicos citados. Ainda, são evidenciados os elementos que caracterizam o ideário patriarcal-conservador nos dois casos, com forte influência no resultado eleitoral final nas eleições majoritárias. Entendemos que a paridade de gênero só será possível à medida em que, na política, as mulheres sejam tratadas de forma republicana, em que o debate de ideias seja sempre o tema central e não sua aparência física ou sua religião. Como pesquisadora, há a implicação da mulher com o tema com finalidade de tratá-lo cientificamente e com a seriedade necessária à discussão acadêmica.

**Palavras-chave:** ideário patriarcal-conservador; eleições; Recife; Porto Alegre; violência política de gênero.

## ABSTRACT

This is a master's thesis presented to the Graduate Program in Human Rights of the Federal University of Pernambuco, which sought to analyze the presence of patriarchal-conservative ideas and gender violence, using as cases the municipal campaigns of Recife/PE and Porto Alegre in 2020. It also sought to analyze the cause-effect relationship on how episodes of political gender violence may have influenced the candidates' defeats. Qualitative research, using case studies and different data collection techniques, with triangulation of methods, where comprehensive interviews, document analysis and researcher observation were used. The analytical plan used categories of analysis based on the proposed objectives and strong ideas to answer the research questions, in successive approximations of reality. The evidence reveals that the defeats of the candidates in the cases proposed for study were marked by gender violence and by the conservatism of customs, with a lot of tolerance on the part of society to the aggressions suffered by women contestants for the positions of Municipal Governments, leading to believe that there is a disadvantage present and anchored in the ideological elements. Also, the elements that characterize the patriarchal-conservative ideology are highlighted in both cases, with a strong influence on the final electoral result in the majority elections. We understand that gender parity will only be possible to the extent that, in politics, women are treated in a republican way, in which the debate of ideas is always the central theme and not their physical appearance or their religion. As a researcher, there is the involvement of women with the subject to treat it scientifically and with the seriousness necessary for academic discussion.

**Keywords:** patriarchal-conservative ideology; elections; Recife; Porto Alegre; political gender violence.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>O IDEÁRIO PATRIARCAL-CONSERVADOR: CONCEITOS E EXPRESSÕES NA SOCIEDADE ATUAL.....</b>	<b>10</b>
<b>3</b>	<b>PÂNICOS MORAIS: O PERCURSO DO NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL (DE 2013 AO GOVERNO JAIR BOLSONARO) .....</b>	<b>22</b>
<b>4</b>	<b>O AUTORITARISMO BRASILEIRO E A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO .....</b>	<b>31</b>
<b>5</b>	<b>RECIFE E PORTO ALEGRE: CORONEIS OU CAUDILHOS, AS MULHERES COMO VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO.....</b>	<b>41</b>
<b>6</b>	<b>METODOLOGIA UTILIZADA E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>47</b>
<b>6.1</b>	<b>GESTÃO DA PESQUISA DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19.....</b>	<b>53</b>
<b>7</b>	<b>RESULTADO DAS ENTREVISTAS.....</b>	<b>56</b>
<b>8</b>	<b>MARÍLIA ARRAES X JOÃO CAMPOS – O CASO DO RECIFE/PE: PARENTE É SERPENTE?.....</b>	<b>71</b>
<b>9</b>	<b>MANUELA D’ÁVILA E AS AGRESSÕES DE GÊNERO – O CASO DE PORTO ALEGRE/RS EM 2020.....</b>	<b>78</b>
<b>10</b>	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>84</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>87</b>
	<b>ANEXO A- PANFLETOS E IMAGENS UTILIZADAS NA ANÁLISE METODOLÓGICA.....</b>	<b>94</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em 22/11/2020, é determinada judicialmente a retirada do ar de uma das propagandas, da coligação do então candidato João Campos que dizia que a petista Marília Arraes, sua adversária em segundo turno pela Prefeitura do Recife, em 2020, era contra o Prouni municipal e contra a bíblia, discursos esses endossados pelo candidato do PSB em debates na Rádio Jornal e na TV Clube. Da mesma forma, panfletos apócrifos com teor semelhante, entregues com material de campanha do PSB, também foram proibidos de ser distribuídos pela Frente Popular.<sup>1</sup>

Em Porto Alegre, em 09 de novembro de 2020, a Justiça também determinou a retirada de 529.075 compartilhamentos de notícias falsas contra a candidata do PC do B à Prefeitura de Porto Alegre, grande parte com ofensas de conteúdo machista e conservador, inclusive questionadores de sua inteligência e discernimento.<sup>2</sup>

As duas situações, especialmente, guardam mais aspectos em comum do que se pode pensar, daí se encontrarem em estudo de caso, uma vez que a forma como ocorreram as derrotas possui a mesma raiz ideológica: a Violência Política de Gênero. Pautados por um ideário patriarcal-conservador, as agressões sofridas por mulheres candidatas ou eleitas possuem conteúdo machista e de orientação conservadora, cuja finalidade, ainda que não explícita, é, através de desqualificação física, sexual e moral, manter o status quo que garantem privilégios dos homens e a perpetuar a desigualdade de gênero na política.<sup>3</sup>

Esse ideário, portanto, permeado de papéis sociais estabelecidos socialmente, produzem os estereótipos de gênero que dão a base para o arsenal de ofensas contra mulheres que se colocam na trincheira de disputas políticas e atingem, especialmente, aquelas que fazem parte de partidos de esquerda, com ideais progressistas e inclusivos, o que torna a verificação desse ideário ainda mais relevante para a análise dessas duas campanhas municipais derrotadas em segundo turno que chamaram atenção pela forma como ocorreram, ancoradas por adversários homens que se cercaram desses mecanismos para reforçar preconceitos diversos contra as mulheres citadas.

---

<sup>1</sup> BRASIL, 2020. Marília Arraes ganha na Justiça direito de resposta sobre propaganda de João Campos que foi retirada do ar <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/eleicoes/2020/noticia/2020/11/26/marilia-arraes-ganha-na-justica-direito-de-resposta-sobre-propaganda-de-joao-campos-que-foi-retirada-do-ar.ghtml>. Acesso em 03 de abril de 2021.

<sup>2</sup> BRASIL, 2020. O ataque contra as mulheres. <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/24/o-ataque-contra-as-mulheres>. Acesso em 03 de abril de 2021.

<sup>3</sup> BRASIL, 2020. O ataque contra as mulheres. Coluna de Ayrton Centeno. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/24/o-ataque-contra-as-mulheres>. Acesso em 03 de abril de 2021.

Embora se saiba que a violência é um conceito complexo e de difícil compreensão, sabe-se que a violência de gênero na política está correlacionada com as formas de violência a que estão sujeitas as mulheres na sociedade como um todo e que, de acordo com a Lei Modelo Interamericana sobre Violência Política contra as mulheres está definida como qualquer ação, conduta ou omissão realizada de forma direta ou através de terceiros que, baseada em seu gênero, cause dano ou sofrimento a uma ou a várias mulheres e cujo objetivo ou resultado seja prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos políticos.

É muito verificável a presença desses elementos de violência de gênero no âmbito político, o que se pretende, além de identificar, nos estudos de caso propostos, verificar os temas de misoginia e preconceitos contra a mulher, além de compreender como a desigualdade de gênero contribuiu para as derrotas das candidatas objeto de análise. Por fim, descrever o ideário patriarcal-conservador é o caminho que busca clarificar como esses elementos de violência se externam e ainda se fazem presentes em contextos políticos atuais contra a mulher.

Apresenta-se como questão principal que foi respondida: Qual a influência do ideário patriarcal e conservador na campanha e no resultado de pleitos de mulheres a cargos políticos utilizando como caso Recife e Porto Alegre? Por consequência, a seguinte hipótese que foi defendida é a de que quanto mais presentes dispositivos de gênero e de cunho conservador em uma campanha política contra uma adversária mulher mais associados esses ideários podem estar ao resultado do pleito eleitoral.

A partir disso, o objetivo geral que foi identificar a influência do ideário patriarcal e conservador na campanha e no resultado de pleitos de mulheres a cargos políticos utilizando como casos Recife e Porto Alegre em 2020 foi respondido e, mais especificamente, foram verificados os temas da violência, misoginia e preconceitos contra a mulher enquanto candidata a cargos políticos, além de termos compreendido como a desigualdade de gênero influenciou a escolha de voto no 2º turno das eleições municipais de 2020 no Recife e em Porto Alegre, tendo, ainda, sido descritos os ideários patriarcal e conservador nos casos escolhidos.

Consideramos o tema como central para o debate da sub-representação da mulher na política, bem como próximo da realidade de todas as mulheres brasileiras, as quais sofrem, cotidianamente, com a violência de gênero em diversas áreas e veem, na esfera política, agressões que reverberam de forma ostensiva. Aprofundar o estudo sobre a violência política de gênero. Para isso, foi necessário identificar para compreender os dispositivos de gênero que atuam e atuaram, nos casos em análise, nos discursos dos opositores contra as campanhas das duas mulheres candidatas nas campanhas do Recife/PE e de Porto Alegre/RS.

A dissertação se dedicará, no Capítulo I, a analisar o Ideário Patriarcal-Conservador em seus conceitos e expressões na sociedade atual; no Capítulo II, pretende-se fazer um estudo sobre os pânicos morais e o percurso do neoconservadorismo no Brasil (de 2013 aos dias atuais); no Capítulo III, o foco será a violência política de gênero com ênfase nas raízes do autoritarismo brasileiro; Após isso, adentrou-se nas semelhanças entre os casos dos municípios do Recife e de Porto Alegre e as marcações de gênero e de conservadorismo (neo) comuns às duas candidatas. No capítulo IV, por sua vez, foi explicada a metodologia utilizada, trazendo as justificativas da escolha por cada uma, bem como apontados os materiais usados e como se deu a gestão da pesquisa na pandemia, tratando um pouco de como ser mulher pesquisadora na pandemia gerou percalços a muitas. A seguir, serão descritas e já analisadas, dentro da metodologia eleita, as falas das pessoas entrevistadas. Nos dois capítulos posteriores ao capítulo dedicado ao resultado das entrevistas, foi analisado o caso do Recife/PE, especialmente discorrendo sobre as agressões sofridas pela candidata Marília Arraes, do PT, a partir do segundo turno, por parte do candidato do PSB/PE, João Campos; ao passo que, no capítulo seguinte, foram verificados os elementos do ideário patriarcal e conservador nas eleições para a Prefeitura de Porto Alegre/RS, que influenciaram a derrota da candidata Manuela D'Ávila, do PC do B, para Sebastião Melo, do MDB.

Como resultados, após análise do material colhido, o presente estudo apresentou, após a compreensão da fala dos entrevistados e entrevistadas, a presença de discurso de ódio contra as mulheres candidatas analisadas, além de um forte marcador de misoginia e apelo a elementos familiares (remetendo ao clã e ao poder do patriarca), além de uso reiterado de aspectos religiosos, com centralidade para a Bíblia, para uma imagem heteronormativa padronizada (especialmente da mulher), com forte demanda para a satisfação da expectativa de setores de Igrejas a um tipo de gestão desejada.

## **2 O IDEÁRIO PATRIARCAL-CONSERVADOR: CONCEITOS E EXPRESSÕES NA SOCIEDADE ATUAL**

A luta das mulheres, não no aspecto numérico, mas social e político, foi pelo acesso aos direitos individuais e políticos prometidos pelo liberalismo e pela democracia. Desde Mary Wollstonecraft às sufragistas, movimento inglês do século XIX pelo direito de votar para as mulheres, há uma bandeira na luta feminista pelo acesso a direitos que lhe eram negados e que continuam ofuscados ainda hoje (MIGUEL, 2000), cujas pautas eram diversas.

Na Carta das Nações Unidas, de 1945, é direito fundamental a igualdade de gênero e, de acordo com a Organização das Nações Unidas, a representatividade é uma pauta a ser enfrentada (ONU, 2018).

Os prejuízos trazidos pela limitação da mulher à vida doméstica, além da proibição do acesso das mulheres a direitos básicos, em especial à educação formal, situação que fazia delas seres dependentes dos homens, submetidas a pais, maridos ou irmãos, foram objeto de denúncia por Wollstonecraft, em resposta à Constituição Francesa de 1791, em livro publicado em 1792 (MORAES apud WOLLSTONECRAFT, 2016).

Contemporânea de Wollstonecraft, Olympe de Gouges (1748-1793) também merece destaque, tendo-se alimentado do legado iluminista e, ao mesmo tempo, enriquecido-o. Ambas foram contestadoras do discurso dominante, no qual se apoiava a subordinação da mulher ao homem como um dado da natureza (MORAES apud WOLLSTONECRAFT, 2016).

No Brasil, cita-se Dionísia Pinto Lisboa (1810-1885), conhecida como Nísia Floresta, como uma das primeiras feministas, com uma trajetória que ajuda a entender os limites da democracia brasileira e a dificuldade que os movimentos sociais aqui enfrentam, devendo-se mencionar, a título de exemplo, que, na Primeira República, só votavam os homens alfabetizados com renda suficiente e, como se não fosse o bastante, havia apenas um único partido, que era o republicano (MORAES apud WOLLSTONECRAFT, 2016).

Assim como ocorreu em outros países, também no Brasil, a luta pelo voto feminino foi longa e árdua, gerando críticas e uma aversão às reivindicações das mulheres, inclusive pelas próprias mulheres, que não tinham pretensão emancipatória e não queriam que outras obtivessem a emancipação política, de modo que a obrigatoriedade plena do voto para as mulheres só foi conseguida com a Constituição de 1946, tendo sido uma conquista feminina e não apenas uma concessão masculina (BESTER, 1996).

No que tange ao tema, segundo afirma Kirkwood (1986), o patriarcado universal também afeta os partidos políticos, sendo o patriarcado, para Costa (1998), a organização sexual hierárquica da sociedade, tão necessária para o próprio domínio político. Para Weber (1964), patriarcalismo é a situação que, dentro de uma associação, boa parte das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida, normalmente, por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas.

A luta pelo voto da mulher é hoje uma luta que se define pela busca de mais participação da mulher em cargos políticos e essa luta, a despeito de medidas como determinação de cotas de candidaturas, enfrenta, em seu bojo, ideários bem firmados na sociedade. O ideário patriarcal, então, fornece a base para a manutenção de desigualdades em diversos aspectos e

não seria diferente com a participação da mulher na política enquanto candidata. Aliado a esse, há o conservadorismo da sociedade, adicionado ao neoconservadorismo cristão que, recentemente, deram o tom em algumas campanhas municipais de 2020, no Brasil, particularmente no Recife e em Porto Alegre, envolvendo as postulantes às respectivas prefeituras, Marília Arraes (PT) e Manuela D'Ávila (PC do B).

Nesse aspecto, não apenas a baixa representatividade das mulheres, chamou atenção pequeno percentual eleito, mas, sobretudo, a maneira como se deram as derrotas das candidatas citadas acima, vítimas de ataques machistas e de cunho conservador, o que não se observa, comumente, com homens que disputam pleitos políticos.

No Recife, a candidata do PT foi atacada por uma série de falácias, especialmente no segundo turno, quando enfrentou o candidato governista (PSB), João Campos, a exemplo dos panfletos apócrifos com pautas supostamente defendidas pela candidata e que seriam contrárias aos preceitos defendidos pelos cristãos/evangélicos no geral. Vendo-se em desvantagem no início das pesquisas para o segundo turno, o candidato do PSB acusou Marília Arraes de ser contra a Bíblia, em sua propaganda de TV, reforçando o teor dos panfletos supramencionados (BRASIL, 2020).

Em Porto Alegre, já acostumada a esse tipo de ataque, Manuela D'Ávila encarou o tom de outra campanha fortemente influenciada pelos ideários patriarcal e conservador, com aspectos do neoconservadorismo cristão-evangélico do Brasil, sofrendo ataques com conteúdos machistas e que buscavam desqualificar o papel da mulher na política. No segundo turno em disputa contra Sebastião Melo (MDB), Manuela viu seu adversário aglutinar os setores conservadores da cidade (BRASIL, 2020), mas, ainda no primeiro turno, foi continuamente atacada por Rodrigo Maroni, candidato do PROS, com os termos de “patricinha mimada”, “traidora” e “sonsa”. O então candidato, curiosamente, é ex-namorado de Manuela D'Ávila.

Por gênero, entende-se a prévia estipulação cultural de papel do homem e da mulher, o qual muda conforme a sociedade e o tempo. Esse papel começa a ser construído desde que, na barriga da mãe, a família, de acordo à expectativa, começa a preparar o enxoval tomando-se o sexo por base. Dessa forma, cor de rosa para as meninas e azul para os meninos. Ao nascer, após a identificação do sexo, a criança começará a receber mensagens sobre o que a sociedade espera a partir do pressuposto tomando (SANTANA; BENEVENTO, 2013).

Para Saffioti (1992), a construção de gênero pode ser compreendida como um processo infinito de modelagem-conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama das relações sociais entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens. Assim, o número relevantemente pequeno de mulheres dentre os representantes do povo é um sinal não apenas

das relações de força que pesam sobre esse grupo, mas de caráter excludente do sistema político (VARIKAS, 1996).

Nessa esteira, percebe-se que a restrita categorização de papéis sociais dá origem à relação de opressão. A natureza da mulher é passível de ser perdida, deve haver, constantemente a sua vigilância, pois a perda da feminilidade ou da masculinidade é uma ameaça intermitente, de modo que, para que isso não ocorra, há regras que devem ser acatadas desde infância, nos tipos de brincadeiras, nos modos, próprio de ser meninos e meninas (SANTANA; BENEVENTO, 2013).

Para Carloto (2001), as atividades masculinas produtoras da existência humana estão imbricadas em espaços distintos das femininas, que resultam em duas esferas: esfera de sobrevivência (doméstica); esfera de transcendência (pública), de modo que cada uma constitui o espaço social de um dos gêneros, sendo a esfera doméstica o espaço próprio do gênero feminino e a esfera pública própria do gênero masculino.

Um fato, contudo, chama atenção dentro da desigualdade de gênero na política: Mulheres, por serem mulheres, e aqui se faz o recorte essencial de gênero, enfrentam um obstáculo primário – e pouco explorado nas soluções – ao concorrerem a cargos políticos. Nesse sentido, quanto mais próximas de chegarem a uma vitória, mais serão contestadas em seus atributos de gênero, pessoais, físicos e morais, do que propriamente suas capacidades como gestoras, inclusive associando político ao afeto e o afeto entendido como uma forma de desqualificá-las (BRASIL, 2020).

Esse tipo de ideário acaba dando o tom na forma como a população encara a igualdade de gênero, notadamente quando o enfoque é o âmbito político, tendo em vista a perpetuação de valores tradicionais que restringem a mulher ao espaço privado (BOHN, 2008). É verificável que a baixa representação política das mulheres nas instâncias de poder e decisão é fruto de uma série de fatores culturais e políticos. E, diferentemente de outras sub-representações, essa é uma que afeta sobremaneira a sociedade.

A partir da definição de gênero, passa-se a definir o patriarcado. Nesse aspecto, podemos começar a fazê-lo afirmando que se dá a partir de um modelo tradicional de homem (sexo masculino), vigente por milênios e cultivado por instituições e estereótipos, ainda que se possa afirmar suas idiosincrasias e obsolescência (JABLONKA, 2021). E por que falar nos homens quando o foco do tema de estudo são mulheres? Ora, na defesa do sociólogo Jablonka (2021), é necessário revolucionar o masculino, definir uma moral para que os direitos das mulheres venham a ser respeitados.

A universalidade da dominação masculina, em toda parte, exclui mulheres do exercício do conjunto de poderes morais, políticos e econômicos, de maneira que a vida social é codificada a partir dessa dinâmica (JABLONKA, 2021). O surgimento do patriarcado vem de uma interpretação de corpos, atribuindo às mulheres funções prévias, passado a sua biologia a ser seu destino. Como afirmou Jablonka (2021), a mulher não tem ventre, ela é um ventre.

Essa forma de dispor a sociedade explica a dominação masculina, que se apropriou da escrita, no quarto milênio; do Estado no terceiro milênio; de armas, no segundo milênio e, por fim, da religião no primeiro milênio - o monoteísmo, por exemplo, é completamente estruturado pelo viés masculino (JABLONKA, 2021).

Interessante citar, contextualizando o cenário de uma das candidatas, o coronelismo no Nordeste, muito embora a literatura no assunto sugira que o fenômeno ocorria de forma articulada com a política nacional. Nas raízes coronelistas, no ideário do coronel, inclusive retratado em obras de ficção, o chefe do sistema social (e político) é o homem “macho”, não sendo considerados os direitos e sentimentos das mulheres, submetidas aos padrões pela pobreza e pela condição feminina, tida pelos coronéis como inferior (GALVÃO, 2012).

A candidata Marília Arraes (PT), ainda que parte de uma família tradicional do Nordeste, presente no patronímico do avô, político famoso, Miguel Arraes, ao concorrer com o primo João Campos, também não foi poupada das práticas (neo) coronelistas por parte de seu antigo partido, o PSB, vendo-se acuada por uma campanha política que fez uso de uma das piores campanhas que o Recife já assistiu, o que foi chamado de “familismo moral”, segundo o analista político Michel Zaidan Filho, professor titular do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (BRASIL, 2020).

Em uma sociedade que se estrutura pela dominação masculina, a posição das mulheres não é apenas diferente das dos homens, mas, sobretudo, marcada pela subalternidade (BIROLI; MIGUEL, 2014). As mulheres, portanto, estão mais vulneráveis à violência, seja de que tipo for, bem como à humilhação. Por outro lado, o conservadorismo e, em especial destaque, o neoconservadorismo religioso, marcado por supostos “valores familiares” estão presentes no cenário nacional como um todo. A esse respeito:

Em republicanismo (1997), o filósofo irlandês Philip Pettit afirma que as instituições devem maximizar a liberdade dos indivíduos, isto é, protegê-los de todas as formas de dominação. O problema é que os homens que dirigem os Estados, as regiões, as cidades, os Exércitos e as Igrejas costumam ser encarnação do patriarcado. O ideal de não dominação precisa ser transposto para o domínio do gênero, portanto (JABLONKA, 2021, p.275).

Nesse sentido, a busca pela igualdade de gênero e pelos direitos sexuais reprodutivos, especialmente encampados por mulheres progressistas e de esquerda, despertou uma luta por uma suposta moral sexual cristã por parte do neoconservadorismo religioso numa cruzada contra a “ideologia de gênero” e concepções morais unitárias (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020).

Segundo Flávia Biroli, em entrevista à Folha de São Paulo, em 2020, os avanços das mulheres com cotas eleitorais têm gerado reações conservadoras de grupos que buscam naturalizar – e formar uma agenda conservadora - as diferenças históricas com papéis delegados à esfera privada para a mulher e aos homens para a esfera pública, causando o efeito do teto de vidro (BRASIL, 2020).

Dentre os fatores culturais para essa baixa representatividade política podem ser citados o pouco capital político das mulheres, a ideia que dissocia as mulheres do poder, além da divisão sexual do trabalho, que identifica a mulher ao espaço privado, bem como a fraqueza dos aparatos públicos, o preconceito dos meios de comunicação e o sexismo das instituições e a Violência Política de Gênero, ao passo que, dentre os fatores técnicos, há o próprio sistema eleitoral que não é favorável à participação das mulheres. (VERDADE; D’ARAÚJO, 2013).

Não se pode negar, a partir das experiências na democracia nacional, à primeira vista, que as mulheres candidatas a cargos eletivos têm de enfrentar o estereótipo que coloca os homens nos cargos de liderança política, reservando às mulheres o trato dos problemas domésticos e que tal situação se ancora em ideário patriarcal/conservador (e neoconservador) existente, de modo que os homens têm mantido o protagonismo na construção do que seja a política, do que faz um político e de qual a agenda para uma eleição, de modo que é patente a presença de um discurso ‘masculino’ sobre as mulheres que vem sendo construído e perpetuado, enquanto que os homens são, comumente, preservados de marcas discriminatórias (FINAMORE; CARVALHO, 2006), citando-se, com isso, o chamado Glass Ceiling Effect ou Efeito do teto de vidro, impedindo-se, assim, por meio do ideário, a ascensão de mulheres a cargos de poder (CRAMPTON; MISHRA, 1999).

O que se percebe é que esse ideário patriarcal pode ser definido como uma ideologia machista que domina a sociedade, formando o sistema patriarcal. Diz-se que muitos homens sequer teriam noção de que é uma ideologia, mesmo sendo por ela beneficiados (SAFFIOTI, 2015). E essa ideologia parece parte de um projeto maior, de uma ideologia maior, pode-se dizer, que é a conservadora. Tal projeto conservador pretende-se efetivar a partir de um movimento contrário ao desenvolvimento das capacidades humanas e da diversidade.

Nesse sentido, a desigualdade entre os gêneros impõe às mulheres, a partir do patriarcado, é reforçada pelo capitalismo e, sobretudo, é funcional ao conservadorismo, que acaba sendo mais útil à classe dominante (OLIVEIRA, 2018). Esses ideários, patriarcal e conservador, unem-se como uma espécie de imã, amputando as mulheres do desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder (SAFFIOTI, 2015). Em consequência, manifestam-se, como produtos desses ideários, o machismo e os diversos tipos de violências que se instrumentalizam a partir de um comportamento orientado a subjugar as mulheres.

O neoconservadorismo, que pode ser o conservadorismo em seus matizes atuais, embora não se restrinja a atores religiosos, possui, na religião, um apelo cristão que tem por finalidade regular a vida social, a partir de uma perspectiva moral. É certo que isso impacta os debates públicos e contamina as mais diversas áreas sociais e políticas. (BIROLI; CAMPOS MACHADO; VAGGIONI, 2020). Veremos melhor acerca disso no próximo capítulo, todavia.

Considera-se que o gênero, nesse cenário, se transformou em uma nova clivagem política e eleitoral, muito embora a noção de gênero venha sendo discutida no meio acadêmico desde os anos 1980 (BIROLI; CAMPOS MACHADO; VAGGIONI, 2020). Nesse sentido, enquanto o conservadorismo religioso movimentava um movimento em ataque a uma chamada “ideologia de gênero”, acadêmicos e acadêmicas, em contrapartida, buscavam trazer esclarecimento acerca do termo, com destaque para a autora Judith Butler que, na obra *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity* (1990), em que se questiona o próprio binarismo e a ideia de um fundamento natural, de ordem sexual, que possa se contrapor à construção cultural dos papéis sociais, visto que a categoria sexo, em si, já é generificada (BUTLER, 1990).

Não por acaso, o tema gênero e suas deturpações, como é o caso de um conceito inexistente no campo, mas usado comumente por desconhecedores, tornou-se pautas de políticos oportunistas, os quais buscam angariar votos de uma fatia conservadora, especialmente no meio religioso, com destaque para os evangélicos. A essa pauta, soma-se o patrulhamento da reprodução e da sexualidade, com foco na família heteronormativa como instituição a ser protegida e preservada, excluindo-se outras entidades familiares que não se adequam ao modelo conservador.

Não se pode negar a autonomia reprodutiva e que direitos sexuais deslocam sentidos e hierarquias que mantêm a ordem patriarcal, de modo que, para os atores do conservadorismo, é essencial a manutenção de uma natureza sexual de ordem divina, com papéis que prevaleçam nas dinâmicas sociais (BIROLI; CAMPOS MACHADO; VAGGIONI, 2020).

Permitir a presença de mulheres que questionem essa suposta ordem natural e/ou divina é permitir que essa ordem patriarcal seja deslocada, garantindo-se direitos que ameaçariam os conservadores. O que parece ser certo, contudo, é que a presença de mulheres como sujeitos políticos e nas instâncias decisórias poderia abrir caminho para pautas progressistas que são rechaçadas pelo status quo que ainda tem muito poder na sociedade, daí a necessidade de se controlar, também, o perfil da mulher que seja mais bem aceita em cargos políticos, normalmente comandadas por um clã político específico (com controle das propostas) ou por uma figura masculina como líder.

O neoconservadorismo, figura central neste debate, se situa, ainda, em um debate muito amplo, mas se pode afirmar que a agenda contra o gênero é um carro-chefe de muita relevância, de modo que essa noção se prende à de conservadorismo, sendo afirmada, por alguns autores, como posicional, quando ideologias e iniciativas conservadoras se juntam para defender o espaço de iniciativas de segmentos sociais minoritários que tendem a desafiar a ordem estabelecida (BIROLI; CAMPOS MACHADO; VAGGIONI, 2020).

A melhor definição, todavia, para neoconservadorismo seria a de ser uma racionalidade política que se expressa em uma forte regulação da moralidade social (BROWN, 2006), sendo aqui o encontro das águas entre o conservadorismo e o patriarcado, a nosso sentir, os quais desaguarão em espaços delimitados para o gênero masculino e onde todos os artifícios se permitirão ser usados para que as mulheres não os ocupem, conforme será visto ao longo deste estudo com foco nos casos das campanhas políticas estudadas.

Para além de operar aliança entre diversos setores da sociedade e da juridificação da moralidade, permite-se afirmar que o neoconservadorismo opera em contextos democráticos, sendo esta sua terceira dimensão (uma quarta teria como foco a parceria com o neoliberalismo), em que se inserem os atores do conservadorismo, especialmente os religiosos que operam no âmbito estatal e influenciam o sistema partidário de muitas maneiras (BIROLI; CAMPOS MACHADO; VAGGIONI, 2020). Exemplos do relatado acima não faltam como a cura gay, defendida como instrumento terapêutico ou mesmo uma intensificação da penalização de mulheres com relação ao aborto, ao passo em que avançam as reformas legais que o autorizam.

Esse movimento neoconservador, no qual o patriarcado se insere, fortalecendo-se mutuamente, atingiu o Brasil fortemente e teve, em 2019, com a posse de Jair Bolsonaro à presidência seu mais forte giro ideológico, mediante aparelhamento do Estado por cristãos neoconservadores e uma agenda que privilegia pautas evangélicas, especialmente (CAMPOS MACHADO, 2020).

Convém, então, definir claramente o patriarcado para que se possa aprofundar o presente debate, aqui se trazendo uma conceituação feita por Pateman (1993), em que:

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito dos homens de desfrutar de igual acesso sexual às mulheres estão em questão na produção do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original constitui tanto a liberdade quanto a dominação. A liberdade dos homens e a sujeição das mulheres são criadas por meio do contrato original – e a natureza da liberdade civil não pode ser entendida sem a metade faltante da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é estabelecido por meio de contrato.

A autora circunscreve o patriarcado a partir da teoria do contrato como uma espécie de atualização às circunstâncias políticas atualizadas, de modo que aquela subordinação direta da mulher ao homem foi substituída por formas coletivas de dominação. Segundo Okin (1989), essas formas são as estruturas impessoais que distribuem vantagens e oportunidades em detrimento do gênero feminino.

Há um patriarcado político atualmente, em suma. Uma dominação que, antes associada ao particular, ao familiar, se impõe como coletiva, de todos os homens em relação às mulheres e isso se irradia por todas as áreas da vida, numa situação em que, mesmo com acesso à esfera pública, as mulheres são mantidas ali em posição de subordinação (WALBY, 1990).

Como sistema social, o patriarcado é um sistema social que se baseia em uma cultura, estrutura e relações que favorecem o homem, ser humano do gênero masculino e, mais especificamente, branco, heterossexual e cisgênero. Prevaecem as relações de poder sobre as mulheres e todos (as) aqueles (as) que não estejam dentro do padrão normativo de classe, de raça e de sexualidade.

Impulsionado pelo (neo) conservadorismo, esse patriarcado, com nuances atuais, invisibiliza e marginaliza quem não atenda aos preceitos de normatividade social ou os mantém dominados, circunscritos a espaços bem determinados na sociedade. Assim, os homens são considerados os sujeitos aptos a conduzirem a vida política, econômica, social e moral, enquanto as mulheres, tidas como fracas e frágeis, devem ficar com tarefas menos importantes, relegadas a determinados papéis sociais, estereotipadas em uma série de requisitos a partir do gênero.

Assim, as pessoas estereotipam homens e mulheres em termos de interesse pela política e competência para seu desempenho. Mulheres são vistas como mais capazes para lidar com temas relacionados à saúde e à educação, enquanto os homens seriam mais competentes para lidar com assuntos relacionados à economia, desenvolvimento, militarismo, comércio,

tributação e agricultura, por exemplo (BROWN, HEIGHBERGER & SHOCKET, 1993; KOCH, 1997).

Dependendo da área em questão, é possível que eleitores atribuam patamares diferenciados de especialização aos homens e mulheres candidatas e autoridades eleitas. Homem e mulher também são vistos de maneira diferente em termos de características que trazem para a arena política. O consenso na literatura é que os eleitores são mais propensos a perceber os homens como fortes, assertivos e confiantes quando comparados com mulheres.

Ancorada no conservadorismo e na repartição social de papéis, além do domínio do patriarcado, que sempre se atualiza, as mulheres precisam romper barreiras inclusive as invisíveis. Um conceito interessante a ser mencionado é a do teto de vidro ou glass ceiling, uma metáfora de mais de 40 (quarenta) anos em que a existência de barreiras invisíveis dificulta o acesso de mulheres a cargos de maiores salários e responsabilidades (JARMON, 2014), podendo-se facilmente aplicar à política, desde o nascedouro de uma campanha eleitoral, em que as mulheres precisam transpor barreiras diversas para competirem em igualdade com os homens, o que dificilmente acontece.

A esse respeito, deve-se relembrar o julgamento da ADI 5617, pelo Supremo Tribunal Federal, a respeito das verbas de financiamento de campanhas políticas de mulheres. Nessa ocasião, o STF determinou que os partidos políticos deveriam destinar o mínimo de 30% em campanhas de candidatas, visto que, na maioria das vezes, as cotas de gênero eram atingidas apenas para fins de cumprimento da legislação eleitoral, mas as disputantes sequer contavam com condições mínimas de concorrer. O Tribunal Superior Eleitoral, em 2018, decidiu, por meio da Resolução nº 23.553/2018, que os mesmos parâmetros estabelecidos pelo STF naquele julgamento também se aplicam ao Fundo Eleitoral. Conforme citado abaixo, pronunciou-se o STF:

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência da Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria e nos termos do voto do relator, em julgar procedente a ação direta para: i) declarar a inconstitucionalidade da expressão “três”, contida no art. 9º da Lei 13.165/2015, eliminando o limite temporal até agora fixado; ii) dar interpretação conforme à Constituição ao art. 9º da Lei 13.165/2015 de modo a (a) equiparar o patamar legal mínimo de candidaturas femininas (hoje o do art. 10, § 3º, da Lei 9.504/1997, isto é, ao menos 30% de cidadãs), ao mínimo de recursos do Fundo Partidário a lhes serem destinados, que deve ser interpretado como também de 30% do montante do Fundo alocado a cada partido, para as eleições majoritárias e proporcionais, e (b) fixar que, havendo percentual mais elevado de candidaturas femininas, o mínimo de recursos globais do partido destinados a campanhas lhe seja alocado na mesma proporção; iii) declarar a inconstitucionalidade, por arrastamento, do § 5º-A e do § 7º do art. 44 da Lei 9.096/1995. Vencidos, em parte, os Ministros Marco Aurélio e Gilmar Mendes,

por terem julgado parcialmente procedente a ação, e o Ministro Ricardo Lewandowski, por tê-la julgado procedente em maior extensão. (BRASIL, STF, ADI 5617/DF)

Por tudo o que se tem visto ao longo deste capítulo, percebe-se que a política brasileira continua fortemente influenciada pelo homem, verificando-se a situação de dominação masculina, também nos aspectos sociais, econômicos e religiosos (OLIVEIRA, 2013). E essa força particular da sociodicéia masculina origina-se da condensação e do acúmulo de duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrita como natureza biológica que é, por seu turno, ela própria uma construção social naturalizada (BOURDIEU, 2011).

Conforme será visto em capítulo próprio, essa sociodicéia masculina se reverbera em uma série de violências de gênero, sustentadas pelos ideários patriarcal e conservador que dominam a sociedade, em particular a sociedade brasileira e, mais à frente, nos casos particulares estudados, com roupagens regionais que apontam para os mesmos fenômenos até aqui descritos.

Em 19 de outubro de 2017, o pré-candidato à Presidência da República do Brasil pelo PDT, Ciro Gomes, ao se referir a Marina Silva, também postulante ao cargo, disse não a ver com energia para a disputa, uma vez que o momento vivido pelo Brasil era “agressivo” e “muito de testosterona”, referindo-se ao principal hormônio sexual masculino. <sup>4</sup>Nas eleições norte-americanas de 2016, Donald Trump, repetidas vezes sugeriu que o gênero de Hillary Clinton era uma limitação, questionando se ela tinha vigor e força suficientes para gerir os Estados Unidos da América.<sup>5</sup>

Tomando-se como consequência dos ideários patriarcal e conservador, bem como os relatos exemplificados acima, pode-se entender a violência política de gênero como resultado das formas de conceber a sociedade a partir das estratificações de gênero, tendo o patriarcado e o conservadorismo produzido as bases de sustentação. Compreendida na violência de gênero, esse tipo de violência produzido contra a mulher na política é uma das formas de dominação do patriarcado.

Por isso, as características do patriarcado seriam, como sistema atual de relações entre homem-mulher, de base material e histórica, articuladas à propriedade privada e apropriado pelos interesses capitalistas, em seus aspectos histórico, social e coletivo, as seguintes: Não se

---

<sup>4</sup> BRASIL, 2018. Ciro fala de Marina e diz que momento é de 'testosterona' Disponível em <https://m.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1928560-ciro-fala-de-marina-e-diz-que-momento-e-de-testosterona.shtml>.

<sup>5</sup> BRASIL, 2016. Trump diz que Hillary é 'mentalmente inadequada' para Presidência Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/trump-diz-que-hillary-e-mentalmente-inadequada-para-presidencia-am7an5kappnxwslayo1jfj59f/>

trata de uma relação privada, mas civil; Dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição; configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; tem uma base material; corporifica-se e, por fim, representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2015).

Nesse sentido, o fortalecimento do machismo, através do patriarcado, produz uma série de violências, desde a física à ideológica, fortalecido pelo capitalismo, em uma contínua relação de dominação/exploração (SAFFIOTI, 2015). O ódio com base no gênero e as ofensas de cunho sexual buscam recolocar homens e mulheres em seus lugares, de modo que as diferenças de gênero sejam reforçadas e, numa campanha política, a misoginia ganha novas arenas (NADIM; FLADMOE, 2021).

Em produções recentes, estudos concluíram que os estereótipos de gênero fazem parte do discurso contra mulheres e em favor dos homens (BIROLI, 2016). Muitos estudos apontam que a opinião pública possui visões estereotipadas sobre habilidades e características pessoais de homens e mulheres que concorrem a cargos públicos (DOLAN; LYNCH, 2013; DOLAN, 2010; BAUER, 2015), o que reforça os ataques políticos direcionados às mulheres nesse aspecto.

Seguindo essa ideia, é possível entender que os eleitores ainda apliquem estereótipos de gênero ao avaliar mulheres candidatas (DOLAN, 2010; BAUER, 2015) e que, ao concorrer com homens em certos contextos, os estereótipos de gênero que atribuem características como naturalmente femininas funcionariam como uma punição eleitoral e não positivamente, formando a ambivalência do novo sexismo (HOLMAN, MEROLLA & ZECHMEISTER, 2011, 2016).

Esses estereótipos de gênero mantêm mulheres presas a expectativas de uma vida privada, casta e com todos os requisitos que atendam a esses pressupostos. A mulher que concorre a cargos públicos e que ouse desafiar esse padrão ou que possui qualquer tipo de comportamento considerado atacável dentro desse molde moral acaba sendo alvo fácil de misoginia na política.

As atitudes negativas de gênero podem ser compostas por elementos hostis e paternalistas (GLICK E FISKE 1996, 2011). Assim, o sexismo pode ser definido como ambivalência resultante de uma combinação entre a dominação masculina e a inferioridade do sexo feminino associada a visões positivas das mulheres, como educadoras e donas de casa (EAGLY E STEFFEN, 1984). Na primeira dimensão (denominada sexismo hostil), exploram-se itens sobre os objetivos políticos e econômicos do feminismo contemporâneo e a segunda

dimensão (denominada sexismo benevolente) trata das crenças paternalistas sobre a necessidade de proteção das mulheres e suas habilidades como educadoras.

Dentro desse horizonte que denuncia o patriarcado e o conservadorismo, costuma-se afirmar que a paridade na política começa pelo acesso das mulheres à palavra, o que requer o reconhecimento da legitimidade da mulher pelos homens, sobretudo, que os homens ouçam o que temos a dizer, uma vez que uma política feminista consiste em facilitar o acesso das mulheres ao poder, nos mesmos termos e esferas, coibindo as violências (JABLONKA, 2021).

Uma mulher não é definida pelo seu corpo biológico, ao contrário do que afirmam psicólogos evolucionistas, mas a partir de sua razão e direitos (MCKINNON, 2021). Somente pensando as mulheres – não como grupo natural – mas como classe social naturalizada (DORLIN, 2021) é que se pode destrinchar as relações de dominação, em que a identidade política da mulher é sempre precária e contingente. Assim:

Excluídas dos direitos políticos em nome de sua “natureza”, as mulheres encontram na situação paradoxal de reivindicar tais direitos em nome dessa mesma “natureza”, fazendo das qualidades supostamente “femininas” recursos políticos: moralidade, doçura, empatia, senso do concreto...A armadilha é a seguinte: aquilo que me estigmatiza e me identifica constitui o alfa e o ômega da minha identidade política, é o recurso maior da minha libertação (DORLIN, 2021, p. 85).

### **3 PÂNICOS MORAIS: O PERCURSO DO NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL (DE 2013 AO GOVERNO JAIR BOLSONARO)**

Fala-se de uma onda conservadora no Brasil que teria alçado o fundamentalismo ao poder. Depois das eleições presidenciais de 2014, houve uma movimentação da chamada bancada evangélica entre os seus adeptos de forma a conformá-los dentro de um cenário político que levou ao processo de impeachment da Presidenta Dilma Roussef, obtendo espaço na formação do governo do ex-vice-presidente Michel Temer (BURITY, 2018).

Entre esses elementos, cita Burity (2018), confluem-se três figuras: conservadorismo, fascismo e fundamentalismo. Harmonizados entre si, provocam uma desarmonia na pluralidade da ordem democrática. Muitas perguntas exsurtem desse cenário a respeito de quem seriam os inimigos entre os fascismos, conservadorismos e fundamentalismos, se seria a religião ou se seriam correntes dentro daquelas que fazem os jogos dos ismos citados, bem como se há outros agentes que atuam também por fora da religião (BURITY, 2018), podendo-se afirmar que existe uma onda conservadora, que parece se arrefecer após os três anos passado do atual Governo de Jair Bolsonaro, mas que traz um conservadorismo ferido de ressentimentos pelo tempo que passou ofuscado na política brasileira.

Essa onda conservadora parece ter a forte presença de elementos religiosos numa tentativa de sobrevivência daquilo que chamam de secularização, numa clara tentativa de restabelecer status quo culturalmente perdido pelas conquistas de direitos progressistas. A reação conservadora, contudo, não foi um fenômeno exclusivamente brasileiro e ocorreu de forma contemporânea a uma espécie de movimentação global.

Pode-se dizer que o ressentimento do conservadorismo diante de um crescente ganho de espaço pela pluralidade étnica e cultural levaram a uma intensificação de uma polarização política (BURITY, 2018), reforçada por crises diversas mundiais, econômicas e de disputas de poder, que também afetaram o Brasil e culminaram em contextos políticos que levaram a situações atuais, de retrocesso de direitos, vividas por diversos grupos, inclusive as mulheres.

Os protestos contra o então governo da Presidenta Dilma Roussef, chamados de “Jornadas de Junho de 2013” começaram a ganhar espaço e a identidade popular passou a ser disputada por conservadores com a esquerda. De acordo com o antropólogo Piero C Leirner (2020), o Brasil está no contexto de uma “guerra híbrida”, mencionando, também, a participação dos militares nesse cenário. Desse modo, a premissa da chamada guerra híbrida é a inexistência de fronteiras entre guerra e política, conforme asseverou Ssorin-Chaikov (2018).

Assim, nas novas configurações geopolíticas, o termo “guerra híbrida” ganhou espaço, nos anos 2000, no âmbito de debates do meio militar dos Estados Unidos, ampliando a mistura entre táticas de guerrilha, bem como legalidade e ilegalidade no aspecto jurídico (e isso ajudará a entender o que viria a ocorrer no Brasil, em 2013), além de adentrar dimensões psicológicas e conceituais (SSORIN-CHAIKOV, 2018)

Nesse sentido, cabe citar Leirner (2020) a partir de definições precisas a respeito da “guerra híbrida” no contexto brasileiro:

Temos, portanto, um fundo filosófico dado, uma cultura científica criada nos *pós* que não inclui apenas os militares, Olavo de Carvalho, o Ministro das Relações Exteriores, o negacionismo, o terraplanismo, o PT e a política num sentido mais clássico, mas inclui, também, a própria construção do conhecimento nas ciências humanas, em que observamos que a maioria dos conceitos são, agora, conceitos transitórios, processuais e, portanto, sempre passíveis de serem questionados. Numa palavra: cultura do híbrido. (LEIRNER, 2020, p.11)

A partir desse arcabouço delineado pela “guerra híbrida”, ocorrem as manifestações de junho de 2013 – conhecidas como jornadas de junho – que viriam a culminar no impeachment da então Presidenta Dilma Roussef, do PT, em 2016, tendo, como sustentáculo uma construção jurídica, por meio do então juiz federal Sérgio Moro e o Procurador do

Ministério Público Deltan Dallagnol, que buscavam fomentar a imagem de corrupção do PT, por meio de processos contra o ex-Presidente Lula da Silva, ao passo em que eram fomentadas bandeiras como aumento de passagens de ônibus (da esfera municipal), com liderança do Movimento Brasil Livre – MBL, bem como um cerco ideológico que tinha como finalidade a consecução de um golpe político, que viesse a remover a Presidenta e alçar Michel Temer, o então vice-presidente ao seu lugar (SOUZA, 2016).

Atribuem-se a três grandes pautas o sucesso dessa empreitada que resultou no sucesso do processo de impeachment: o enfrentamento da crise econômica – ou percepção de uma – pela desmoralização; o enfrentamento da corrupção, através da eleição de uma pauta que pudesse se amoldar aos interesses e, por fim, o enfrentamento à crescente pluralidade social, de valores e de hierarquias sociais que estavam ocorrendo no Brasil, especialmente nos governos petistas (BURITY, 2018). Em suma, sob a pauta do protestar contra “tudo que aí está” misturado ao antipetismo e ao antilulismo, chegou-se à retirada da Presidenta Dilma Rousseff do poder, em 2016.

Entretanto, um dado deve ser marcado: muito embora forjados no antipetismo, os chamados “protestos à direita” não buscavam descredenciar apenas o PT, mas toda a esquerda (TATAGIBA, 2018), de forma a firmar uma narrativa do bem contra o mal, da defesa da família e outras pautas identitária desse novo grupo que ambicionava, por assim dizer, um retorno ao poder.

Nesse processo, cabe analisar a presença de atores religiosos no que passaremos a denominar de golpe de 2016. Aqui, uma ressalva: faz-se uso do termo “golpe” como escolha não apenas ideológica deste estudo, mas a que mais se aproxima do que entendemos ter sido, de fato, pelos elementos presentes, o ocorrido no Brasil, naquele ano.

Sobre o especificamente religioso na conjuntura de 2016 (e que se mostraria presente nos anos seguintes até os presentes dias), é possível apontar para os neopentecostais, com participação da Frente Parlamentar Evangélica e alguns “líderes” do meio eclesiástico a exemplo do pastor Silas Malafaia e do pastor Samuel Ferreira, que foram sustentáculo de Temer e ainda hoje se fazem atuantes na defesa de Jair Bolsonaro, ocupante da cadeira presidencial desde 2019 (SOUZA, 2016; BURITY, 2018).

Há que se mencionar a essencialidade da presença religiosa dentro deste contexto político que se anunciou em 2013 e que culminou na eleição do atual mandatário da República, uma vez que, com ela, exsurge o fundamentalismo como uma categoria de combate (BURITY, 2018), a qual mobiliza não apenas os neopentecostais, mas levanta outros tipos de grupos a partir de um paralelismo de valores, devendo-se deixar claro que esse grupo não espelha a

posição dos evangélicos como um todo, mas que acaba denunciando a religião como uma das protagonistas no retrocesso geral da vida pública brasileira.

Observe-se que, nos debates públicos recentes, o argumento do “ser religioso” ou dos “direitos dos religiosos” é utilizado para impedir que outros grupos conquistem direitos. O primeiro aspecto desses argumentos é a compreensão dos grupos evangélicos do secularismo como a defesa da igualdade de tratamento das diferentes religiões pelo estado. Em consequência, a religião é entendida como “mais um grupo de pressão político-social que tem o ‘direito’ de usar o mesmo espaço social que grupos e movimentos seculares”

A maioria das demandas dos movimentos feministas e de diversidade sexual baseiam-se na necessidade de distinguir entre regulamentação religiosa (válida para uma parte da população) e a lei secular como um sistema de regras que se aplica a crentes de várias tradições e não crentes. Por isso, as leis são vistas como ameaças quando tratam de “mentalidades” ou “costumes”.

As questões de gênero e sexualidade têm um longo histórico de causar muita ansiedade e problemas, tanto dentro como fora das tradições religiosas. Nos últimos anos, estamos testemunhando o surgimento de um tipo particular de problema que rejeita a noção de gênero como um conceito analítico. Essa resistência declarada vem na esteira das formas parciais, incompletas e muitas vezes precárias em que o gênero como uma categoria analítica tornou-se parte das estruturas atuais para dar conta da realidade social, em vários domínios, como bolsa de estudos acadêmico, organização e mobilização política, e governança nacional e internacional.

Outras forças se articularam em 2013, a exemplo da classe média – conservadora e moralista – e a mídia, cujos apoios foram determinantes para a evolução do projeto da Operação Lava Jato (SOUZA, 2016). O autodenominado “cidadão de bem” que advirá desse combo é elemento fundamental de bandeiras elitistas e de cunho moral-conservador, sendo o portador do bem, patriota, defensor da família e dos valores cristãos. Tudo isso, não se pode desprezar, tem sido fortemente utilizado para rechaçar debates e fazer retroceder direitos das minorias diversas, direitos das mulheres incluídos, além de bloquear os avanços dentro das discussões de gênero.

Diz-se que a moralidade é um terreno de apreensão cognitiva e moral do mundo e com a qual se afinam muito setores sociais médios (SOUZA, 2016). O mundo maniqueísta, de formato simplista e ancorado na binariedade é uma base segura o ser humano médio e a mídia é seu amplificador, passando para a sociedade e para a política suas pautas morais. A esse respeito, trazemos SOUZA (2016):

Por oposição aos “de cima na sociedade”, com quem a classe média conservadora mantém uma ambígua relação que mescla ressentimento e inveja, essa fração podia se ver como a única “do bem”, a única verdadeiramente moral e da decência”. A versão turbinada da classe moral e da decência, que ela não só representa, mas que agora ativamente incorpora de modo corajoso nas ruas, enfrentando perigos e ameaças, é o que cria a fração de “classe revolucionária” da contrarrevolução popular que o golpe representa (SOUZA, 2016, p.103).

Para finalizar todo esse trajeto de reação conservadora na política brasileira, resta-nos adentrar sobre o pós-golpe e curto (porém significativo) governo de Michel Temer, que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro, uma vez que suas pautas estão muito atreladas aquelas a que já nos referimos neste percurso e podem trazer algumas respostas sobre o tema em análise.

A eleição de 2018 vem muito carregada de todo o clima que fomentou as manifestações de 2013. O projeto iria se concretizar com a eleição de um candidato que reunisse todas as características combatidas no PT e nas esquerdas, muito embora se tenha a desconfiança de que o atual Presidente não fosse a escolha ideal.

Uma eleição curta, com poucos dias de campanha, a menor do atual ciclo democrático e dois eventos marcantes, o episódio que envolve uma facada no então candidato do PSL, Jair Bolsonaro e a substituição de Luís Inácio Lula da Silva por Fernando Haddad do PT, em razão da sua prisão em decorrência da condenação pela operação Lava Jato (NICOLAU, 2020). Foi assim 2018.

Dois aspectos precisam ser delineados sobre o Bolsonaro candidato que podem ser contraditórios, mas que explicam tanto a guinada à direita (ou extrema-direita) pelo Brasil, ainda que essa direita tenha aspectos moralistas muito próprios e tenham servido aos anseios daquela parcela moralizante e moralizadora, não em sentidos positivos, resultando na eleição do postulante do PSL à Presidência.

O primeiro ponto é que, embora católico, Bolsonaro se aproximou dos evangélicos (aqui repousa a ressalva do primeiro capítulo sobre não se estar generalizando os evangélicos, mas não ter como fugir de rotulações neste momento). Ao frequentar cultos da Igreja da sua esposa, Michele Bolsonaro e a fazer citações bíblicas com o reiterado uso do nome de Deus, inclusive como lema de campanha, Bolsonaro cria um elo com essa camada de fiéis, por haver uma afinidade em relação ao conservadorismo no campo comportamental, muito embora não se esteja desprezando o apoio dos líderes religiosos como Silas Malafaia e Edir Macedo. (NICOLAU, 2020).

O segundo ponto é que, assumindo-se defensor de uma agenda de conservadorismo de costumes, o voto em Bolsonaro, de acordo com dados da pesquisa do Eseb-2018, por parcela expressiva de homens – 64% - indica mais uma singularidade da disputa que se deu em 2018, obtendo amplo apoio dos homens, dois de cada três votos, mas, entre as mulheres, vencendo por uma margem reduzida em todo país (NICOLAU, 2020).

Na Europa, estudos sugerem que os homens tendem a votar mais nos partidos de extrema-direita e isso se explica pelo cultivo de hipermasculinidade de seus líderes, afastando o eleitorado feminino (NICOLAU, 2020), o que, no cenário analisado, demonstra como a onda conservadora atingiu o Brasil e como determinados ideários patriarcais e conservadores podem estar mais livres para serem expressados e até utilizados por homens – mesmo aqueles que se intitulam progressistas – em campanhas políticas quando concorrem com mulheres.

Assim, como asseverou Nicolau (2020):

Diferentemente dos líderes de extrema-direita da Europa, Bolsonaro não tem um partido organizado que lhe dê sustentação e disputou apenas uma eleição nacional. De qualquer modo, a afinidade entre posições de ultradireita e apoio eleitoral masculino é um tema que merece ser levado em conta para entendermos uma dimensão importante da vitória de Jair Bolsonaro em 2018. (NICOLAU, 2020, p. 61)

Interessante, dentro desse percurso histórico que trouxe a um recrudescimento de direitos duramente conquistados para grupos progressistas, falar um pouco sobre o fundamentalismo religioso trazido na esteira dessa reação conservadora e que afetam diretamente os grupos progressistas ou que atuam em esferas progressistas, no qual incluem-se as mulheres.

No Brasil que começou a despontar dos protestos em 2013, configurou-se uma articulação entre o setor do fundamentalismo cristão e o poder político cuja aliança vem influenciando pautas nos poderes legislativos municipais, estaduais e do Congresso Nacional (VIEIRA, 2020). Esse fundamentalismo trabalha fortemente no campo moral, levando a um tipo de extremismo que objetiva a interferência no Estado para uma determinada doutrina religiosa.

Ainda nas administrações do PT, houve a união de uma oposição conservadora e fundamentalista a diversos direitos adquiridos, tendo a chamada bancada evangélica como protagonista (BULGARELLI, 2020), de forma a irem de encontro a bandeiras feministas, do movimento negro e do LGBTI. Dentro desse mesmo contexto, surge, como lugar comum, a fala reacionária de luta contra ao que chamam de “ideologia de gênero”.

O termo “ideologia de gênero” pode ser considerado como um blefe que desloca a própria noção de gênero e inviabiliza seus debates, reduzindo uma categoria a uma ideologia, de modo a parcializar sua legitimidade e neutralizar os seus efeitos, causando reações contrárias e hostis como um mal a ser combatido (BULGARELLI *in* GALLEGO, 2020).

Diante desse ódio à política, à ideologização de debates, que passam a ser deslocados de seus significados, chegamos à “guerra híbrida” brasileira, em que as mulheres ainda se encontram muito distantes de estarem em plenitude de bem-estar físico e psicológico (RIBEIRO 2020).

As mulheres brasileiras também passaram à berlinda com toda essa radicalização de discurso, não que tenham saído, algum dia, por completo, mas, certamente estão mais ameaçadas, pois o retrocesso é uma realidade. Nesse sentido, o impedimento do debate de gênero e sexualidade, em escolas, para citar um exemplo, defendido por grupos religiosos fundamentalistas vulnerabiliza meninas e adolescentes, tornando-as suscetíveis a abusos diversos (RIBEIRO, 2020).

Não se pode esquecer, dentro desse breve apanhado da história recente brasileira, o assassinato da vereadora do PSOL, Marielle Franco, alvo da chacota bolsonarista durante os anos que se seguiram e cujo crime ainda não foi esclarecido até este momento de escrita, ano de 2022.

Nesse sentido:

É dentro desse cenário que avançam as pautas conservadoras defendidas em especial por políticos ligados às igrejas evangélicas – o golpe, seguido pelo assassinato de uma vereadora, e o feminismo sendo tratado como estilo de vida e não como luta política, tudo assombra nesta hora. Temos, de um lado, um projeto de retomada e reação conservadora, e, de outro, um sentimento de perda que ainda não conseguiu articular a forma de agir em relação a isso. (RIBEIRO *in* GALLEGO, 2020, p. 107).

Há de ser lembrado, ainda, o projeto Escola sem partido, parte do discurso reacionário que abusa do pânico moral (PENNA *in* GALLEGO, 2020). A adesão ao discurso criou um inimigo ideológico comum que viria a formar, mais à frente, um combo moralista ideal e um prato perfeito para o banquete fundamentalista que pode auxiliar no entendimento dos fenômenos que serão estudados mais à frente com análise dos casos em questão.

O ideário conservador conta com a moral como aliada, visto que presta papel de base fundante entre sociabilidade e política (BARROCO, 2015). Nessa seara, as críticas dos neoconservadores repousam no fato de considerarem que a família está desestruturada e que os valores morais estão deteriorados.

Assim, como afirmado anteriormente, citamos Barroco (2015) com uma boa síntese sobre como o momento político atual brasileiro vem, desde os protestos “à direita” de 2013 formando um arcabouço ideológico e firmando bases conservadoras que provocam rupturas no processo democrático e atingem diversas áreas da vida pública:

A ofensiva (neo)conservadora atinge diferentes dimensões da realidade, contando com grande chance de incorporação por atividades sociais que prescindem da razão em decorrência da crença em dogmas, a exemplo das religiões. Nesse sentido, quando se trata de avaliar questões que remetem a valores morais, os (neo)conservadores são moralistas, ou seja, intolerantes, preconceituosos e, no limite, fundamentalistas. (BARROCO, 2015, p. 631).

Não podemos deixar de trazer que racismo, preconceito de classe, horror ao comunismo também são componentes desse ideário conservador e que são historicamente mantidos pela manutenção do status e do apelo à tradição e aos costumes, sem que haja muita reflexão sobre suas causas e suas consequências (BARROCO, 2015).

A tradição brasileira é composta de elementos nocivos e naturalizados pela corrente do conservadorismo, atuando fortemente nos costumes: é racista, escravocrata, misógina, elitista e utilitarista (ANDRADE LIMA; CHAVES LIMA, 2020). Esse ideário está presente nos debates políticos, mesmo que, muitas vezes, dotado de sutilezas, como se verá de forma clara na análise dos casos concretos.

Essa tradição brasileira, defendida efusivamente pelos neoconservadores, calca-se em pânicos morais, como pudemos ver ao longo deste capítulo. Há, para o sucesso da ideologização, dentro desse ideário conservador e neoconservador, a necessidade de incutir medos em pilares institucionais da sociedade, como a família e a escola. Como nos mostrou Biroli (2018):

A relação entre “desdemocratização”, precarização e a mobilização de “pânicos morais” com objetivos políticos ainda precisa, parece-me, ser mais bem pesquisada. Não se trata de uma grande conspiração, mas de movimentos que convergem e definem novos padrões para a seletividade das democracias existentes. As inseguranças assim gestadas também funcionam como fonte ativa de legitimidade para políticas de repressão e para a militarização. Enquanto a dimensão garantidora do Estado é reduzida, sua dimensão repressiva se expande e a militarização aparece como remédio aceitável, ainda que perverso e ineficaz, para se lidar com os conflitos sociais (BIROLI, 2018, p. 90).

A pluralidade que vinha sendo alcançada parece sofrer um estrangulamento por meio dessa onda de reação conservadora, mas que não vem em busca de um espaço de debate, antes busca sufocá-lo como se estivesse a aniquilar um inimigo para um silenciamento permanente, na finalidade de retirar direitos adquiridos ou de impedir que se avance em pautas progressistas.

O autoritarismo é o formato de fazer valer esse discurso. Ganhou muita evidência a ideia de narrativa, difundida por autores e políticos da “nova direita”, mas sempre para descredenciar temas nas Ciências Sociais e Humanas, de modo que esses que alegam haver um problema narrativo, na verdade, estão partindo do pressuposto de que suas convicções (e, aí sim, narrações) seriam o lado da “verdade”, enquanto o lado oposto estivesse ancorado em opiniões.

Nesse sentido, citamos Chaloub e Perlatto (2016):

Passadas mais de duas décadas da consolidação do processo de redemocratização do país com a Constituição de 1988, torna-se mais confortável para muitos desses autores se intitularem abertamente como de direita, defendendo publicamente as ideias e as agendas políticas associada a esse campo do espectro político. Soma-se a isso o fato de que, a despeito da permanência de enormes mazelas sociais, o país passou, ao longo dos últimos anos, por um processo de redistribuição de renda, marcado por uma atuação direta do Estado, o que incentiva, como estratégia política de diferenciação e movimento de resistência a esse tipo de mudança, a defesa mais radical de agendas liberais, ancoradas na ideia de Estado mínimo. (CHALOUB; PERLATTO, 2016).

Diz-se que a Constituição Federal de 1988 foi resultado de pactos e de disputas em que as ações das elites bem-posicionadas no regime de 1964 mantiveram o controle sobre recursos econômicos e políticos na democratização, tendo sido o golpe de 2016 o encerramento desse ciclo de recorte da democracia pela agenda neoliberal implementada a partir de 1990 (BIROLI, 2017).

Importante notar que, na Nova República, houve respeito às regras eleitorais pelos grupos políticos marcados por representantes de setores religiosos conservadores, de interesses empresariais, de proprietários de terra e empresas de comunicação, porém fatores contribuíram para uma ruptura, especialmente para o que BIROLI (2017) chama de “ciclo dentro do ciclo”, razão pela qual citamos:

Defino como “um ciclo dentro do ciclo” democrático da Nova República o período entre 2003 e 2016, isto é, entre a chegada do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República, e a deposição de Dilma Rousseff. (...) Nesse período, a implementação da agenda neoliberal foi acompanhada da ampliação de políticas e decisões econômicas com efeitos distributivos... (BIROLI, 2017, p.21).

Nesse sentido, pode-se verificar que o reacionarismo moral conservador é oportunista: estabelece-se nas correntes investidas contra a agenda mais ampla dos direitos humanos, bem como contra a inclusão afirmativa de grupos subalternizados (BIROLI, 2017), em um “casamento infeliz”, como diz a autora acima citada, entre neoliberalismo e conservadorismo moral. A esse respeito, podemos trazer a constatação que, naquele contexto:

[...] não haver uma semana sequer em que não assistimos estupefatos a algum vultuoso corte de verbas nas áreas sociais; a alguma barbaridade cometida pelas degeneradas polícias militares; a alguma esdrúxula proposta antiminorias apresentada na Câmara dos Deputados; a alguma incitação ao ódio por parte de histriônicos líderes político-religiosos; a algum crime motivado por machismo, racismo, homofobia, transfobia e mesmo xenofobia contra haitianos; a algum linchamento de assaltante realizado por turbas animadas pelo vespertinos programas policiais (...) (DEMIER, 2016, p.11).

A retirada de direitos sociais, após isso, foi acelerada e tem marcado o período pós-golpe, do qual a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, foi resultado. Assim, trazemos a afirmação de Martins (2017), na qual conclui:

Encarar o avanço conservador atual passa, noutros termos, por exigir o afastamento dos mitos de pureza e, principalmente, atravessar os olhos pelos debates feministas da política (...) representado pelo masculino heteronormatizador (MARTINS, 2017, p.149).

Feita essa breve análise histórica sobre o ideário conservador e seu ressurgimento na cena política brasileira, através da grande onda de ataques à democracia, às instituições e aos direitos sociais conquistados, a partir de sua contextualização, passaremos ao próximo capítulo, em que será dada atenção ao tema da violência política de gênero, em específico.

#### **4 O AUTORITARISMO BRASILEIRO E A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO**

A violência política de gênero pode ser situada dentro de uma política do performativo do discurso do ódio, uma vez que, pelos dispositivos de gênero identificados, opera nesse campo fortemente. Contudo, antes de adentrar propriamente na especificidade da violência política de gênero, cabe uma análise sobre o conceito de violência em si, depois do conceito de violência de gênero e, por fim, de como ela se opera no campo da política.

A violência de gênero é a categoria mais geral (SAFFIOTI, 2015). E para que fique mais claro, este estudo, para as finalidades a que se propõem considera sexo e gênero uma unidade, uma vez que a sexualidade biológica não existe, para esses fins, conforme ressalta SAFFIOTI, uma vez que o reconhecimento do gênero feminino implica certas consequências e não pode ser dissociada de forma independente do contexto social em que é exercida, sendo as mulheres, como categoria social, discriminadas por homens na qualidade de categoria social (SAFFIOTI, 2015).

Inicialmente, podemos abordar a violência como subjetiva ou objetiva. A violência objetiva teria assumido uma nova forma com o capitalismo, em que se perfazem a violência

física e direta, ao passo que a violência psicológica se dá por meio de racismo, incitação ao ódio, discriminação sexual (ZIZEK, 2014).

Para estudiosos, poder e violência estão ligados de forma intrínseca e fazem parte da constituição humana, embora comumente se associe a violência à criminalidade, sem observar sua amplitude (CHAUI, 2017). Entretanto, a violência poderia ser definida como a presença da ferocidade nas relações com o outro enquanto outro ou por ser outro e essa definição de Chaui (2017) será essencial para os desdobramentos deste capítulo e dos demais.

Por outro lado, cabe adentrar no fato de que a sociedade brasileira, ao contrário do mito, opera no mecanismo da exclusão, sendo um lugar efetivo de produção de violência na sua estrutura, o que explicaria as desigualdades econômicas, sociais, culturais e políticas, mas também ajuda a compreender o racismo, o machismo, as intolerâncias religiosa, sexual e política, muito embora não se perceba como estruturalmente violenta (CHAUI, 2017).

A violência simbólica, nesse contexto, merece destaque, uma vez que a estrutura social brasileira é autoritária (CHAUI, 2017; SCHWARCZ, 2019). O mandonismo é uma característica que se amoldou a partir do modelo colonial brasileiro, de forma que podemos trazer a seguinte nota a respeito:

Nos idos de 1630, época em que terminou de redigir o livro História do Brasil, Frei Vicente do Salvador, um franciscano que se tornou o nosso primeiro historiador, concluiu: “Nenhum homem nesta terra é republico, nem zela, ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular” (SCHWARCZ, 2019).

Como nos traz Chaui (2017), os gregos, ao inventarem a política, afastaram o despotismo, ou seja, o *despotês*, o pai de família, que tem arbitrariedade em poder dotado de lei e que pode decidir sobre a vida de todos da família e até possui poder de morte sobre esses e os serviços (escravos).

No Brasil, não foi o que ocorreu, a exemplo do que apontaram trabalhos sociológicos, em que o despotismo brasileiro se revestiu do patriarcalismo paternalista, com predomínio do privado sobre o público e hierarquizada tal qual a família patriarcal, numa relação de mando e obediência, incluindo-se aí as mulheres.

Um dado interessante é o caso do conjunto das famílias dos proprietários coloniais do Nordeste açucareiro, cujas origens não eram nobres, havia poucos fidalgos portugueses, mas que logo construíram uma origem baseada em genealogias míticas e projetaram uma sociedade patriarcal, na qual as mulheres cumpriram um papel secundário, nunca passível de questionamento (SCHWARCZ, 2019).

A realidade ideológica brasileira tenta negar a violência política e social (CHAUI, 2017). Porém, em decorrência do esquema fisiológico quase intacto, o clientelismo continua forte, de modo que as oligarquias continuam a minar o aperfeiçoamento da democracia, alimentando ranços políticos e perpetuando a figura dos “mandões locais”, também próximo às figuras dos coronéis em certo momento histórico (SCHWARCZ, 2019).

Essas figuras mandonas, inclusive, nem sempre estão na fantasia do homem branco, de idade avançada; são vistas em jovens representantes de heranças políticas e munidas de discursos autoritários não abolidos, como veremos, em específico, no caso da eleição municipal do Recife, em 2020. As hierarquias possuem papel central e sua manutenção é também uma bandeira conservadora, mantendo as cadeiras de diversos políticos no Brasil (SCHWARCZ, 2019).

Como afirma a antropóloga Schwarcz (2019), há uma raiz autoritária na política brasileira que reforça a necessidade de um presidente, de um líder, como a figura de um pai, que exerça autoritarismo e que seja severo, mesmo que em formato digital, uma vez que essas novas formas apenas amplificam as hierarquias simbólicas e perpetuam formas de autoridades.

Nessa figura, as mulheres não se encaixam. Dentro de marcadores de diferenças, produzem-se preconceito, discriminação e violência:

De outra parte, o aumento da percepção social da igualdade, com a inclusão de novos sujeitos políticos, muitas vezes acaba por gerar insatisfação em setores da sociedade que tendem a considerar o “outro” como menos legítimo e dessa maneira lhe negam o direito a uma cidadania plena, condicionada pela “diferença” que ostentam (SCHWARCZ, 2019, p. 175).

O Brasil, em 2020, registrou a cada 6 horas e 30 minutos um homicídio contra mulher, além do aumento de 4,4% de aumento de pedidos de medidas protetivas em relação ao ano anterior.<sup>6</sup> Pode-se destacar que comportamentos heteronormativos produzem assimetrias de gênero em todas as áreas e que a violência sofrida pelas mulheres tem nesse marcador uma associação. O número de feminicídios segue alto no país e sua ocorrência pode ser vista como o extremo das demais violências sofridas dentro de uma cadeia de violações às mulheres.

Em dezembro de 1992, o Comitê CEDAW, em sua Recomendação Geral nº 19 afirmou que a violência contra a mulher é uma forma de discriminação dirigida à mulher por ser mulher ou que afeta as mulheres de forma desproporcional. Esta violência inibe seriamente a

---

<sup>6</sup> BRASIL, 2021. Brasil registra um caso de feminicídio a cada 6 horas e meia. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/07/4937873-brasil-registra-um-caso-de-feminicidio-a-cada-6-horas-e-meia.html>. Acesso em 09 de janeiro de 2022.

capacidade das mulheres de gozar de direitos e liberdades em igualdade com os homens (UNHR, 1992).

A Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres (1993) define a “violência contra as mulheres” como qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual ou psicológico ou sofrimento às mulheres, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, ocorrendo na vida pública ou privada (UNHR, 1993).

Nesse sentido, o artigo 2, da Declaração supramencionada merece transcrição, interessando, a este estudo, especialmente o item c:

A violência contra a mulher deve ser entendida como englobando, mas não se limitando a, o seguinte:

- (a) Violência física, sexual e psicológica ocorrendo na família, incluindo espancamento, abuso sexual de crianças do sexo feminino na casa, violência relacionada ao dote, estupro conjugal, mutilação genital feminina e outras práticas tradicionais prejudiciais às mulheres, violência não conjugal e violência relacionada à exploração;
- (b) Violência física, sexual e psicológica que ocorre dentro da comunidade em geral, incluindo estupro, abuso sexual, assédio sexual e intimidação no trabalho, em instituições educacionais e em outros lugares, tráfico de mulheres e prostituição forçada;
- (c) Violência física, sexual e psicológica perpetrada ou tolerada pelo Estado, onde quer que ocorra.

A respeito das violências sofridas pelas mulheres, algumas muito sutis, inclusive, relata Solnit (2017) um episódio em que um homem, em determinada ocasião, mencionou sobre o próprio livro que ela havia escrito, com muita arrogância e altivez, de modo que a amiga que a acompanhava teve que repetir três vezes que ele estava falando com a própria autora do livro, de forma que ela afirmou: “Os homens explicam tudo para mim, e para outras mulheres, quer saibam ou não do que estão falando. Alguns homens”.

Não é demais afirmar que a violência política de gênero se enquadra no tipo de violência citada no item C da Declaração do Comitê CEDAW, não devendo ser desprezada pelo Estado numa esfera pública que lhe é muito particular enquanto ente em disputa, por meio das esferas de poder e que é preciso haver um conjunto de medidas que possam frear essa onda de ofensas sofridas por mulheres, em campanhas políticas, não apenas por parte do eleitorado, mas usada como estratégia de articulação política pelos candidatos homens.

É certo que a crescente participação da mulher na política altera formas e culturas do meio e a literatura produzida até o momento pouco se dedicou ao tema, especialmente dentro da perspectiva participação política e violência (PISCOPO, 2016; BARDALL;

BJARNEGÅRD; PISCOPO, 2020). Muitas perguntas submergem ao falarmos sobre a violência sofrida por mulheres nesse aspecto, ainda carentes de respostas, uma vez que seus efeitos têm sido sentidos mais recentemente, quando essas situações, em nosso sentir, contribuíram para derrotas de candidatas em seus pleitos.

Desse modo, cabem alguns questionamentos, não propriamente foco dessa análise, mas que ficam ainda como grandes indagações como quando mulheres politicamente ativas enfrentam barreiras para sua participação, é violência política, violência contra as mulheres ou ambas - e como sabemos? Se a violência política abrange um conjunto maior de danos em um conjunto mais amplo de lugares, como essa violência se fundamenta no gênero? (BARDALL; BJARNEGÅRD; PISCOPO, 2020). Os casos aqui estudados podem ajudar a lançar uma luz sobre os problemas acima mencionados, visto que caracterizados fortemente pelo uso do gênero nas campanhas políticas a que dizem respeito.

A violência política pode usar o gênero de muitas maneiras diferentes, quando, por exemplo, os perpetradores usam a violência para preservar o controle dos homens e sua hegemonia sobre o sistema político (BARDALL; BJARNEGÅRD; PISCOPO, 2020). No mundo todo, os homens que pertencem ao grupo cultural, étnico ou religioso estruturalmente dominante de seu país ocupam a maioria dos cargos políticos (HUGUES, 2011).

A crescente onda de (neo) conservadorismo tem contribuído para o reforço da violência contra as mulheres, em todos os aspectos, bem como levado à regressão de direitos relativos a pautas como aborto, por exemplo (BIROLI, 2016).

Necessário esclarecer que a violência política não encontra definição legal na legislação brasileira e nem tem sido objeto de debate em instâncias governamentais ou acadêmicas ou, até a intensificação de episódios de misoginia na política, não eram (BIROLI, 2016). Assim, para inferir violência política é preciso que sejam estabelecidos alguns parâmetros, a fim de estabelecer que os ataques que constituem violência política precisam ser vistos a partir dos objetivos declarados dos perpetradores (RALEIGH et al., 2010).

Uma definição de violência política de gênero, de acordo com Biroli (2016), pode ser lida abaixo:

A violência está relacionada à posição das mulheres na sociedade - tanto quando é uma reação às mudanças na posição relativa das mulheres quanto quando é um padrão reproduzido nas práticas cotidianas para colocar as mulheres em (e fora de) papéis e lugares sociais específicos. Está, portanto, relacionado às desvantagens no trabalho remunerado, ao sexismo institucional, aos padrões duplos no comportamento sexual e na forma como são reproduzidos culturalmente e, por fim, à exclusão, sub-representação e presença limitada na política. (BOURDIEU, 2016).

Em particular, como manifestação desse sexismo, as violências perpetradas assumem forte conotação de gênero, a exemplo do que ocorreu com Dilma Rousseff, especialmente após a sua eleição como Presidenta da República, com uma série de ataques e associações por parte da mídia e de opositores, reputando-a como uma mulher raivosa, de emoções descontroladas, além de estigmas sexuais e ataques morais, na ocasião do impeachment (BIROLI, 2016). A isso, adicionamos, o próprio fato de Dilma Rousseff, tão logo eleita, em 2010, ter preferido ser chamada como Presidenta levantou diversas críticas de cunho misógino, sexista, como ser a linguagem não estivesse também sob os auspícios do patriarcado, como, de fato, está, conforme indicam estudos sobre o tema.

Algumas imagens foram muito reforçadas. A ideia de uma mulher perder o controle foi a mais evocada, assim como a de uma mulher rude e oprimida, além da violência sexual como um forte componente dos atos contra Dilma, reproduzindo não apenas estigmas que visavam diminuir seu valor como política, mas estigmas que preocupavam as mulheres na vida pública de forma mais geral, ressaltando-se, no dia da votação do impeachment, o termo “tchau, querida”, numa clara conotação de misoginia (BIROLI, 2016).

O que se pode afirmar é que as mulheres são violentadas porque são mulheres e esse abuso assume várias formas, incluindo ataques físicos, sexuais, psicológicos, econômicos, verbais e simbólicos (KELLY, 1988; BARDALL; BJARNEGÅRD; PISCOPO, 2020). A violência contra as mulheres cria, sustenta e reforça a subordinação das mulheres. A violência política de gênero é um esforço em duas frentes: a uma, a de silenciar as mulheres, empurrando-as de volta para a esfera privada; a duas, para esvaziar agendas e debates que tenham como objetivo pautas progressistas para o avanço de direitos para as mulheres (BIROLI, 2016). Para conceituar a violência política de gênero é preciso observar alguns aspectos essenciais, em termos de violência estrutural, cultural e simbólica (KROOK, RESTREPO SANIN, 2019).

Assim, a violência política nas eleições, ou violência eleitoral, pode ser definida como "qualquer ato aleatório ou organizado ou ameaça de intimidar, prejudicar fisicamente, chantagear ou abusar de uma parte interessada política na tentativa de determinar, atrasar ou influenciar um processo eleitoral" (FISCHER, 2001; KROOK; RESTREPO SANIN, 2019).

Por outro lado, a violência contra as mulheres na política seria um subconjunto da violência contra as mulheres, também um pouco diferente da violência contra as mulheres nas eleições, visto que este último inclui atos durante os períodos eleitorais dirigidos às mulheres como candidatas, eleitoras e ativistas, ao passo que a violência contra as mulheres na política é perpetrada contra as mulheres políticas, durante as campanhas eleitorais, mas também após as mulheres assumirem cargos políticos (KROOK; RESTREPO SANIN, 2015).

No Brasil, nas eleições municipais de 2020, de acordo com pesquisas do MonitorLab, em 2020, 40% (quarenta por cento) dos xingamentos foram direcionados às candidatas mulheres com termos ofensivos, gordofóbicos, morais e racistas, sendo as mais atacadas, em primeiro turno, por ordem, as candidatas à prefeitura de São Paulo, Joice Hasselmann (PSL); de Porto Alegre, Manuela D'Ávila (PCdoB); e do Rio de Janeiro, Benedita da Silva (PT) (BRASIL, 2020).

Comumente, as mulheres são estereotipadas, a partir do gênero, e ofendidas com termos sexistas, que apelam à moralidade, além da separação comum entre o que seria uma mulher recatada e religiosa, em oposição a uma que não se pautar por valores considerados bíblicos. É interessante notar que a reação, em muitos casos, é a de a mulher retornar à esfera privada como forma de responder a esses ataques, tentando provar que não merece certos termos que lhe são imputados.

Ao reagir a algumas agressões misóginas, as mulheres candidatas tendem a tentar demonstrar que não se enquadram nos estereótipos em vez de tentar desfazê-los, retirando a pauta da esfera pública e levando para o âmbito privado. Assim, se uma mulher candidata é acusada de ser pouco religiosa, as campanhas têm tentado mostrá-las como assíduas frequentadoras de missas e cultos; quando acusadas de serem favoráveis a certas pautas garantidoras de direitos sexuais e reprodutivos, costumam se abster para evitar desagradar esses setores da sociedade, ancorados na misoginia e no conservadorismo, como se observou em campanhas municipais de segundo turno, no Brasil, em 2021, algumas que serão abordadas nos próximos capítulos.

O fato é que a violência contra as mulheres na política implica, portanto, violações da integridade eleitoral e pessoal (BJARNEGÅRD 2018; KROOK; RESTREPO SANIN, 2019). Ela se origina da misoginia, um sistema que exerce policiamento e impõe normas e expectativas patriarcais. A misoginia distingue entre mulheres “boas” e “más”, punindo as últimas por violações percebidas de papéis de gênero apropriados (MANNE 2018; KROOK, RESTREPO SANIN, 2019).

Como resultado da preocupação com a violência política de gênero, foi sancionada a Lei 14.192/2021, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher durante as eleições e no exercício de direitos políticos e de funções públicas. Com isso, incluiu-se no Código Eleitoral o crime de assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu

mandato eletivo, além de prever que os crimes de calúnia, difamação e injúria durante a propaganda eleitoral também terão penas aumentadas em 1/3 até metade caso envolvam menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia; ou sejam praticados por meio da internet ou de rede social ou com transmissão em tempo real.<sup>7</sup>

Muito embora seja um avanço, a lei carece de técnica especialmente na nomeação dos fenômenos e foge às sutilezas que ainda podem ocorrer nesse campo. No campo político nacional são diversos os exemplos das violências políticas de gênero praticadas contra as mulheres. A noção de VPG, elaborada a partir das diversas violências ocorridas com base no gênero, por Dale Spender (1990), está descrita na sua política feminista da nomeação. A linguagem, dessa forma, pode perpetrar muita violência pelo sexismo e deve ser observada.

A contribuição de Spender foi, como muitas obras feministas sobre linguagem e sexismo neste período, não apenas um estudo da natureza de gênero da linguagem, mas também um chamado para mudar a linguagem. Muitas feministas, embora certamente não todas, acreditavam que mudar a linguagem poderia ajudar a mudar atitudes e poderia ser uma forma de empoderar as mulheres. Spender argumentou que "mudar a sociedade e a linguagem eram tarefas igualmente importantes" e, como visto acima, nos exemplos de Dilma Rousseff, podem fazer diferença para o tema estudado.

Como panorama do que ocorreu nas eleições municipais de 2020, um quadro preocupante: apenas uma capital teve uma mulher vitoriosa, enquanto das 19 em disputa, apenas 7 foram vitoriosas. Além disso, em todo o Brasil, foram escolhidas 658 mulheres para comandar prefeituras, entre os 5.463 eleitos. Isso representa cerca de 12% do total de eleitos. Não houve mudança em relação à proporção de mulheres que foram eleitas para o Executivo no primeiro turno das eleições de 2016. Há quatro anos, 11,7% dos prefeitos eleitos eram mulheres.<sup>8</sup>

Dentre essas acima citadas, duas, particularmente, objeto deste estudo, foram alvos de ataques contundentes por parte de seus adversários e, como será visto mais adiante de forma pormenorizada, de cunho sexista e apelo conservador, de modo a descaracterizar as então candidatas como mulheres, mediante práticas políticas espúrias, de disseminação de fake News e ódios com muito mais destaque para o fator gênero, retirando o debate da esfera pública.

---

<sup>7</sup> BRASIL, Agência Câmara de Notícias, 2021. **Sancionada lei que combate a violência política contra a mulher.** Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/789925-sancionada-lei-de-combate-a-violencia-politica-contra-a-mulher/>. Acesso em 11 de agosto de 2021.

<sup>8</sup> G1, 2020. **Candidatas saem derrotadas no 2º turno, e país terá apenas uma capital governada por uma mulher.** Disponível em <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/29/candidatas-saem-derrotadas-no-2o-turno-e-pais-tera- apenas-uma-capital-governada-por-uma-mulher.ghtml>. Acesso em 11 de agosto de 2021.

O discurso injurioso requer questionar as palavras que ferem, bem como as representações que ofendem e a sugestão é se concentrar nas partes da linguagem que são enunciadas, enunciáveis e explícitas, de modo que, ao ser chamada por algo injurioso, uma pessoa é menosprezada e humilhada, ocasionando duas reações: paralisar ou oferecer possibilidades (BUTLER, 2021). No âmbito deste estudo, a ideia é que a linguagem, escrita ou falada, ainda que representada por meio de imagens, traga horizontes de mudanças.

Nesse sentido, quando o discurso que fere gera uma perda de contexto, de modo que a pessoa ferida não saiba onde está, desorientando-se em relação à própria situação, o que causa instabilidade do “lugar” na comunidade de falantes (BUTLER, 2021). Assim, é um insulto racista, por exemplo, cujo efeito atua de maneira similar a uma injúria física. Para Toni Morrison, deve-se falar ainda de uma “violência da representação”, mencionando a linguagem opressiva como indo além da representação da violência, mas sendo ela mesma a violência (BUTLER, 2021).

Ainda nesse campo da linguagem, afirma Butler (2021) que a análise crítica e jurídica do discurso de ódio é, em si mesma, uma performatização do discurso de ódio, cujos interesses são tanto retóricos como políticos. Significa dizer que esses tipos de discursos comunicam o ódio e constituem atos injuriosos, pressupondo-se que a linguagem age e, precipuamente, age sobre seu destinatário de maneira injuriosa.

Exemplificando o parágrafo acima, em que o discurso de ódio, formatado pela violência política de gênero, constitui o sujeito em uma posição subordinada, pode-se citar o início da performatividade de um discurso quando o performativo opera de acordo com um poder incontestado, como o médico que auxilia no nascimento de uma criança e pronuncia “É uma menina”, iniciando uma longa cadeia de interpelações pelas quais a menina é tornada menina, com o gênero sendo repetido de forma ritual engendrando tanto o risco de fracasso quanto o efeito de sedimentação pela fixação (BUTLER, 2021). Aqui, futuramente, o “é uma mulher” ou o “só poderia ser uma mulher” se tornam armas para a prática das tantas violências sofridas por mulheres, bem como da violência política de gênero, foco deste estudo.

Os discursos de ódio foram normalizados e se tornaram capital político. Em entrevista ao Gênero Número, publicada em 2018, a cientista social San Romanell Assumpção afirmou que:

A linguagem da violência é uma linguagem altamente generificada. Armas são símbolos muito masculinos e a violência opera por ideias de masculinidade e corpos que são violáveis e corpos que não são violáveis. Em um momento em que observamos o aumento do conservadorismo relacionado a gênero e sexualidade, era

de se esperar que em algum momento essa linguagem genericada da violência fosse atingir [mulheres e pessoas LGBTQ+] também.<sup>9</sup>

A estrutura da sociedade brasileira tem convivência com a violência, não apenas a do regime de 1964, a ditadura, mas também com a escravidão e o discurso de ódio pode ser visto como um mecanismo naturalizado dessa convivência. De acordo com BIROLI, em 2019, em artigo veiculado na Folha de São Paulo:

A violência política de gênero é resposta do establishment às mulheres que pretendem alargar o sentido da experiência democrática ao ocupar cadeiras que historicamente pertencem aos homens brancos e proprietários. E a resposta será ainda mais enfática se as mulheres forem feministas antirracistas.<sup>10</sup>

O Brasil começou a engatinhar nesse estudo e a lei, como dito, sendo um avanço, é preciso ressaltar que a violência política de gênero ainda se faz corriqueira em contextos de conflitos, mesmo com a edição da Lei 14.192/2021, inclusive porque, de muitas formas, são sutis suas manifestações, e é preciso que o texto normativo se faça efetivamente na prática, penalizando os seus perpetradores.

Parece que aceitar esse tipo de abuso como “o custo de fazer política” levanta questões sobre a robustez da democracia. Mesmo sem preocupações com a igualdade, interferir nas campanhas eleitorais através desses meios viola os direitos políticos das candidatas e do eleitorado. Além disso, tolerar maus-tratos devido às características peculiares dos indivíduos infringe seus direitos humanos, minando a integridade pessoal e senso de valor social. Por fim, normalizar a exclusão das mulheres da participação política relega-as à cidadania de segunda classe, ameaçando os princípios da igualdade de gênero.

Como disse Saffioti (1987):

De modo geral, contudo, a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, estando também presente no campo da discriminação racial. Ainda que a supremacia dos ricos e brancos tome mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última colocada na "ordem das bicadas" é uma mulher. Na sociedade brasileira, esta última posição é ocupada por mulheres negras e pobres. O poder do macho, embora apresentando várias nuances esta presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não-brancos. Uma mulher que, em decorrência de sua riqueza, domina muitos homens e

---

<sup>9</sup> BRASIL, 2018. Como o discurso de ódio se tornou capital político? Disponível em <https://www.generonumero.media/como-o-discurso-de-odio-se-tornou-capital-politico/>. Acesso em 09 de janeiro de 2022.

<sup>10</sup> BRASIL, 2019. Violência Política de Gênero afasta mulheres da vida pública. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/09/violencia-politica-de-genero-afasta-mulheres-da-vida-publica.shtml>. Acesso em 09 de janeiro de 2021.

mulheres, sujeita-se ao jugo de um homem, seja seu pai ou seu companheiro. Assim, geralmente, a mulher é subordinada ao homem. Homens subjugados no reino do trabalho por uma ou mais mulheres detém poder junto a outras mulheres na relação amorosa. (SAFFIOTI, 1987, p.16)

## **5 RECIFE E PORTO ALEGRE: CORONEIS OU CAUDILHOS, AS MULHERES COMO VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO**

*Das cinco mulheres candidatas que disputavam o segundo turno das eleições municipais nas capitais, todas foram derrotadas. Entre as 96 maiores cidades do país, apenas oito escolheram mulheres como prefeitas. No primeiro turno, Cinthia Ribeiro (PSDB) foi a única eleita em capitais, vencendo em Palmas (TO). No total, elas haviam vencido em apenas 12,1% das cidades, enquanto 87,9% delas serão comandadas por homens.<sup>11</sup>*

De início, interessa deixar claro que o estudo de caso não pretende esgotar, comparativamente, todas as nuances regionais do Recife/PE e de Porto Alegre/RS, nas campanhas analisadas, mas concentrar o estudo no recorte de gênero que pode ter influenciado fortemente os resultados que determinaram as derrotas de Marília Arraes, do PT e de Manuela D'Ávila do PC do B, respectivamente.

Dito isso, é preciso apontar os indícios de uso do gênero como estratégia de violência política e de que as campanhas dos opositores, dois homens, fizeram uso, contra duas mulheres. Aqui, apontamos as semelhanças entre os casos.

Duas mulheres, do campo progressista, com experiência política, foram preteridas, no voto, por dois homens, um, inclusive novato na cena política e com pouco tempo de exercício de mandato eletivo como deputado federal, João Campos, do PSB.

O que chamou atenção em comum: agressões de gênero deferidas contra ambas com forte apelo ao tradicionalismo e ao conteúdo religioso, ainda que, no caso de Campos, no Recife, significasse atacar um partido que compunha, ao lado do seu o Governo do Estado de Pernambuco. Para a cientista política da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mayra Goulart: “Vejo com muita preocupação, não só pelas derrotas, mas pelo modo como essas

---

<sup>11</sup> BRASIL, 2020. Derrota das candidatas mulheres tem a marca do machismo, diz analista Mayra Goulart. Disponível em <http://cutrs.org.br/derrota-das-candidatas-mulheres-tem-a-marca-do-machismo-diz-analista-mayra-goulart/>. Acesso em 13 de janeiro de 2022.

derrotas foram construídas, com uma marcação de gênero muito forte. E a misoginia muito forte”.<sup>12</sup>

Interessante recordar que Marília Arraes, a exemplo de Manuela D’Ávila, também já vinha de uma situação passada de ofensas na política e por parte de correligionários do PSB. Na ocasião da campanha municipal de 2020, a candidata disse já estar “acostumada”, uma vez que, assim que rompeu com o partido, em 2014, teve o seu nome colocado em uma cadela encontrada na rua por militantes da sigla. À época, “O escárnio foi justificado pelos correligionários como “gesto brincalhão” em relação à então vereadora, que semanas antes fazia críticas abertas à presidência nacional da legenda. Segundo eles, esta seria uma “homenagem”. Semelhante a quando integrantes do mesmo comitê, em 2010, apelidaram, “como forma de apoio”, uma cachorra com o nome de Dilma Rousseff, que se lançava à presidência da República pelo PT.”<sup>13</sup>

Algo que deve ser lembrado reside no fato de que, muito embora estejamos tratando de dois casos neste estudo, em razão de terem se assemelhado pelo grau de violência perpetrada, cabe mencionar que, em 2020, mesmo com participação recorde de mulheres, a sub-representação não foi superada e, em maior ou menor volume, as candidatas em todo o Brasil, encerraram suas campanhas com ataques de gênero, mulheres agredidas politicamente a partir de suas condições como mulheres:

Uma violência política de gênero que se acirrou no segundo turno, como mostra monitoramento da *Revista AzMina* e do InternetLab a partir de comentários direcionados às postulantes nas redes sociais. As agressões são verbais, psicológicas e até econômicas – quando os recursos partidários não são distribuídos de forma equitativa se comparados aos candidatos homens. “Como a violência política de gênero pode ser entendida como uma ferramenta que privilegia o espaço político, público e de poder para os homens, quanto mais perto essas mulheres se aproximam da vitória eleitoral, mais essa violência se intensifica”, aponta Roberta Eugênio.<sup>14</sup>

As candidatas do PT, no Brasil todo, em geral, foram alvo de Fake News, especialmente relacionadas à intimidação de eleitores evangélicos, com agressões que misturam misoginia e

---

<sup>12</sup> BRASIL, 2020. Derrota das candidatas mulheres tem a marca do machismo, diz analista Mayra Goulart. Disponível em <http://cutrs.org.br/derrota-das-candidatas-mulheres-tem-a-marca-do-machismo-diz-analista-mayra-goulart/>. Acesso em 13 de janeiro de 2022.

<sup>13</sup> BRASIL, 2020. Violência política contra candidatas é um ‘ataque a todas as mulheres’. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/11/manuela-davila-violencia-politica-contramulheres/>. Acesso em 14 de janeiro de 2022.

<sup>14</sup> BRASIL, 2020. BRASIL, 2020. Violência política contra candidatas é um ‘ataque a todas as mulheres’. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/11/manuela-davila-violencia-politica-contramulheres/>. Acesso em 14 de janeiro de 2022.

antipetismo, a exemplo de Marília Campos, de Contagem e de Margarida Salomão em Juiz de Fora. Assim, de acordo com a pesquisadora Roberta Eugênio, da UFRJ:

Essa comparação demonstra que hoje estamos debatendo a violência contra a mulher na política. Mas de modo essencial estamos debatendo a discriminação contra a mulher na sociedade. Por isso é importante que façamos esse debate como um todo no Brasil. Para que a gente entenda que a violência política de gênero utiliza de uma estrutura específica, que nega sob qualquer signo o espaço político para as mulheres. Não importa que padrões elas cumpram ou mesmo qual espectro político representem. Os exemplos são muito importantes para que a gente materialize, mas mais importante do que os exemplos é entender como isso se organiza de modo estrutural. Porque, caso contrário, quando uma mulher denuncia, vai parecer que ela está falando sobre uma perseguição contra ela. Mas a verdade é que esse ataque é contra todas as mulheres. Inclusive se reforça (o ataque) para que ela fique ali sozinha (na política).<sup>15</sup>

Após o casos de candidatas Brasil afora com acusações de violência política de gênero, tivemos o de Marília Arraes, do PT, em Pernambuco, e o de Manuela D'Ávila, do PC do B do Rio Grande do Sul, sendo a candidata porto-alegrense a mais agredida durante a disputa eleitoral, conforme apontam dados pesquisados em redes sociais, como twitter e instagram, sendo mencionada em 90%, sendo recorrentes xingamentos que dão ênfase a suas características físicas e alusão ao termo “comunista” usado como ofensa, conforme mostra o monitoramento do InternetLab e da *Revista AzMina*, bem como “lixo”, “bandida” e “vagabunda” e “Abortista”.<sup>16</sup>

Esses dois casos estudados chamaram atenção pela violência com que a campanha política se voltou contra duas mulheres com características de combatividade política muito parecidas, trajetórias de experiência anterior em cargos políticos e pertencentes ao campo do progressismo em partidos de esquerda. Mas aqui cabe um alerta feito pela pesquisadora Roberta Eugênio:

Nunca se debatem os projetos que fez, suas ações. E é por isso que a violência política pode ser entendida como um problema que não é apenas da Manuela, mas de todas nós. Porque isso cria uma falta de memória política sobre a gestão dessas mulheres. Quem são as grandes gestoras públicas no Brasil?”, questiona Roberta. “Temos um problema de memória mesmo coletiva sobre essas ações e a importância das mulheres para a política no país. A Benedita (da Silva) é um outro exemplo no Rio de Janeiro. É uma parlamentar com uma longa trajetória, mas toda vez que é atacada é por questões de gênero, raça ou de classe, por ser oriunda da favela”, compara.<sup>17</sup>

<sup>15</sup> BRASIL, 2020. Idem.

<sup>16</sup> BRASIL, 2020. BRASIL, 2020. Violência política contra candidatas é um ‘ataque a todas as mulheres’. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/11/manuela-davila-violencia-politica-contra-mulheres/>. Acesso em 14 de janeiro de 2022.

<sup>17</sup> BRASIL, 2020. Idem.

Nesse sentido, não cabe dizer que a violência política de gênero atinja apenas mulheres de um certo campo ideológico, mas que todas as mulheres estão sujeitas a isso quando encaram o debate político, diferentemente do que quando homens se enfrentam. Mesmo quando são mulheres que se adequam ao padrão do patriarcado e do conservadorismo, essas mulheres vêm de uma cadeia de silenciamentos e imposições e, geralmente, atendem às demandas políticas de um homem, marido ou pai, que as comanda.

Fernanda Mallak, doutoranda em sociologia pela UFSCar, levanta um aspecto relevante sobre os casos de violência política de gênero:

A sociedade moderna, de uma forma geral, tem prerrogativas do controle dos corpos, por vários instrumentos e técnicas, que definem onde nós podemos acessar, e onde somos bloqueados, enquanto indivíduos. E quando se trata de corpos de mulheres, o espaço público, historicamente foi bloqueado”, diz a socióloga. “Estamos vivendo um momento interessante em que as mulheres passam a ocupar esses espaços que historicamente foram ocupados pelos homens. E aí, fazendo uma análise a partir deste prisma, a violência e o assédio têm sido utilizados como uma forma de tentar bloquear esse acesso.<sup>18</sup>

De forma evidente, as agressões sofridas pelas duas candidatas em estudo tiveram potencial negativo, porque arrastaram as campanhas para um jogo afastado do político e podem estar associados à perda de votos que ambas tiveram após um primeiro turno de liderança, tratando-se da candidata de Porto Alegre, Manuela D’Ávila e de crescimento, como foi o de Marília Arraes e o resultado no primeiro turno da eleição em 2020.

É necessário trazer, nesse momento, imagens de monitoramento trazidos pelo O MonitorA que, de acordo com sua definição: “é um observatório de violência política contra candidata nas redes, um projeto da Revista AzMina e do InternetLab, com parceria do Instituto Update. A ferramenta de análise de dados foi desenvolvida pelo Volt Data Lab e os glossários de termos pesquisados foi desenvolvido pela pesquisadora em discurso de ódio Yasmin Curzi. Pelo InternetLab, o MonitorA é uma das frentes do projeto Reconhecer, Resistir e Remediar, uma parceria com a organização indiana **IT for Change**, financiada pelo **IDRC** (Internacional Development Research Center), para pesquisar manifestações e problemas no enfrentamento ao discurso de ódio online contra mulheres no Brasil e na Índia.”<sup>19</sup>

Nesse sentido, apenas reproduzimos aqui as imagens veiculadas pelo site “internet Lab”<sup>20</sup>, em que foram monitoradas duas redes sociais no segundo turno e demonstram, dentre

<sup>18</sup> BRASIL, 2020. Ataques a candidatas se estendem a apoiadoras no 2º turno das eleições. Disponível em <https://www.internetlab.org.br/pt/desigualdades-e-identidades/ataques-a-candidatas-se-estendem-a-apoiadoras-no-2-turno-das-eleicoes/>. Acesso em 14 de janeiro de 2022.

<sup>19</sup> BRASIL, 2020. Idem.

<sup>20</sup> BRASIL, 2020. Idem.

outros, que os candidatos homens, especialmente nos dois casos analisados souberam usar em seu favor, de forma que, com essas imagens gráficas.

Figura 1:

## monitorA

### Ranking das candidatas mais ofendidas no Instagram



### Termos mais usados para ofender no Instagram



## 6 METODOLOGIA UTILIZADA E ANÁLISE DOS DADOS

A presente pesquisa é qualitativa e foi realizada através do Estudo de Caso, nos municípios do Recife e de Porto Alegre, tendo como foco as campanhas municipais realizadas em 2020, com foco nas candidatas Marília Arraes (PT), no Recife e Manuela D'Ávila (PC do B), em Porto Alegre.

Para Minayo (2014), a pesquisa qualitativa pode responder a questões particulares, em temas que não podem ser quantificados, trabalhando-se em um universo de crenças, aspirações, significados, motivos, valores e atitudes, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A pesquisa foi firmada em um processo de triangulação com diversos ângulos de análise, as diversas necessidades de recortes e ângulos para que a visão não seja limitada e o resultado não seja restrito a uma perspectiva (TUZZO; BRAGA, 2016).

Como técnica de coleta de dados, foram utilizadas as entrevistas compreensivas, cuja metodologia será explicada melhor a seguir, com as candidatas e com membros de sua equipe de campanha, além de analistas de política dos municípios do Recife e de Porto Alegre. A análise documental, por seu turno, vai consistir na coleta de matérias jornalísticas, de dados de pesquisas de opinião e de monitoramento de ambas as candidatas, realizadas inclusive na internet a respeito de termos utilizados para se referir às mesmas.

Os sujeitos-chave foram as então candidatas Marília Arraes (PT) e Manuela D'Ávila (PC do B), bem como dois analistas políticos de cada Estado. Foram realizadas entrevistas com duas pessoas da equipe de Marília Arraes (PT), bem como uma pessoa indicada da campanha de Manuela D'Ávila, do PC do B, as quais acompanharam os desdobramentos de forma mais próxima.

Os analistas políticos de cada Estado, Pernambuco e Rio Grande do Sul, foram escolhidos pelo critério de especialização e de atuação em análises das campanhas políticas, não tendo sido de forma aleatória os convites para as entrevistas.

Em relação à candidata Manuela D'Ávila, do PC do B, de Porto Alegre/RS, não foi possível a sua entrevista, mesmo com diversas tentativas de contato e envio do material para análise e resposta. Nesse sentido, foi utilizada uma entrevista concedida pela candidata ao sítio na internet do partido, o PC do B, sobre o tema investigado, de maneira que conteúdo trazido não foi prejudicado. Para o caso de Porto Alegre, no que tange à candidata, analisamos o tema por meio de um dado secundário.

Entretanto, um dado deve ser apontado, uma vez que esta pesquisa triangula dois casos, do Recife e de Porto Alegre, sendo dois partidos considerados ideologicamente de esquerda,

mas que pode ter resultado na negativa (ainda que não explícita) da candidata à prefeitura de Porto Alegre: no Recife/PE, o seu partido ocupa a vice-governadoria, com Luciano Santos (PC do B), tendo como governador Paulo Câmara, do PSB, o partido que concorreu contra Marília Arraes, por meio de João Campos, hoje o prefeito eleito.

Nesse sentido, é indício de que as alianças partidárias possam estar sendo mais privilegiadas do que a luta coletiva da mulher pelo espaço político e isso pode servir como futuro objeto de análise, visto que as mulheres começam a perder espaço numa corrida por um cargo político desde internamente, na estrutura partidária.

Nesta pesquisa, procuramos também ouvir os adversários das candidatas Marília Arraes (PT), João Campos (PSB) e de Manuela D'Ávila, Sebastião Melo (DEM). Foram enviados e-mails para as assessorias oficiais das Prefeituras do Recife e de Porto Alegre: da primeira, nunca obtivemos resposta, ao passo que, da segunda, foi respondido com pedido de envio do roteiro de entrevista e de telefone de contato, contudo, não houve resposta após isso.

Propusemos, para a análise dos dados das entrevistas, a entrevista compreensiva, tendo em vista que sua ideia é, dentro da pesquisa social, a de atacar mitos recorrentes, a exemplo de uma suposta neutralidade do entrevistador como finalidade científica. Assim, a partir de Kaufmann (2013), percebe-se que pesquisas empíricas possuem um elo entre o debate teórico e o metodológico, frequentemente separados pelo utilitarismo científico, colocando a metodologia como um mecanismo mais orgânico a serviço da teoria explicativa das singulares relações humanas.

A entrevista é considerada um método de fácil acesso, além de ser econômica, possibilitando que o material seja extraído e os elementos dali colhidos permitam a ilustração de ideias a serem desenvolvidas, ainda que muitos a acusem de ser um método suspeito, a priori (KAUFMANN, 2013). Historicamente, as entrevistas, nas Ciências Humanas e Sociais, possuem um longo tempo como recurso de análise, com múltipla origem, seja como trabalho de campo do etnólogo, seja como entrevistas clínicas no campo da psicologia (KAUFMANN, 2013).

A entrevista pode ser considerada o meio de pesquisa mais utilizado pelas Ciências Sociais e de mídia, porém foi com o ressurgimento de abordagens compreensivas que, durante os anos 60, diversas formas de recolha, registo e tratamento de material empírico qualitativo vieram a ter um lugar de destaque na pesquisa social (JOVANIC, 2011; FERREIRA, 2014).

Por causa disso, Kaufmann (2013) apresenta uma metodologia particular, a que chama de entrevista compreensiva, a qual recebe emprestado diversas técnicas de pesquisa empírica e

qualitativa, citando as técnicas etnológicas de trabalho com informantes, tornando a palavra extraída do momento gravado o elemento central do dispositivo.

Desse modo, a partir da entrevista compreensiva como metodologia proposta por Kaufmann (2013), que toma emprestados diversos elementos, inclusive da semiestruturada, construímos a análise do material, o que permitiu, a partir da palavra identificar dispositivos do ideário patriarcal-conservador presentes nas campanhas políticas em questão, que podem indicar associação com os resultados de derrotas das mulheres concorrentes.

Nesse sentido, achamos importante citar Kaufmann (2013):

A industrialização da produção de dados e especialização crescente enfraqueceram, de forma incontestável, o debate teórico: cada qual se interessa, antes de tudo, pelos seus próprios assuntos e evita tanto a polêmica quanto o interesse por aquilo que o vizinho faz. A acumulação dos resultados se torna compartimentada e asséptica, perfeitamente positiva no mundo da pesquisa que, entretanto, denuncia oficialmente o positivismo (Kaufmann, 2013, p. 35)

Nesse aspecto, podemos citar, ainda:

A memória, principal fonte dos depoimentos orais, é um cabedal infinito, onde múltiplas variáveis – temporais, topográficas, individuais, coletivas – dialogam entre si, muitas vezes revelando lembranças, algumas vezes, de forma explícita, outras vezes de forma velada, chegando em alguns casos a ocultá-las pela camada protetora que o próprio ser humano cria ao supor inconscientemente, que assim está se protegendo das dores, dos traumas e das emoções (NEVES, 2006, p. 16)

Para Ferreira (2014), “a entrevista compreensiva é o culminar técnico e epistemológico do processo de *criativização* a que a concessão do uso das entrevistas tem sido recentemente sujeita. A entrevista já não é necessariamente concebida como uma técnica neutra, estandardizada e impessoal de recolha de informação, mas como resultado de uma *composição* (social e discursiva) a duas (por vezes mais) vozes, em diálogo recíproco a partir das posições que ambos os interlocutores ocupam na situação específica de entrevista (de interrogador e de respondente), dando lugar a um campo de possibilidade de *improvisação* substancialmente alargado quer nas questões levantadas, quer nas respostas dadas”.

Para Patton (1987), também não se resume a uma mera conversa, possuindo uma delimitação de papéis de entrevistador e entrevistado que são muito fluidas e que podem ser invertidas a qualquer momento, contendo um potencial de modulação da situação de análise pelo pesquisador, transformando ou não sua visão acerca do objeto analisado. Conforme Cedro (2011), é preciso apenas que o (a) pesquisador (a) se mantenha em estado de atenção para que,

nesse exercício de entrevistar e rememoração do passado não haja uma desvinculação do presente do depoente.

Por outro lado, falam que a entrevista em sua abordagem compreensiva padeceria de falta de rigor, o que parece uma acusação sem respaldo. De acordo com Kaufmann (2013), para quem não consegue apreender o conjunto do processo, a entrevista compreensiva parece padecer de falta de rigor, mas a validade dos resultados, numa entrevista compreensiva não merece ser mais questionada do que uma abordagem meramente teórica em que as referências parecem servir de subsídio suficiente e raramente são colocadas em xeque.

Da mesma forma, um modelo estruturado, basicamente, em referências não pode ser inserido de qualquer forma na pesquisa, pois se faz necessária uma concatenação lógica de ideias e ao tempo de progressão da argumentação, pois, do contrário, também será passível de questionamento quanto à sua natureza de validação (KAUFMANN, 2013).

Como alerta Kaufman (2013), o sucesso da entrevista compreensiva depende de uma troca dinâmica entre quem entrevista e quem está respondendo aos questionamentos, porém não se pode, nesse questionário, adotar um tom morno, posto que a entrevista pode padecer de mecanicidade, devendo haver uma quebra de hierarquia e tudo se amoldando a uma conversa entre iguais, sem que, com isso, se esteja renunciando ao rigor científico.

Um aspecto relevante é que o resultado da entrevista compreensiva não se resume a uma “análise de conteúdo” no sentido técnico que o termo ganhou, mas sobretudo depende de uma capacidade analítica de quem pesquisa, uma vez que se constitui quase que como uma antropologia interpretativa, numa postura ativa e produtiva (GEERTZ, 2003; KAUFMANN, 2013).

Como método criativo, fundado na flexibilização de instrumentos, pode-se dizer que a entrevista compreensiva serviu de forma adequada aos objetivos deste estudo que, diferentemente de metodologias mais rígidas permitiu, dentro do que a análise pedia, atingir aos objetivos colocados inicialmente. A leveza do método, contudo, não abandonou o seu rigor durante o percurso metodológico, conforme assevera Kaufmann (2013).

A entrevista, por sua vez, sendo compreensiva, permitiu que as pessoas entrevistadas discorressem sobre o tema proposto, nos moldes de uma conversa informal, de modo que o papel desta investigadora foi o de dirigir o debate, sempre que oportuno, para o assunto proposto (MIRANDA, 2009), mas permitindo que, das palavras, fossem extraídas categorias de análise sobre a associação de dispositivos de gênero e de elementos conservadores dentro de um ideário ainda vigente atualmente.

Para formar o sentido, a análise documental serviu como norteamento para formação analítica. Foram utilizadas imagens a partir de buscas realizadas pelo google, disponíveis para acesso livremente para qualquer pessoa, incluídas no Anexo Único desta dissertação, baseada em material distribuído nas campanhas políticas e veiculados na internet, por meio das matérias citadas ao longo deste estudo.

Além dos materiais, utilizamos as matérias jornalísticas com análises contemporâneas aos fatos aqui estudados, bem como notícias que embasaram a escolha pelos dois municípios propostos. Usamos, ainda, como se viu ao longo dos capítulos, monitoramentos realizados pelo projeto da Revista AzMina e do InternetLab, com parceria do Instituto Update. A ferramenta de análise de dados foi desenvolvida pelo Volt Data Lab e os glossários de termos pesquisados foi desenvolvido pela pesquisadora em discurso de ódio Yasmin Curzi, do InternetLab.

A análise de imagens, metodologicamente, obedece a todo um percurso analítico, objetivo e subjetivo, desde a sua seleção, passando pela análise formal dos elementos e sua contextualização no tempo e no espaço (dimensão objetiva), além da compreensão dos elementos, determinação do código interno e sua interpretação, componentes sintéticos da dimensão subjetiva (MENDES, 2019).

Para se analisar uma mensagem, deve-se ter em mente a necessidade de contextualização histórica e antropológica da mensagem inserida, que pode variar a depender do tempo e seus significantes. Assim:

Em função dessas considerações, em uma análise de imagem torna-se muito importante mapear a trajetória histórica e antropológica dessa imagem porque durante esse processo (de constituição dessa trajetória), significados (sentidos) são agregados ao significante (à forma/tema) – sedimentados e “cristalizados”. Esses significados que se colocam potencialmente à disposição do leitor, podem sobressair mais ou menos em uma interpretação, dependendo do contexto (MENDES, 2019, p.26).

Pelas imagens que foram utilizadas neste estudo, percebe-se uma forte mensagem de estereotipação da mulher, com base em gênero, bem como com outras pautas que trazem à tona o neoconservadorismo cristão e sua utilização pela política.

Nas imagens em que Marília Arraes é apresentada, por panfletos apócrifos, inseridos no ANEXO ÚNICO desta dissertação, há sempre a necessidade de passar uma postura de arrogância, adjetivo que recebeu diversas vezes do candidato João Campos, do PSB, associando-a a temas que buscavam afastar determinado segmento eleitoral de suas propostas. Interessante ressaltar o uso da cor vermelha, que remete ao Partido, PT, ao passo que as imagens nos panfletos com fotos do adversário usam o amarelo, cor tradicional nas campanhas do PSB no Recife, além de remeterem à uma ternura que seria inerente ao candidato.

As imagens de Manuela D’Ávila são identificadas, por sua vez, a contravalores conservadores, concentrados em aspectos físicos a exemplo do que costuma ocorrer em campanhas depreciativas contra mulheres na política brasileira, com forte ênfase em dispositivos de gênero e apelo ao discurso de ódio que gerem aversão em eleitores específicos.

Para Mendes (2019), a interpretação dos signos é etapa primordial e só adquire sentido quando confrontada com a realidade em que está inserida. Como se tratou de uma espécie de “propaganda partidária”, podemos verificar que a seguinte ideia está em consonância com a finalidade dos panfletos distribuídos. Assim:

Em imagens jornalísticas e de propaganda a existência desses códigos é de mais fácil determinação, tendo em vista que se trata predominantemente de imagens argumentativas. As imagens argumentativas são planejadas para afirmar apenas uma única ideia e essa afirmação é reforçada pelo uso de várias redundâncias, de modo que o leitor a entenda e seja convencido a concordar com ela – este é o caso das imagens publicitárias (MENDES, 2019, p. 28)

Dentro de um caminhar com diferentes técnicas de aproximação da realidade, foram identificadas as categorias de análise a partir dos objetivos específicos, sendo colocadas, para melhor visualização no quadro abaixo, mas se alerta que elas não são exclusivas de um ideário em particular, ocorrendo mutuamente no decorrer dos fenômenos aqui explicitados:

Tabela 1: Categorias de análise

“Líder forte” /” Coronel” /” Caudilho”	Alinhamento com pautas religiosas/conservadorismo de costumes/neoconservadorismo
Aparência Física da mulher	“Familismo” / Clã/Estrutura Patriarcal
Fator Gênero em destaque	Figura da mulher de família

**Fonte:** Elaboração própria (2022)

As categorias de análise acima indicadas possuem fundamento em literatura específica sobre o tema e foram obtidas em falas das próprias candidatas e de analistas já ouvidos no curso desta pesquisa, por entrevistas diretamente realizadas no curso da pesquisa ou por entrevistas obtidas por fontes secundárias, no caso da candidata do PC do B de Porto Alegre/RS, como poderá ser visto em toda análise adiante. Nas entrevistas, essas categorias foram citadas reiteradamente pelos voluntários, de forma explícita ou implícita.

Para além disso, percebe-se, nos casos estudados, a presença clara de algumas delas, não podendo ser ignoradas. Outras fazem parte da análise dos contextos estudados, como o

familismo, no que tange ao Recife e a figura da mulher de família, identificada especialmente como parte de alguma religião tradicional. No ideário patriarcal, por sua vez, a busca de um líder forte parece estar atrelada à figura do homem, conforme será visto quando da análise dos dados trazidos pelas pessoas entrevistadas.

De acordo com Gomes (2004), categorizar é que abranger elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. A ideia é organizar e validar as respostas encontradas através da análise dos dados obtidos.

Os dados obtidos por meio das entrevistas foram objeto de escuta e de extração de elementos chaves para a compreensão do fenômeno estudado. No que tange à análise qualitativa, cabe dizer que ela se caracterizou por visar a uma apreensão de significados na fala dos sujeitos, interligada ao contexto em que eles se inserem e delimitada pela abordagem conceitual (teoria) do pesquisador, trazendo à tona, na redação, uma sistematização baseada na qualidade, mesmo porque um trabalho desta natureza não tem a pretensão de atingir o limiar da representatividade (FERNANDES, 1991).

Nesse sentido, as entrevistas semiestruturadas, em que o discurso dos (as) participantes foi gravado e transcrito na íntegra, produzem um volume de dados extremamente diversificados pelas peculiaridades da fala de cada uma das pessoas voluntárias. Quando não foi possível a entrevista, a exemplo do estudo de Porto Alegre/RS, em que não houve a colaboração da candidata Manuela D'Ávila, por exemplo, outras fontes puderam ser utilizadas e não houve prejuízo aos dados analisados. Assim, os dados secundários foram instrumentos que permitiram a conjugação de análises.

Por fim, cabe destacar que a pesquisa não foi toda realizada “no futuro”. Iniciou-se a análise, com escolha do tema, de forma contemporânea às eleições em questão, o que possibilitou já naquela época, em 2020, coleta de materiais para o estudo do fenômeno ocorrido, já tendo sido chamada a atenção para as peculiaridades que cercavam os pleitos eleitorais dos dois municípios, Recife/PE e Porto Alegre/RS.

## 6.1 GESTÃO DA PESQUISA DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Como foi desenvolvida durante a pandemia, trazemos um capítulo que busca explicar como foi a gestão da pesquisa e suas limitações e potencialidades. É inegável que as práticas de pesquisa durante a pandemia foram afetadas e permitiram que fossem reinventadas. Pesquisas de campo tiveram que ser adaptadas para o lar e houve um crescente uso do meio

remoto e dos meios propiciados pela internet para que não houvesse prejuízo ao campo acadêmico.

Sabe-se, por exemplo, por dados divulgados, que a pesquisa feita por mulheres sofreu um significativo impacto durante a pandemia, uma vez que estão presentes, também aqui, os recortes de gênero investigados durante toda essa dissertação. Assim, em matéria publicada pelo Blog da Times Higher Education (THE) em 25 de junho de 2020 por David Matthews, constatou-se o seguinte:

Os resultados são alguns dos primeiros a mostrar que os bloqueios (*lockdowns*) podem estar afetando os registros de publicações das cientistas, com base em outros estudos que demonstram que a pandemia também atrasou as pesquisadoras no estágio de pré-print e envio de artigos a periódicos. Com os bloqueios que fecham escolas em todo o mundo e forçam os acadêmicos a cuidar das crianças em casa, teme-se que as acadêmicas tenham suportado uma carga maior de assistência à infância e trabalho doméstico do que seus colegas do sexo masculino, o que suscitou perguntas sobre como as universidades e os órgãos de financiamento deveriam responder.<sup>21</sup>

Dessa forma, mulheres foram mais afetadas pela carga do trabalho doméstico em razão de estarem mais presentes em casa, comprometendo prazos e envio de artigos a periódicos. Um dos gráficos utilizados demonstra, de 2015 a 2020, que os artigos em que a primeira autoria é de uma mulher tiveram uma queda entre março e maio, sendo abril de 2020 o pior mês para as mulheres nesse aspecto, conforme imagem trazida da matéria<sup>22</sup>:



<sup>21</sup> BRASIL, 2020. Produção científica feminina cai durante a pandemia. Disponível em <https://www.aguia.usp.br/noticias/49310/>. Acesso em 18 de janeiro de 2022.

<sup>22</sup> BRASIL, 2020. Idem.

A conclusão da pesquisa é a de que os trabalhos domésticos, como demonstra a doutrina, são concentrados nas mulheres e que, durante a pandemia, essa onipresença no lar tornou muito mais difícil a separação de tarefas, o que pode demonstrar que o homem não assumiu, como de fato se sabe que não assume, sua parte nas tarefas do ambiente privado. Desse modo:

A teoria é que, à medida que os bloqueios aumentam as cargas de trabalho domésticas – não apenas os cuidados com as crianças, mas também a educação em casa, as compras, a limpeza e o cuidado de parentes idosos – as mulheres recebem mais tarefas que os homens, o que reduz o tempo de pesquisa e exacerba os obstáculos existentes na carreira.<sup>23</sup>

Em pesquisa realizada acerca do trabalho e da vida das mulheres durante a pandemia, podemos citar dados do Relatório da Gênero e Número e da Sempre Viva Organização Feminista, em que 50% das mulheres passaram a cuidar de alguém na pandemia, alcançando até 62% nos meios rurais, incluindo nesse universo crianças, idosos e pessoas com deficiência.<sup>24</sup>

A respeito disso, traz o Relatório em questão um depoimento que retrata bem como se tornou a pandemia para as mulheres: “Os trabalhos domésticos me impedem de me concentrar para realizar trabalhos no computador. O mesmo não acontece com meu marido, que faz muito pouco em casa e tem a maior parte do tempo livre para trabalhar. E vejo que minhas amigas estão em um ritmo parecido”, afirma outra entrevistada.<sup>25</sup>

De acordo com matéria publicada em 2020, com dados extraídos do Projeto brasileiro *Parent in Science* tiveram como resultados preliminares de que 40% das mulheres sem filhos contra 20% dos homens não concluíram seus artigos, ao passo que essa proporção aumenta para 52% de mulheres contra 38% de homens quando há filhos, expondo uma situação de desigualdade de gênero alarmante.<sup>26</sup>

Em dados anteriores, já se sabia que, no estudo de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico – CNPQ, a hegemonia já era de pesquisadores do gênero masculino, mostrando que a pandemia, de modo que também o espaço acadêmico é

<sup>23</sup> BRASIL, 2020. Produção científica feminina cai durante a pandemia. Disponível em <https://www.aguia.usp.br/noticias/49310/>. Acesso em 18 de janeiro de 2022.

<sup>24</sup> BRASIL, 2020. Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Disponível em <https://mulheresnapanidemia.sof.org.br>. Acesso em 18 de janeiro de 2022.

<sup>25</sup> BRASIL, 2020. Produção científica feminina cai durante a pandemia. Disponível em <https://www.aguia.usp.br/noticias/49310/>. Acesso em 18 de janeiro de 2022.

<sup>26</sup> BRASIL, 2020. Produção científica de mulheres despenca na pandemia --de homens, bem menos... Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/05/26/pandemia-pode-acentrar-disparidade-entre-homens-e-mulheres-na-ciencia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 18 de janeiro de 2022.

permeado pela necessidade de inclusão e de igualdade de gênero (GUEDES, AZEVEDO e FERREIRA, 2015).

Trazidas essas questões, a gestão desta pesquisa, embora não afetada pela condição acima foi feita com as limitações do trabalho remoto, quando da realização das entrevistas, bem como com as orientações acadêmicas realizadas pela Professora Orientadora deste estudo e vinculada ao Programa de Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco. Entretanto, é preciso asseverar que, apesar das limitações do formato, não houve prejuízo identificado quanto ao resultado do estudo, de forma que a análise ocorreu sem intercorrências e que a presente pesquisa obteve êxito quanto à finalidade proposta.

A presente pesquisa foi ajustada para que a coleta de dados atendesse aos necessários cuidados individuais e coletivos demandados, bem como as técnicas de aproximação da realidade, uma vez que o rumo do estudo teve que ser adequado para melhor atender aos objetivos propostos.

## **7 RESULTADO DAS ENTREVISTAS**

Foram realizadas 08 (oito) entrevistas, com base em roteiro previamente estruturado, ouvindo-se especialistas e pessoas envolvidas no pleito eleitoral de 2020, nas cidades do Recife e de Porto Alegre.

A princípio, cabe dizer que, no estudo de caso de Porto Alegre/RS, não houve a colaboração da então candidata Manuela D'Ávila, o que será analisado no decorrer deste capítulo a respeito do que pode significar diante da luta coletiva das mulheres dentro da política. Não houve, ainda, contribuição de outra convidada, cuja participação a respeito do estudo em questão teria sido interessante, em razão de hoje ocupar a presidência do partido do PC do B na cidade de Porto Alegre/RS.

A despeito das colaborações não recebidas de importantes agentes políticos da cidade de Porto Alegre/RS, a dificuldade foi superada com o uso de entrevistas da própria candidata do PC do B, Manuela D'Ávila a respeito da violência política de gênero, bem como de outras fontes que auxiliaram as conclusões dessa Dissertação de Mestrado.

Inicialmente, traremos os resultados das entrevistas que nos conduziram ao cenário da campanha municipal para a Prefeitura da Cidade do Recife, em 2020, tendo se concentrado os episódios estudados especialmente no segundo turno do pleito, entre o candidato do PSB, João Campos e a candidata do PT, Marília Arraes.

Todas as entrevistas foram realizadas em 2021 e obedeceram aos protocolos sanitários

e de distanciamento social ocasionados pela pandemia do Covid-19.

A primeira entrevista foi realizada com a Membro de Equipe 1, do Recife/PE, em 2021, que acompanhou a campanha municipal ao lado da candidata Marília Arraes ao longo de todo o pleito, fazendo parte da pré-campanha e da Coordenação Política da campanha do PT à Prefeitura da Cidade do Recife. A entrevistada asseverou que fez parte do grupo que apoiou, desde o início, a candidatura própria do PT, no município do Recife/PE, o que levou, de acordo com ela a diversas articulações no Estado de Pernambuco.

Para a Membro de Equipe 1, o ideário patriarcal/conservador é muito presente na estruturação das relações sociais e políticas da sociedade e, nos partidos políticos, isso não é diferente. Para ela, o Governo Central, misógino, machista, contribui para um ressurgimento desse discurso fortemente contra as mulheres.

Para essa entrevistada, nem a presença de mulheres na campanha não foi suficiente, segundo ela, para frear esse ímpeto machista e conservador no segundo turno contra Marília Arraes, citando a Presidenta Dilma como um exemplo de como funcionam tais discursos com componentes políticos. A intimidação, de acordo com ela, se dá pelo fato de mulheres sendo mulheres, o que não ocorre com homens.

O componente familiar, para a Membro de Equipe 1, adicionou ódio ao ímpeto com que as agressões ocorreram contra Marília Arraes e denota a existência de uma espécie de clã que se formou no ambiente partidário do PSB no Estado de Pernambuco. Aqui, percebemos o familismo presente na fala da deputada entrevista, reforçando alguns argumentos teóricos da dissertação.

O fato de a mulher não ser colocada como sujeito de sua própria história pessoal é um obstáculo para que isso venha a ser politicamente competitiva é um aspecto dificultador, mas que pode ser superado pela luta coletiva das mulheres, gerando avanços nesse sentido, mas também denuncia os retrocessos do momento político brasileiro.

Ressaltou a ofensividade das agressões contra Marília Arraes no segundo turno e fez menção aos últimos dez dias de campanha, com ataques ao PT e à candidata, falando inclusive que houve falha na reação quanto ao que se viu na campanha em questão. Para ela, o discurso machista e conservador foi plantado e regado, de forma que se tornou difícil uma combatividade.

Em relação ao candidato João Campos, do PSB, coloca-o como “jovem velho candidato”, representante de um patriarcado político, com a única inovação de que seu secretariado seria “paritário”.

Sobre as semelhanças entre as formas como as candidatas Marília Arraes e Manuela

D'Ávila, atestou que são duas mulheres jovens, com experiência política, que causam incômodo e que não se colocam sob o comando do patriarcado. Para ela, o fato de serem do campo progressista, reforçou o uso dos estereótipos de gênero contra mulheres. Para ela, as representantes do campo conservador, não negam que são comandadas pelo patriarcado e isso pode significar um abrandamento nas agressões que elas sofrem, no campo político.

A segunda entrevista foi realizada com o que chamaremos Membro de Equipe 2, que fez parte da coordenação da campanha da candidata Marília Arraes, do PT, ficando responsável pela mobilização e pela forma de apresentação da candidatura. Ao decorrer do pleito, ficou responsável pela parte mais operacional do Comitê.

Para ela, apesar de o Nordeste ter uma expressividade de candidaturas ditas progressistas, considera que ainda há muitas questões arraigadas estruturalmente. Há, segundo ela, uma dificuldade nas pessoas quanto ao entendimento das pautas do feminismo, do que é defendido contra o machismo estrutural. A falta de conhecimento, somada ao pouco tempo de campanha, bem como sobre as pautas que envolvem as mulheres gera resistência e preconceito, bem como estaria atrelada a papéis de gênero relativos a mulheres. Além disso, cita os esforços da candidatura adversária em promover mais desconhecimento com as agressões realizadas.

A Membro de Equipe 2 destaca que a pouca presença de mulheres nos cargos políticos é um problema alarmante e que o discurso utilizado pela campanha de João Campos, do PSB, com ênfase no gênero, teria angariado votos para ele, o que, somada à existência de uma população com costumes conservadores, ressaltou a existência de um machismo estrutural.

O ideário patriarcal-conservador adocece as mulheres, de acordo com a Membro de Equipe 2 (PT), o que gerou, nela, um esgotamento mental diante das agressões recebidas contra Marília Arraes, agressões essas de cunho machista e conservador. Ressalta que foram dez dias, assim como disse a Membro de Equipe 1, de ataques diários dessa natureza, afastando o debate das propostas.

Para ela, há semelhanças nas formas como ocorreram as derrotas das candidatas Marília Arraes, do PT, e Manuela D'Ávila, do PC do B, com uma ressalva: no Rio Grande do Sul, segundo ela, foi uma campanha de direita, do MDB, contra uma de esquerda, contudo, no Recife, foram dois partidos, duas frentes de esquerda, mas cujo discurso não se diferiu de um discurso comumente usado pela direita, enfatizando o jogo “baixo” praticado contra a candidata do PT em Pernambuco.

As próximas entrevistas foram realizadas com analistas políticos: Analista Político 1 e Analista Político 2, do Estado de Pernambuco, para, ao final do tratamento desses resultados, termos realizado a análise da entrevista da candidata Marília Arraes, do PT.

O Analista Político 1 atua, dentro outras atividades profissionais, na Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. “Possui graduação em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco, mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de História e Ciências Sociais, com ênfase em Teoria e Filosofia da História, Teoria Política, atuando principalmente nos seguintes temas: teorias da democracia; Comunismo, Política, Brasil, Democracia e Política.”<sup>27</sup>

Segundo o Analista Político 1, Marília Arraes teria “corrido por fora”, nas eleições do Recife/PE, tendo encontrado dificuldades para sair candidata em virtude de resistência já no próprio partido, mesmo com pesquisas favoráveis ao seu nome, o que também coincide com a fala da Membro de Equipe 1 a respeito da candidatura dela. Essa situação partidária acima descrita, a discussão interna dos partidos, é comum em todos, exceto quando comandado por uma oligarquia, que, normalmente, decide quem vai ser ou não candidato e, ainda assim, gera descontentamento, referindo-se ao PSB, em específico.

A isso, soma-se a questão de gênero, segundo o professor e analista político 1. Nas eleições do Recife/PE, não havia apenas Marília Arraes, mas outra candidata mulher, que perdeu força ao longo da campanha e a candidata do PT, a única mulher, que ganhou destaque, vindo a interferir, posteriormente, o contexto cultural, familiar e político da cidade do Recife/PE, contexto esse extremamente desfavorável a uma candidatura feminina, que viria desde a época da Casa Grande, citando o professor o livro de Gilberto Freyre, intelectual brasileiro, e recifense, autor da obra Casa Grande e Senzala. A Casa Grande como a matriz do Estado brasileiro, definindo sua hierarquia interna, tendo o patriarca, o Senhor de Engenho, como seu líder e depois toda a hierarquia da Casa Grande se seguindo.

Para o Analista Político 1, a inserção da mulher na política sempre foi muito precária e cita o processo de impeachment contra a ex Presidenta Dilma como exemplo de misoginia, mesmo com os avanços conquistados que, de acordo com ele, ainda não ocorre no campo da política. O meio político, sendo algo sujo, no imaginário popular, há um preconceito de que esse não seria o lugar adequado para as mulheres, visto que poderiam ser corrompidas. Aqui, na fala do professor, é possível constatar a presença dos estereótipos de gênero e papéis sociais previamente determinados.

As mulheres eleitas, para ele, sofrem muito nos seus mandatos e têm sido tolhidas em suas atividades, contudo algumas, especialmente as que atuam no campo progressista,

---

<sup>27</sup> BRASIL, 2020. Dados profissionais do Analista Político 1.

conseguem avançar um pouco mais, mas ainda são minoria. Outro problema é que as mulheres também não votam nas mulheres e isso contribui para a sub-representação da mulher na política e essa falta de voto “em bloco” prejudica as mulheres como um todo.

No Recife, ele cita a atitude do candidato João Campos, do PSB, como de muito preconceito e os ataques, orquestrados, intimidaram a candidata Marília Arraes, do PT, uma vez que ela não reagiria ao estilo grosseiro, machista, de campanha. Cita, inclusive, a atitude da avó, Ana Arraes, ao tentar intervir para que se deixasse de “lavar roupa suja em público”, entretanto, pondera o professor, isso teria custado muitos votos à candidata petista.

Para ele, foi uma campanha grosseira, despolitizada, misógina e que, de forma impressionante, ainda surte efeitos entre o eleitorado. Estratégias, pretextos arranjados, que atacam a honra, campanha “marrom”, amoral ou imoral, especialmente contra uma mulher que, segundo ele, parecem ser muito mais suscetíveis, nessas situações, a perderem apoio quando esse tipo de campanha é utilizado do que quando usado contra os homens, o que causa outra desvantagem na disputa. O segundo turno, para ele, foi surpreendente de modo negativo e deu a vitória ao candidato do PSB, ao final do pleito.

Segundo sua fala, o fato de ter sido o PT na disputa não foi tão relevante, visto que há uma aliança partidária do Estado. Porém, por ser da mesma família, houve uma intensificação na disputa, pois acredita que a presença do elemento afetivo teve uma importância para o resultado da eleição e, por fim, sendo uma mulher. Fosse um homem e não Marília Arraes, não haveria espaço para o uso da estratégia que foi utilizada, inclusive porque é mais difícil um revide no mesmo tom, normalmente.

Para o analista político 1, espera-se da mulher que ela seja recatada, que veja, ouça e que cale. Nesse aspecto, essa expectativa se transfere para o campo político, mas que acaba sendo prejudicial ao desempenho na política. A isso, somado aos resquícios da Casa Grande, tem grande destaque para a perda de votos em um pleito eleitoral. Quando uma mulher se coloca da forma que não se espera dela (pelos estereótipos), acaba sendo comparada a um homem, o que também gera problemas no resultado da corrida eleitoral.

A esfera pública brasileira carece, na visão desse entrevistado, da estrutura republicana e se assemelha a um divã ou a uma delegacia de costumes, sendo a despolitização uma marca muito característica nos cenários eleitorais. A uma mulher, pede-se muito mais do que se pede a um homem em uma disputa eleitoral. E a reação da candidata, em certa medida, cedeu à agressão recebida, tentando se aproximar do padrão do conservadorismo, de uma mulher que frequenta a missa, tentando uma aproximação ideológica na tentativa de defesa.

Por fim, acredita ele que o nível do eleitorado é receptivo ao discurso, ao ideário

patriarcal e conservador, gerando a perda de votos e a influência da Igreja e hoje, em específico dos neopentecostais na política brasileira ainda é muito grande, dificultando a conquista de direitos para as mulheres.

Por fim, acredita que o caso da disputa no Recife foi pior que o pleito de Porto Alegre/RS, entre Manuela D'Ávila, do PC do B, e Sebastião Melo, do MDB, uma vez que diversos elementos estavam misturados entre João Campos e Marília Arraes do que na porto-alegrense. A candidatura de Manuela D'Ávila tinha potencial de vitória maior que a de Marília Arraes, em razão da visibilidade conquistada na campanha nacional, em que concorreu à vice-presidência, mas sendo mulher e comunista foi alvo de agressões com campo fértil em virtude do cenário político do Brasil.

A entrevista seguinte foi realizada com a Analista Política 2: é Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco, possui graduação em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal de Pernambuco, bem graduação em Serviço Social e mestrado em Ciência Política pela mesma universidade. É, ainda, Especialista em Ciência Política pela Universidade Católica de Pernambuco. Atua na área de Políticas Públicas e tem experiência em campanhas eleitorais e em marketing político, atuando em pesquisas e na formulação de estratégias. Experiência como assessora de imprensa para parlamentares e instituições políticas. Palestrante e debatedora em temas como eleições, gestão pública e Poder Legislativo. Coordenou cursos de graduação e tem experiência no ensino superior nos cursos de Direito, Administração, Ciências Contábeis e Comunicação Social. Na Pós-Graduação, já lecionou disciplinas como Metodologia da Ciência; Marketing e Políticas Públicas.<sup>28</sup>

Para ela, 2020 foi o primeiro pleito inserido em um ciclo iniciado em 2018, com uma agenda conservadora, do ponto de vista dos costumes, do comportamento, com uma pauta fortemente ligada ao segmento religioso, além de um rompimento com um viés político menos ideologizado. Em 2018, iniciou-se a tentativa de realizar uma demarcação entre direita x esquerda, nós x eles, ainda que não se tenha clareza do que se busca, o que, historicamente, contrasta com a experiência republicana brasileira, em que os partidos careciam dessa demarcação ideológica em sua maioria.

As eleições municipais foi a primeira após o ápice de 2018, de um processo que vinha desde 2013, gerando muita incerteza, inclusive se a pauta de costumes iria continuar definindo a preferência do eleitorado como ocorreu, em âmbito nacional, em 2018 com a pandemia pautando as eleições.

---

<sup>28</sup> BRASIL, 2020. Dados Profissionais da Analista Política 2.

Para ela, a eleição do Recife, em 2020, teve profusão de candidaturas majoritárias, lançando candidaturas próprias, em razão da mudança das regras eleitorais, com um eleitorado recifense descontente com os Governos Federal, Estadual e Municipal. Por outro lado, a oposição não conseguiu se articular em torno de um nome e subestimou a participação da máquina municipal nas eleições. No lado da esquerda, houve uma divisão entre PT e PSB, com o fator Marília Arraes, que tinha pesquisas quanti e qualitativas que mostravam que era uma candidata competitiva, embora sem unanimidade partidária quanto a sair como candidata ao pleito majoritário. Esperava-se, entretanto, uma disputa entre direta x esquerda e não entre PSB e PT, como ocorreu ao final.

A analista política 2 aponta que a participação política da mulher é um tema substancial e que vem ganhando relevância, a partir dos debates e da destinação de recursos do fundo eleitoral para a campanha feminina. Mas a essa ação vem uma reação: o avanço das mulheres na política, no âmbito do executivo, em específico, enfrenta barreiras culturais significativas e traz discussões sobre atributos físicos da mulher.

Na sua análise, Marília Arraes, do PT, já entrou na disputa numa condição desconfortável, o que ocorreu também com a outra candidata do primeiro turno, mas com toda a pecha da esquerda, trazendo a carga do preconceito com a agenda progressista, além da questão interna partidária, tendo que, o tempo todo, provar que a sua candidatura era legítima, o que a levou para a defensiva e, na campanha, isso foi prejudicial como um todo.

De um lado, uma mulher que enfrentou o partido e se colocou como candidata e, de outro, um candidato “herdeiro”, natural pelas origens paternas. Ambos estavam tensos, cada um por suas variáveis, mas a questão do gênero, para ela, foi muito decisiva, ressurgindo a pauta de costumes com força no segundo turno, de um modelo de comportamento feminino, um modelo religioso, com distribuição de panfletos apócrifos, o que acredita que foi estrategicamente posto, em que se encontrou aí o pilar de fragilidade que, ao mesmo tempo, não conseguiu rebater com eficiência as agressões. O fato de ser uma mulher, aumentou, de acordo com ela, o processo político que já foi muito raivoso.

O pano de fundo conservador e patriarcal, então, na visão dela, gerou identificação a certas bandeiras conservadoras e isso acaba influenciando os pleitos eleitorais, numa disputa entre o bem contra o mal, um simbolismo que busca colocar a moralidade no centro e essa fosse a forma de resolver o problema da má gestão do recurso público. Na fala da professora, identifico, novamente, a projeção da hierarquia da Casa Grande para o Estado.

Tenta-se, assim, naturalizar que o lugar da mulher não é na política, sendo reavivado na eleição municipal de 2020 e se somando às outras variáveis, do ser mulher, de vinculação

partidária com o PT, do campo progressista, desequilibrou o jogo político tornando difícil uma vitória de Marília Arraes, conforme a Analista Política 2, do Recife/PE. Enquanto isso, o candidato João Campos, do PSB, foi trabalhado em torno de uma agenda positiva, escondendo as figuras do ex-prefeito do Recife Geraldo Júlio e do Governador de Pernambuco, Paulo Câmara do PSB, ao passo em que se colocava como o protagonista da sua campanha, embora não fosse bem assim. Embora Marília Arraes tivesse um histórico propositivo em seus mandatos políticos, isso não foi trazido na campanha municipal, ocasionando prejuízos como um todo.

No entender da cientista política, uma agenda para falar com a mulher é necessária, mas é preciso que se avance na participação das mulheres na estrutura partidária e tudo isso é um caminho que pode abrandar esses efeitos nocivos do ideário patriarcal e conservador nas campanhas políticas contra candidatas mulheres.

Em relação às possíveis semelhanças entre as derrotas de Marília Arraes, do PT e de Manuela D'Ávila, do PT, afirma que existem. Assevera que não é coincidência que ambas sejam de candidaturas de partidos de esquerda, que sejam muito identificadas com mulheres mais progressistas, com facilidade de dialogar com diversos segmentos sociais, que não restrinjam sua atuação para o segmento religioso e que não se portam como herdeiras políticas de um homem. Ambas possuem carreiras políticas próprias (apesar de Marília Arraes ser da mesma família do Campos, do PSB), desvinculadas de origens oligárquicas, patriarcais e conservadoras, o que, no cenário atualmente vivenciado pela política brasileira, acarretaram agressões não apenas por serem mulheres, mas mulheres com determinado perfil.

Lembra a analista política 2 que o eleitorado de Porto Alegre é semelhante ao do Recife, com muito debate no campo da ideologia e controle social da gestão pública, possuindo claramente um eleitorado de esquerda, mas claramente um eleitorado conservador também, de outro lado, demarcados, sendo cidades com muita desigualdade econômica. Nas duas capitais, produzem-se políticos conservadores, ligados ao segmento religioso, ao tempo em que há muitos políticos de esquerda. Ambas as candidatas foram desconstruídas, portanto, usando a mesma estratégia eleitoral dentro de todos esses aspectos apontados e esse discurso hegemônico na sociedade vai levar algum tempo para ser revertido.

A próxima entrevista a ser analisada foi a da candidata do PT, Marília Arraes, realizada também em 2021, assim como as anteriores. Inicialmente, a candidata pontua que há, no Estado de Pernambuco, poucas mulheres na política, sendo ela a única deputada federal atualmente, nunca tendo representante feminina no Senado e, na campanha, acredita que a disputa foi diferente de uma que fosse realizada entre homens.

Para a candidata do PT, à época, o discurso usado dentro do ideário patriarcal-

conservador talvez tenha tido mais aderência no eleitorado pelo fato de terem sido agressões usadas contra uma mulher, embora não claramente, não deliberadamente, machista em seu teor. Fora isso, acredita Marília Arraes que houve outras afirmações, em debate, com a tentativa de desqualificá-la, de “mandar estudar”, alegando que seus mandatos foram ruins, o que ela acredita que é feito no cotidiano de muitas mulheres em diversas áreas de trabalho. Para ela, o êxito da mulher é sempre atribuído a outras questões, que não a própria capacidade, e isso tentaram fazer com ela nas eleições, como um reflexo do machismo, da misoginia, na sociedade, sendo mais forte na política e mais publicizado.

Marília Arraes acredita que o fato de as mulheres estarem mais conscientes dessas agressões de gênero facilita a percepção dessas violências contra as mulheres, o que promove união e ajuda um pouco a combater esses tipos de ataques. Ressalta que a mulher, para ser candidata, já enfrenta dificuldades antes da campanha, inclusive cita sua experiência pessoal, quanto a questionamentos sobre quem cuidaria da sua filha quando ela fosse exercer seu mandato em Brasília, o que, certamente, para ela, não ocorre com os homens, gerando culpas para o enfrentamento das lutas do lado “de fora”.

Durante a campanha, Marília Arraes sentiu a necessidade de não demonstrar fragilidade e abalo em razão das agressões sofridas durante a campanha do Recife, em 2020, alegando que sua posição ali estava fortalecendo muitas mulheres que a acompanhavam. Para a escolha de voto, no segundo turno, a partir dos discursos usados contra ela, acredita que os ataques diversos foram determinantes para o uso da máquina pública contra ela e, com a desqualificação promovida contra ela, de forma sistemática, a disputa teria sido “igualada”, posto que a candidata acredita que estava mobilizado adesão pelo desempenho e pelas propostas, tendo o candidato João Campos, do PSB, a partir das Fake News e discursos de ódio, alcançado vantagem no poder econômico, posteriormente ao ganho de impulso que lhe teria sido possibilitado pelas estratégias misóginas e conservadoras contra ela.

A análise do discurso de misoginia, para ela, não parte de uma explicitação dos materiais distribuídos e demais dispositivos utilizados, mas foram subliminares, mas, pelo fato de a sociedade ser estruturada em cima do machismo, também gera um impacto maior contra a mulher. Acredita que, por ser de esquerda, as agressões foram ainda mais efetivas contra ela, além do poder econômico.

Sobre o ideário patriarcal-conservador, em sua vida política e, na campanha em específico, acredita que os dias mais intensos teriam sido os últimos sete dias de segundo turno, com quase 50% dos programas veiculados pelo seu oponente calcado na Bíblia, sendo três dias alegando que ela era contra a Bíblia e contra a “Palavra de Deus”. Para ela, o desconhecimento

da população sobre as agressões foi algo que também pesou no seu desempenho eleitoral no segundo turno, visto que o voto evangélico, no Recife, já representa quase 30% do eleitorado.

Cita a deputada federal e candidata à época, a respeito de sua vivência, que ela, sendo a agente política, se estiver acompanhada por um homem, costuma observar sempre que os diálogos são direcionados em olhar a um homem, mesmo sabendo que é dela o protagonismo. Essa validação por figuras masculinas, segundo ela, é uma constante e ela, por não atuar dessa maneira, provoca aversão.

Sobre as supostas semelhanças entre as derrotas sofridas por ela e por Manuela D'Ávila, em Porto Alegre, em 2020, afirmou que, no caso do Recife/PE, as agressões partiram de um candidato que se diz de esquerda, apoiado, inclusive pelo partido da candidata de Porto Alegre, o PC do B, que via tudo isso acontecendo e não se pronunciou em nenhum momento quanto à situação vivida por ela, Marília Arraes. Assevera que, ao contrário da porto-alegrense, que teve solidariedade de todos os partidos de esquerda, isso não ocorreu em relação ao PT e à sua candidatura no Recife. Pontua que, por isso, sua luta teria sido mais difícil do que a de D'Ávila, em Porto Alegre. Acredita, por fim, que, independentemente, do espectro partidário, as mulheres sofrem violência de gênero na política, sendo um problema a ser superado.

As próximas entrevistas serão focadas no município de Porto Alegre, RS, na campanha de Manuela D'Ávila, do PC do B, tendo sido realizadas três entrevistas. A entrevista da candidata Manuela D'Ávila, que não foi concedida para o presente estudo, foi retirada do site oficial do seu partido, o PC do B, tratando do tema da violência política de gênero, cabendo para os objetivos desta dissertação.

A primeira entrevista concedida foi a de um Membro de Equipe, que chamaremos de Membro de Equipe 3, sendo sobre a campanha de Porto Alegre. Doutor em Ciência Política, pela UFRGS e, conforme sua apresentação na entrevista, foi coordenador de marketing da campanha do PC do B, de Manuela D'Ávila para a Prefeitura de Porto Alegre/RS. Segundo ele, a campanha fez uma opção por trabalhar a ideia de o voto em uma primeira prefeita mulher e também a de que as mulheres governariam de uma maneira diferente, inclusive usando exemplos de prefeitas e de líderes nacionais na gestão da pandemia, o que gerou um engajamento consistente, transpondo barreiras ideológicas, com pesquisas de intenção de votos das mulheres na candidata do PC do B muito significativa.

De acordo com o Membro de Equipe 3, essa mesma estratégia, nos eleitores homens, gerou uma percepção de um pouco de exclusão, no que aquilo seria diferente, uma verbalização nunca conscientemente assumida, mas que se percebe no inconsciente não declarado desses homens eleitores homens uma resistência em admitir que uma mulher governaria de forma

diferente.

Sobre a violência de gênero, percebeu ele um grau muito extremo, verbalizado pelos oponentes, no segundo turno, bem como um outro candidato, no primeiro turno, candidato apenas para atacar a Manuela D'Ávila (aqui acreditamos que ele se refere ao candidato do PROS, já citado no decurso desta análise). Há uma outra questão que ele aponta como interessante: o argumento da experiência; nesse ponto, afirma que o peso da alegação da falta de experiência pesou muito mais para a mulher, Manuela D'Ávila do que para outros homens em outras situações, a exemplo do Nelson Marchezan Junior, em 2016, candidato em primeiro turno que, quando fora eleito prefeito de Porto Alegre, no RS, em teria a mesma idade e experiência da então candidata do PC do B.

Em sua visão, no segundo turno, em parte, a questão da desigualdade de gênero explica um pouco da rejeição a Manuela D'Ávila, somado ao argumento do anti-esquerdismo e uma transformação, de acordo com ele, em um eleitorado mais conservador. Para ele, a onda conservadora em Porto Alegre se alimenta ainda mais pelo fato de o adversário ser uma mulher, cujos contornos ideológicos, geram preconceito advindo da misoginia. A virulência da eleição aumentou pelo fato de ser uma mulher. Chamou a atenção que se ocuparam do cabelo da candidata Manuela D'Ávila, diferente do que foi usado na campanha presidencial, uma pauta muito explorada quando a candidata é mulher. Sobre as semelhanças com a eleição no Recife/PE, ele não soube dizer precisamente, visto que não acompanhou a eleição recifense.

A próxima entrevista foi realizada com o Analista Político 3, referente à eleição de Porto Alegre. Ligado à UFRGS e cientista político, possui graduação em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, atual UNESP, mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estudos Eleitorais e Partidos Políticos, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia, Rio Grande do Sul, partido dos trabalhadores, cidadania e partidos políticos.<sup>29</sup>

Segundo ele, há erros interpretativos quanto à tradição política do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Porto Alegre não se alinhou às forças farroupilhas contra o Governo Central e continuou, à época, leal ao Imperador. De acordo com o Analista Político 3, o próprio Getúlio Vargas era um senhor patrimonial e dentro dessa visão, é possível dizer que o Rio Grande do Sul e que Porto Alegre não são progressistas como se acredita e que tem forças políticas muito bem colocadas, portanto, embora tenha um setor fixado no progressismo.

---

<sup>29</sup> BRASIL, 2020. Dados profissionais do Analista Político 3.

Isso, de acordo com ele, deve ser levado em consideração para a análise do tema. Segundo o entrevistado, em levantamento realizado, as duas últimas eleições antes de 2020, em Porto Alegre, já haviam gerado derrotas para as forças de esquerda, com uma curva descendente nesse aspecto. Para o analista, embora a Manuela D'Ávila seja um excelente nome, ela tem teto, sendo vulnerável às campanhas de internet, sendo alvo preferencial, conforme havia ocorrido na campanha presidencial em que era vice-presidente na chapa do Haddad (PT). A isso, soma-se o fato de ser do Partido Comunista – PC do B.

No entender do cientista político, foi um grande feito a Manuela D'Ávila ter ido ao segundo turno, especialmente porque acredita ter havido dispersão de votos pelo excesso de candidaturas de mulheres ao pleito majoritário municipal.

Houve semelhança, na análise do entrevistado, entre as derrotas havidas no Recife e em Porto Alegre, nos pleitos municipais de 2020, citando o agravante de que, no Recife, foi a partir de um partido do campo político da esquerda. Para ele, há uma exacerbação de agressões misóginas pela onda reacionária e conservadora e que esse tipo de situação se repetiu na campanha, prejudicando a candidata do PC do B, em Porto Alegre, em 2020. Relembra o professor que a Dilma e a Manuela D'Ávila foram vítimas do discurso misógeno e conservador, mas que suas situações não foram apenas determinadas por esse fato, embora estejam associados aos resultados ocorridos.

O segmento conservador pode ter preferido Melo, do MDB, em razão de toda a estrutura discursiva utilizada, o fato de a Manuela D'Ávila ser mulher e estar ligada aos movimentos emancipatórios feministas, além do PC do B, certamente, contribuíram para a ocorrência dos ataques que foram proferidos contra mulheres nas eleições de 2020.

A entrevista seguinte foi realizada com o Analista Político 4, ligado à UFRGS, que tem a seguinte titulação: Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Cultura Política, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia, participação, políticas públicas e direitos humanos.<sup>30</sup>

De acordo com o Analista Político 4, as campanhas em Porto Alegre, e no Rio Grande do Sul, em geral, sempre foi marcada por polarizações e, na década de 1990, em todas as eleições estiverem o PT aliado a partidos de esquerda contra os partidos mais conservadores. Na eleição de 2020, o Melo, do MDB, já era uma figura conhecida no meio de centro-esquerda

---

<sup>30</sup> BRASIL, 2020. Dados profissionais do Analista Político 4.

que, no meio do processo eleitoral adotou um discurso conservador, mas foi ligado a movimentos sociais e outros de esquerda.

No bloco do centro para a direita, havia três candidatos com possibilidade efetiva e, no de esquerda, o PT não apresentou um candidato, mas outras duas candidatas, além da Manuela D'Ávila, que foram a Juliana Brizola, do PDT e a Fernanda Melchiona, do PSOL, também com exposição importante prévia, o que causou uma divisão no processo. Uma eleição com 6 (seis) candidatos foi uma surpresa.

Dentro do processo eleitoral, para ele, o candidato Melo, do MDB, adotou uma postura mais centrista, descolando-se do bloco de direita, porém, à medida que a candidata que foi ao segundo turno com ele foi a Manuela D'Ávila, teria havido a descoberta de um “bolsonarismo congênito” que ele não conhecia antes. Nesse sentido, a postura mais à direita do Melo teria sido um oportunismo eleitoral certo.

Para o entrevistado em questão, o patriarcalismo deve ser separado do conservadorismo, no sentido de que o Rio Grande do Sul é um Estado conservador com visão tradicional de família, de propriedade privada e uma série de outras coisas. Para alguns setores, a questão patriarcal pode estar envolvida, uma vez que pode ter ocorrido adesão ao segmento neopentecostal ao Melo, que não usou claramente essa estratégia, mas apelou mais ao conservadorismo do tipo “guerra fria”, de uma luta contra o comunismo.

Afirma que a questão de gênero não foi a única variável para ele na eleição de Porto Alegre, em 2020, mas há embutido um traço de patriarcalismo em agressões que outras candidatas sofreram no primeiro turno, a exemplo da Juliana Brizola, do PDT. Os candidatos, para serem vitoriosos, na política porto-alegrense, acaba apelando para o conservadorismo, muito embora muitos tenha tido que se abrir para a questão identitária.

Na análise do Analista Político 4, o principal problema foi a não ampliação do eleitorado de Manuela D'Ávila que não conseguiu conquistar um eleitorado mais centrista, ao passo que enfrentou o Melo, do MDB, que teve mais possibilidade de conquista um eleitorado mais à extrema-direita. O problema central não foi o fato de ser mulher, mas a sua trajetória política, relacionada ao Poder Legislativo, pois encarou um discurso voltado menos ao aspecto ideológico, mas a solucionar os problemas administrativos da cidade, como uma pessoa mais experiente.

Como elementos de diferença entre os casos do Recife e de Porto Alegre, o Prof. González cita, na primeira cidade, a presença de duas famílias tradicionais em disputa, observando que o nome Arraes seria até mais forte historicamente do que o Campos. No momento do pleito, considera que o Campos utilizou tópicos sensíveis ao público. A noção de

Caudilho é comum as dois Estados, cujas capitais estão em análise, com a necessidade de um líder que se aproxima à figura masculina. O que une a política dos dois Estados é a necessidade do líder forte.

Reitera que a necessidade de resposta às agressões sofridas por ser mulher acaba gerando um efeito oposto, de forma que as agressões se aderem mais facilmente, ficando difícil identificar se ela é uma mulher candidata ou uma candidata mulher e tornando difícil a separação entre o público e o privado.

Para fechar a análise compreensiva das entrevistas, trazemos uma concedida por Manuela D'Ávila ao Caio Barbieri, do site Metrôpoles e exposta no site do PC do B, em 15 de dezembro de 2020, em que ela fala sobre o tema da violência política de gênero. Como não houve resposta positiva da candidata para o presente estudo, consideramos que o material traz elementos essenciais para a compreensão, ajudando a atingir a finalidade da proposta.<sup>31</sup>

Ela considera essencial falar sobre o tema, como um trabalho persistente de desconstruir a reputação de alguém e se coloca como uma das vítimas mais frequentes dessas notícias falsas produzidas contra ela. Um conjunto de notícias que se conectam para destruir a imagem e prejudicar a candidatura. Para ela, um tempo considerável da campanha foi destinado a desmentir as Fake News.

Considera que é impossível mensurar um impacto, mas acredita que, pelo caráter local, houve combinação entre notícias robotizadas com uso de caminhões de som reproduzindo pela cidade violências de gênero e de teor conservador contra a candidatura de Manuela D'Ávila. Sobre o primeiro turno, quando houve o enfrentamento com seu ex-namorado, em vários debates, com diversas exposições de situações privadas como estratégia em uma candidatura instrumentalizada para descredibilizar a candidatura. Reclama a candidata do silêncio dos demais homens durante esses debates.

No debate final, cita que Melo se colocou com uma pasta com o nome do ex-namorado na capa, tendo dito aos jornalistas que tinha um dossiê contra ela, ou seja, um dossiê da sua vida privada para um debate público sobre a gestão da cidade. Ela alega que é preciso debater o que se considera aceitável de violência contra mulher no debate público. Para ela, as figuras públicas precisam dar o exemplo e o silêncio sepulcral dos homens mostra que eles consideram algo natural que uma mulher sofra esse tipo de violência em campanha política.

Para ela, a campanha de 2020 foi a mais difícil de todas as campanhas disputadas por

---

<sup>31</sup> BRASIL, 2020. Manuela fala da violência política de gênero em entrevista. Disponível em <https://pcdob.org.br/noticias/manuela-fala-da-violencia-politica-de-genero-em-entrevista/>. Acesso em 21 de janeiro de 2022.

ela, embora ela não seja facilmente impressionável com tipos de notícias falsas produzidas para destruir sua reputação. O volume e a forma de colocação das notícias, além da inserção de uma candidatura de um ex-namorado para desconstruir a campanha. De acordo com ela, o silêncio cúmplice é um problema nesse aspecto.

Para a então candidata à Prefeitura de Porto Alegre, os gabinetes de ódio, em nível local, estadual e nacional estão articulados e são financiados por dinheiro público para produzir os conteúdos falsos e distribuí-los nas campanhas com a finalidade de detratar o opositor. Durante a campanha, inclusive, cita as muitas ações a que fez uso para poder combater essas agressões.

A respeito da paridade de gênero na política e ao ambiente violento e hostil para as mulheres, ela entende que a violência política de gênero cresce por legitimação das autoridades. Cita o assassinato da Marielle Franco, do PSOL, no Rio Janeiro, sem solução até hoje. Outro problema, são os financiamentos a sites para agredir mulheres e sem enfrentamento do Estado a esse tipo de conduta. Sobre o antipetismo, acredita que é um movimento contra as esquerdas, antidemocrático, não acreditando que foi a aliança com o PT que trouxe algum prejuízo, visto que o partido, segundo ela, tem muito poder local. Na visão dela, o antipetismo não está separado da misoginia, do repúdio ao comunismo como fantasma e outros aspectos.

Foi realizado o contato com os candidatos opositores (e vencedores dos pleitos em análise), conforme citado na metodologia, porém não houve sucesso e nenhum deles nos retornou com respostas sobre a possibilidade de participação nas entrevistas. Pode-se ver tal postura como uma fuga ao necessário debate democrático, bem como uma ausência de autocrítica dos então candidatos, o que indica que estamos distantes de um ambiente verdadeira republicano, em que a discussão de ideias possa ultrapassar as agressões morais, especialmente quando mulheres estão envolvidas. A misoginia e o conservadorismo com forte apelo aos costumes parecem ser componentes oportunistas, com tolerância de uso pelos concorrentes políticos, notadamente quando homens enfrentam mulheres, uma vez que mostraram ainda surtirem efeito no cenário eleitoral.

Por fim, como compreensão das entrevistas, entendemos que todos os entrevistados e entrevistadas, em maior ou menor grau, fazem uso de palavras e de fenômenos políticos locais e nacionais que reiteram a presença de um ideário patriarcal-conservador com muito apelo, ainda que de forma subliminar, entre o eleitorado. Percebe-se que há elementos que aproximam as derrotas das candidatas Manuela D'Ávila e Marília Arraes, porém citamos que, no caso da candidata do PC do B, de Porto Alegre, o silêncio dela em relação às agressões sofridas por Marília, no Recife, bem como para este estudo, são sintomáticos e mostram que precisamos falar, inclusive, sobre o quanto alianças partidárias podem colocar a luta coletiva das mulheres

em risco. Acreditamos que o fato de o PC do B compor, estadualmente, o Governo do PSB, gerou desconforto para que ela se pronunciasse quanto ao ocorrido na cidade do Recife/PE em relação à candidata do PT por parte do PSB.

Pode-se afirmar que os objetivos gerais e específicos da pesquisa, com a análise dos resultados das entrevistas foram atingidos. O objetivo geral foi atingido, de modo que a influência do ideário patriarcal e conservador na campanha e no resultado de pleitos de mulheres a cargos políticos utilizando como casos Recife e Porto Alegre em 2020 foi respondido, mediante a identificação de dispositivos de gênero e de (neo) conservadorismo. Os objetivos específicos foram igualmente cumpridos, tendo sido verificados os temas da violência, misoginia e preconceitos contra à mulher enquanto candidata a cargos políticos, além de ter sido possível compreender como a desigualdade de gênero influenciou a escolha de voto no 2º turno das eleições municipais de 2020 no Recife e em Porto Alegre, tendo, ainda, sido descritos os ideários patriarcal e conservador nos casos escolhidos, como proposto inicialmente.

## **8 MARÍLIA ARRAES X JOÃO CAMPOS – O CASO DO RECIFE/PE: PARENTE É SERPENTE?**

Em setembro do ano de 2020, o Partido dos Trabalhadores (PT) tornou oficial a candidatura e Marília Arraes à Prefeitura da Cidade do Recife. Naquela ocasião, afirmou a candidata escolhida na Convenção realizada no dia 16 daquele mês e transmitida via internet:

Eu fui vereadora por 10 anos e, na história do Recife, somente 17 mulheres, na história toda da cidade, conseguiram chegar à Câmara de Vereadores. E são 39 vagas. Nunca teve uma mulher prefeita, uma vice-prefeita, somente quatro mulheres foram deputadas federais em Pernambuco. Isso reflete diretamente no que acontece na vida da sociedade como um todo, não somente das mulheres. E é por isso que eu sempre digo que a nossa prioridade vai ser que nem uma criança deixe de ter seu lugar na creche, porque é uma política direcionada para as crianças, para o seu desenvolvimento, para o seu acompanhamento pedagógico, mas que reflete justamente nas mulheres, que têm esse papel de cuidado, esse papel que foi designado pela sociedade, que muita gente acha que é natural. Talvez por isso nós temos tanta dificuldade de estar em espaços como esse na política", disse.<sup>32</sup>

Marília Arraes de Alencar é neta do político Miguel Arraes de Alencar, de família tradicional na política, prima de Eduardo Campos, ex-governador do Estado de Pernambuco e viria a enfrentar um familiar na campanha municipal de 2020, o também primo, João Campos,

---

<sup>32</sup> BRASIL, 2020. PT oficializa Marília Arraes como candidata a prefeita do Recife. Disponível em <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/eleicoes/2020/noticia/2020/09/16/pt-oficializa-marilia-arraes-como-candidata-a-prefeita-do-recife.ghtml>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

do PSB. Recifense, advogada, então com 36 anos e deputada federal em primeira legislatura, já havia sido vereadora da capital pernambucana por três mandatos.

Em 2013, no então Governo de Eduardo Campos, ainda no PSB, Marília Arraes atuou como secretária de Juventude e Qualificação Profissional do Recife, deixando o cargo em 2014. Posteriormente, viria a deixar o PSB em razão de ter sido preterida pelo primo e Governador do Estado, Eduardo Campos, do cargo da direção da juventude do PSB que ficou com João Campos.

Sobre a família Arraes, cabe trazer as seguintes informações:

Não há político na história da democracia em Pernambuco que tenha tido influência e poder como Miguel Arraes. O advogado foi o último governador do estado antes da ditadura militar, cassado pelo regime de 1964, e o primeiro a ser eleito depois da saída dos militares, em 1986. Essas foram duas das três passagens de Arraes pelo Governo de Pernambuco. A terceira foi na beirada do Século XXI, entre 1995 e 1999, quando foi derrotado por um ex-aliado, o hoje senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE). Arraes morreu em 2005 e o controle do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que fundara quinze anos antes, passou para o seu neto, Eduardo Campos, então ministro do governo Lula e deputado licenciado (...) A morte de Eduardo Campos durante a campanha presidencial de 2014 desestabilizou a sucessão. A mãe do ex-governador, Ana Arraes, já havia deixado a vida partidária em 2011, quando renunciou ao mandato de deputada federal para ser nomeada ministra do Tribunal de Contas da União (TCU), onde permanece. A viúva Renata Campos nunca disputou eleições, mas é apontada por críticos, como o cunhado Antônio Campos, como a grande articuladora política da família e do PSB.<sup>33</sup>

Na campanha municipal do Recife, o nome de Marília Arraes chegou sem apoio integral do próprio partido, uma vez que o PT, ao pleitear candidatura própria à Prefeitura da Cidade do Recife estava enfrentando o PSB, de cuja coligação faz parte no Governo Estadual de Pernambuco, em apoio ao Governador Paulo Câmara (PSB) que tem como Vice-Governadora Luciana Santos, do PC do B.<sup>34</sup>

Após o resultado do primeiro turno, definiu-se a disputa entre Marília Arraes, do PT e João Campos, do PSB que, às vésperas da eleição, estavam empatados nas intenções de votos, após uma campanha marcada por propaganda irregular e Fake News, com diversos recursos ao Poder Judiciário. Assim trouxeram algumas notícias:

Marília Arraes e João Campos fizeram uma campanha que refletiu a força das oligarquias pernambucanas. Mas enquanto Marília precisou brigar para assumir o

<sup>33</sup> BRASIL, 2020. Clã Arraes racha e Recife tem primos disputando segundo turno das eleições. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/cla-arraes-racha-e-recife-tem-primos-disputando-segundo-turno-das-eleicoes/>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

<sup>34</sup> BRASIL, 2020. Derrotada no Recife, Marília culpa fake news e quer PT na oposição em PE... - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/29/derrotada-no-recife-marilia-culpa-fake-news-e-quer-pt-na-oposicao-em-pe.htm?cmpid=copiaecola>. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/29/derrotada-no-recife-marilia-culpa-fake-news-e-quer-pt-na-oposicao-em-pe.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

posto de candidata, sendo desacreditada por lideranças locais do PT em Pernambuco, como o senador Humberto Costa, no PSB, o filho de Eduardo Campos (1965-2014) e bisneto de Miguel Arraes, era o candidato natural.<sup>35</sup>

Dentro de agressões morais, chamaram atenção materiais apócrifos, incluídos no anexo desta dissertação – supostamente apócrifos, diga-se – distribuídos no segundo turno, que ligaram à Marília Arraes palavras como: aborto, ideologia de gênero, voto contra o perdão das Igrejas, tirou a Bíblia da Câmara do Recife e pertence ao PT que persegue cristãos em todo Brasil. Não por coincidência, surge um outro panfleto apócrifo com uma foto do candidato João Campos, do PSB, em que o mesmo abraça uma senhora ternamente como símbolo de acolhimento e esperança, conforme traz a mensagem do panfleto.

Nesse sentido:

Acusações de uma Marília “anticristã” foram feitas também pelo próprio João Campos. Além disso, panfletos apócrifos foram distribuídos com a foto da petista e os dizeres: “Cristão de verdade não vota em Marília Arraes. Veja tudo que Marília defende: legalização das drogas, aborto, ideologia de gênero, tirou a Bíblia da Câmara do Recife, pertence ao PT que persegue os cristãos em todo o Brasil, votou contra o perdão das igrejas”. A narrativa antipetista, aliás, pode ter sido decisiva, já avaliam cientistas políticos, para a margem conquistada pelo pseedebista, o prefeito mais novo da história da cidade.<sup>36</sup>

A esse respeito, ainda, asseverou Flávia Biroli, em entrevista à Agência Pública, em dezembro de 2020:

No Rio de Janeiro, no Recife, em Belém, em Porto Alegre, se viu a utilização dessas ferramentas por candidatos diferentes. Foi o uso de uma agenda moral, de maneira ultraconservadora, e baseada na desinformação. No primeiro turno, a desinformação não era um elemento central da disputa. Houve, sim, muitas denúncias de violência, inclusive física, contra os candidatos. Mas, no segundo turno, a desinformação se tornou o aspecto principal, bem como a violência política, sobretudo contra as mulheres. Candidatas como Marília Arraes e Manuela D’Ávila (PCdoB-RS) sofreram ataques violentos. (...) **No Recife, o que João Campos (PSB) fez contra Marília Arraes (PT), atacando diretamente a candidata com uso de mentiras e desinformação, foi o pior da política.**<sup>37</sup> (grifos nossos)

Para o analista político Michel Zaidan, em análise veiculada em publicação de um *site* de internet, a campanha do Recife poderia ser classificada como uma das piores de segundo

<sup>35</sup> BRASIL, 2020. Em Recife e Porto Alegre, resultados das eleições espelham força de oligarquias e violência política contra mulheres. Disponível em <https://www.generonumero.media/marilia-arraes-e-manuela-davila/>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

<sup>36</sup> BRASIL, 2020. Idem.

<sup>37</sup> Brasil, 2020. Vitória da direita tradicional pode dar novo corpo ao Bolsonarismo, avalia cientista política. Disponível em <https://apublica.org/2020/12/vitoria-da-direita-tradicional-pode-dar-novo-corpo-ao-bolsonarismo-avalia-cientista-politica/>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

turno que a cidade já assistiu e levou o cenário do debate de propostas para a cidade para uma campanha moral, religiosa, familiar.<sup>38</sup>

A fala do analista político relembra o que já foi trazido neste estudo anteriormente e que remete à estrutura social formada no Brasil em que a face republicana é esquecida e a vida pública significa uma projeção da vida privada que ficaram muito visíveis no caso do Recife na campanha de 2020.

Ora, contextualizando de forma simples: foram dois primos, de uma família tradicional pernambucana, em disputa pela cadeira da gestão municipal e, sem prejuízo de se fazer uma prévia conclusão, o homem, ainda que com menor experiência que a mulher em questão, sagrou-se vencedor após uma série de condutas eleitorais que apelaram para a imagem privada, moral e familiar da mulher em detrimento de sua faceta pública, o que o analista político chamou de “familismo amoral”.

Nesse aspecto, concluiu o analista Michel Zaidan:

Os prejuízos que essa retórica moralista, familiar, pessoal, religiosa provocou no eleitorado foi muito grande. A abstenção foi altíssima, de 21%. Além dos 9% de votos nulos e brancos. Ela evitou revidá-los. A estratégia de Marília foi tentar evitar entrar no debate de baixo nível que estava sendo feito. E quando foi aconselhada a mudar a estratégia era tarde demais, o prejuízo já era grande nessa reta final. A retórica antipetista e o tom da campanha no segundo turno, muito voltado a questões pessoais, terminou se sobrepondo às denúncias que foram feitas por Marília sobre a gestão do PSB em Recife”, observa Michel Zaidan.<sup>39</sup>

De fato, a eleição no Recife teve dois tempos de análise, uma vez que Marília Arraes, do PT, foi ao segundo turno em um clima de empolgação. Chamada de uma campanha “marrom”, bem como muitas judicializações, pode-se verificar, pelas pesquisas de intenções de votos que a candidatura do PT sofreu com os ataques veiculados contra sua pessoa e contra sua condição de mulher. Percebeu-se, fortemente, a ênfase em questões de gênero e religiosas, apelando a uma campanha familiar, mas também destacando o antipetismo, a despeito de estar o PT na aliança do Governo do Estado junto ao PSB.

A retórica moralista deu o tom da campanha no segundo turno do Recife. De acordo com a cientista política Priscila Lapa, é possível afirmar que a vitória de Campos “Foi a vitória

---

<sup>38</sup> BRASIL, 2020. Ataques morais encobriram denúncias contra o PSB na eleição em Recife Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/11/eleicao-recife-antipetismo-ataques-morais/>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

<sup>39</sup> BRASIL, 2020. Idem.

das máquinas estadual e municipal que investiram de maneira expressiva na candidatura de João Campos”, que ainda destacou a intensa participação de servidores comissionados.<sup>40</sup>

A forte presença da família é uma característica do coronelismo. Na República, o coronel apenas teria ampliado o seu papel dentro de uma nova estrutura política (JANOTTI, 1984), porém se pode verificar que o sistema coronelista não se encontra totalmente superado nas bases da democracia brasileira e a figura do coronel passou a se estender para sua parentela (QUEIROZ, 1976).

No caso do Recife, presenciamos, pelos elementos apontados, a permanência da estrutura coronelista, mas, nesse ponto, a desvantagem pendulou para o lado da candidata do PT, uma vez que, além de dissidente do plano familiar para o primo, por quem já havia sido preterida quando figurante dos quadros do PSB, ousou questionar a hierarquia familiar, desafiar o homem na condição de mulher.

O embate entre os primos foi visto como um racha no clã, reforçando todos os estereótipos do coronelismo, do mandonismo e, ainda, da projeção da estrutura patriarcal da família para a esfera pública, com elementos dos ideários patriarcal e conservador sendo muito explorados pela campanha do PSB de João Campos.

Um dado a ser analisado, ainda, é a reação de Marília Arraes a algumas agressões morais sofridas: além de a todo tempo ter que justificar sua postura enquanto mulher em debates ou formas de se colocar na campanha, a candidata do PT, em vez de se afastar da esfera privada em que a jogavam na condição de mulher, ao questionarem sua fé e/ou religião, a tendência foi se defender para afirmar que sempre foi uma mulher devota. Foi, inclusive, objeto de propaganda partidária a sua imagem frequentando missas e refutando a presença do primo nessas celebrações religiosos, de modo que o debate foi sendo cada mais distanciado da esfera da gestão pública e se aproximando de um almoço familiar, com ataques e defesas sempre relacionados ao componente moral, religioso e de gênero.

Nesse sentido, podemos identificar três elementos que se interconectam no caso do Recife: o familiar, com nuances moralistas e conservadoras, dentro de uma estrutura coronelista e de mandonismo, o que motivou o uso da religião e apelo a símbolos recentes que geram pânico moral; a imagem do candidato João Campos como herdeiro do pai e aqui se remete à figura do líder como pai e o recorte de gênero sobressaindo para que, embora a candidata do PT tenha

---

<sup>40</sup> BRASIL, 2020. João Campos derrota Marília Arraes na batalha dos primos do Recife e garante voz ao PSB para 2022. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-29/joao-campos-derrota-marilia-arraes-na-batalha-dos-primos-do-recife-e-garante-voz-ao-psb-para-2022.html>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

origens familiares iguais, ela não seja associada a esses elementos que apelam à memória afetiva do eleitor da região e fique em desvantagem.

Para Dagnino (2004), a cultura democrática brasileira é marcada por desigualdade econômica, miséria e fome, além do forte autoritarismo baseado em critérios de gênero, de raça e de classe que necessitam ser modificadas para alterar as estruturas de poder, que veio a conflitar com a nova cidadania ou cidadania ampliada:

A então chamada nova cidadania, ou cidadania ampliada começou a ser formulada pelos movimentos sociais que, a partir do final dos anos 70 e ao longo da década de 80, se organizaram no Brasil em torno de demandas de acesso aos equipamentos urbanos como moradia, água, luz, transporte, educação, saúde etc., e de questões como gênero, raça, etnia etc. Inspirada na sua origem pela luta pelos direitos humanos (e contribuindo para a progressiva ampliação do seu significado) como parte da resistência contra a ditadura, essa concepção buscava implementar um projeto de construção democrática, de transformação social, que impõe um laço constitutivo entre cultura e política.

Ao fim do segundo turno, em entrevista concedida, João Campos se pronunciou sobre os panfletos apócrifos, negando que seja “machista” e falou em preconceito contra a sua “juventude”, aduzindo que:

Minha campanha nunca autorizou e eu jamais vou autorizar nenhuma agressão de ordem pessoal ou nenhum material apócrifo. Minha candidatura foi à Justiça pedir investigação desse material. Se alguém colocou um material apócrifo tem de ser investigado, porque isso é crime. Desafio as pessoas a encontrarem qualquer agressão minha de ordem machista ou preconceituosa contra qualquer pessoa. Agora, se você for ver da candidatura adversária, tem afirmações preconceituosas contra mim. Tem afirmações machistas contra pessoas da minha família, contra a nossa candidata à vice-prefeita [Isabella de Roldão]. Eu não posso ser responsabilizado por algo que não fiz.<sup>41</sup>

No Tribunal Regional Eleitoral, entretanto, o PT apontou aliado do vereador do PSB, no Recife, como responsável pelos materiais. Nesse sentido, reproduzimos a notícia abaixo:

Apesar dos panfletos não possuírem informações sobre quem os produziu, ferindo a lei da propaganda eleitoral, a ação do PT no TRE aponta que o automóvel usado para distribuir o material está em nome de André Elias da Silva. O jurídico da coligação foi além e disse ter constatado que, conforme cruzamento de informações entre o portal do Detran PE e o DivulgaCand Contas, sistema do TSE para publicação de prestação de contas de campanha, o automóvel pertencente a André foi alugado ao vereador reeleito pelo PSB do Recife, Luiz Eustáquio, na última campanha pelo valor de R\$ 2.250,00.<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> BRASIL, 2020. João Campos: “O único preconceito que eu vi na campanha foi contra a minha juventude”. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-27/joao-campos-o-unico-preconceito-que-eu-vi-na-campanha-foi-contra-a-minha-juventude.html>. Acesso em 18 de janeiro de 2022.

<sup>42</sup> BRASIL, 2020. No TRE, PT aponta aliado de vereador do PSB na distribuição de material apócrifo contra Marília Arraes em igrejas evangélicas. Disponível em <https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jamildo/2020/11/25/no->

E, ainda, sobre as práticas acima, agiu o PT no seguinte sentido:

A Coligação Recife Cidade da Gente (PT/PSOL/PTC/PMB) propôs uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) contra o candidato do PSB, João Campos, e sua candidata a vice, Isabella de Roldão, alegando existirem supostos indícios consistentes da prática de abuso de poder econômico na distribuição de panfletos apócrifos com Fake News contra Marília Arraes divulgados em frente a templos religiosos do Recife.

De acordo com o PT, esses panfletos estão sendo distribuídos junto com material oficial de campanha de João Campos e Isabella de Roldão.<sup>43</sup>

Em decisão judicial, determinou-se o seguinte a respeito dos tais panfletos distribuídos na zona norte recifense:

A juíza considerou que há responsabilidade do candidato na distribuição porque, mesmo não sendo quem diretamente entregou o material, teve conhecimento do caso e não providenciou contato com o responsável para parar a divulgação do material. Além disso, ele é o beneficiado com a manifestação.

A juíza determinou ainda que fiscais da propaganda façam diligências no local onde o caso ocorreu, próximo à igreja Assembleia de Deus da Torre, na Zona Oeste, e no entorno, no horário do início ou do término dos cultos que ocorrerem durante a semana.<sup>44</sup>

Como se vê, no caso da eleição do Recife, em 2020, as relações de poder alicerçadas em estruturas rígidas de gênero e de conservadorismo ainda não foram transformadas e fazem parte da estrutura social. Um outro dado merece ser destacado dentro dessa dinâmica de embate político-familiar: a campanha de “baixo nível” afastou eleitores e eleitoras das urnas e causou um alto índice de votos brancos/nulos, como se pode ver, em que os votos em branco foram 3,48% e os nulos representaram 9,17% dos votos totais. As abstenções atingiram 246.010, representado 21,26% do eleitorado do Recife, superando os votos da petista no segundo turno.<sup>45</sup>

Na campanha recifense, as estratégias de campanha fizeram uso de dispositivos de gênero, bem como de agressões fundamentadas na imagem da candidata e em sua suposta não adesão a elementos (neo) conservadores, especialmente de cunho religioso. O ideário patriarcal-conservador foi descrito a partir de elementos do familismo moral e do deslocamento do debate

---

BRASIL, 2020. [tre-pt-aponta-aliado-de-vereador-do-psb-na-distribuicao-de-material-apocrifo-contra-marilia-arraes-em-igrejas-evangelicas/index.html](https://g1.globo.com/pe/pernambuco/eleicoes/2020/noticia/2020/11/24/justica-eleitoral-proibe-frente-popular-de-distribuir-panfletos-contramarilia-arraes.ghtml). Acesso em 18 de janeiro de 2022.

<sup>43</sup> BRASIL, 2020. No TRE, PT aponta aliado de vereador do PSB na distribuição de material apócrifo contra Marília Arraes em igrejas evangélicas. Disponível em <https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jamildo/2020/11/25/no-tre-pt-aponta-aliado-de-vereador-do-psb-na-distribuicao-de-material-apocrifo-contra-marilia-arraes-em-igrejas-evangelicas/index.html>. Acesso em 18 de janeiro de 2022.

<sup>44</sup> BRASIL, 2020. Justiça Eleitoral proíbe Frente Popular de distribuir panfletos contra Marília Arraes. Disponível em <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/eleicoes/2020/noticia/2020/11/24/justica-eleitoral-proibe-frente-popular-de-distribuir-panfletos-contramarilia-arraes.ghtml>. Acesso em 18 de janeiro de 2022.

<sup>45</sup> BRASIL, 2020. João Campos é eleito em Recife. Disponível em <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/11/29/joao-campos-lidera-em-recife-contra-marilia-arraes.ghtml>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

para agressões misóginas e de natureza moral/religiosa. O viés progressista da candidata do PT foi mote para utilização dos ataques por ela recebidos, afetando sua postura ao final do pleito, uma vez que, na defensiva, viu-se reduzida a se defender, o que removeu o caráter propositivo da sua exposição como possível boa gestora para a cidade, influenciando os rumos daquela eleição de forma muito marcante.

## **9 MANUELA D'ÁVILA E AS AGRESSÕES DE GÊNERO – O CASO DE PORTO ALEGRE/RS EM 2020.**

*O silêncio é uma mensagem política. E a seletividade é a arma do oportunismo. Defender as mulheres contra a violência política de gênero é uma tarefa árdua, diária e constante -- não apenas quando interessa movimentar o tabuleiro político a favor de um determinado grupo. (MOURA, 2021) <sup>46</sup>*

Inicia-se o presente capítulo sobre a eleição de Porto Alegre, em 2020, com uma constatação e com um alerta: a violência política sofrida pelas mulheres não é apenas uma questão retórica, mas, sobretudo, requer sororidade.

A candidata do PC do B para as eleições de Porto Alegre foi Manuela D'Ávila, que vinha de uma última campanha nacional, em 2018, como vice-presidente ao lado de Fernando Haddad do PT, em que foram derrotados por Jair Bolsonaro. Naquela campanha, a candidata foi alvo de diversas notícias falsas, a maioria relacionada à sua imagem e à condição de mulher, tendo sido constantes as agressões sofridas por ela de grupos ligados ao candidato do PSL, Jair Bolsonaro.

Manuela Pinto Vieira D'Ávila nasceu em Porto Alegre, em 18 de agosto de 1981 e se filiou ao PC do B em 2001, partido no qual permanece até hoje. Foi vereadora de Porto Alegre (2004), deputada estadual (2015) e deputada federal pelo Rio Grande do Sul (2006), tendo atuado em diversas comissões na Câmara dos Deputados. Foi candidata à Prefeitura de Porto Alegre em 2008, 2012 e, novamente, em 2020, caso em que nos debruçamos neste estudo. <sup>47</sup>

Em 2018, em razão da indefinição da situação política de Lula, acabou sendo confirmada como vice-presidente na chapa com Fernando Haddad (PT). Durante a campanha presidencial, em decisão liminar, o Ministro Sérgio Banhos, do Tribunal Superior Eleitoral

---

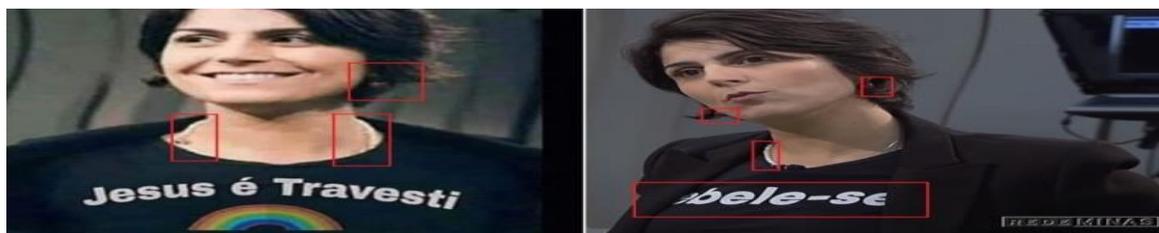
<sup>46</sup> BRASIL, 2021. Para combater a violência política de gênero é preciso constância e sororidade. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/23/para-combater-a-violencia-politica-de-genero-e-preciso-constancia-e-sororidade>. Acesso em 09 de janeiro de 2022.

<sup>47</sup> BRASIL, 2011. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/davila-manuela>. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

determinou a retirada de 33 Fake News produzidas sobre Manuela D’Ávila, com diversos tipos de notícias inverídicas. De acordo com a notícia, “No pedido ao TSE, os advogados da coligação “O Povo Feliz de Novo” (PT/PCdoB/Pros) afirmam que os responsáveis pelas publicações utilizaram a rede social para ofender e difamar a candidata, com a edição de vídeos de autoria de Manuela em meio a reportagens fora de contexto de uma manifestação em que duas pessoas ofendem símbolos religiosos.”<sup>48</sup>

Uma das notícias falsas veiculadas contra Manuela D’Ávila utilizando símbolos religiosos como mote foi uma foto manipulada em que ela estaria vestindo uma camiseta com os dizeres: “Jesus é Travesti” e o ícone de arco-íris, em imagem amplamente circulada pelas redes sociais, como se pode ver abaixo<sup>49</sup>.

**Figura 2:** Notícia falsa sobre Manuela D’Ávila



**Fonte:** Revista Veja (2018)

Em 2020, novamente como candidata à Prefeitura de Porto Alegre, pelo PC do B, Manuela D’Ávila se viu vítima de ataques com recorte de gênero. Novamente, desde o início da campanha municipal, viu-se envolta por diversas notícias falsas e teve que recorrer ao judiciário para a retirada de postagens em redes sociais: “Em tutela provisória, o TRE-RS (Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul) ordenou ontem que o Facebook, o Instagram, o Twitter e o YouTube removam 91 links com mentiras sobre Manuela D’Ávila (PCdoB), candidata a prefeita de Porto Alegre, no prazo de 24 horas.”<sup>50</sup>

Ainda durante o primeiro turno, Manuela D’Ávila passou a receber diversas agressões pelo candidato Rodrigo Maroni, do PROS. Chamada de termos como “traidora”, “sonsa” e “patricinha mimada”, as ofensas se seguiram em debates e viriam a continuar também no

<sup>48</sup> BRASIL, 2018. TSE manda Facebook derrubar 33 fake news sobre Manuela D’Ávila. Disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/tse-manda-facebook-derrubar-33-fake-news-sobre-manuela-davila/>. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

<sup>49</sup> BRASIL, 2018. Manuela D’Ávila não vestiu camisa com inscrição ‘Jesus é travesti’ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/me-engana-que-eu-posto/manuela-davila-nao-vestiu-camisa-com-inscricao-jesus-e-travesti/>. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

<sup>50</sup> BRASIL, 2020. Justiça ordena exclusão de 91 links com mentiras sobre Manuela D’Ávila. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/10/justica-redes-sociais-noventa-links-fake-news-manuela-davila.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

segundo turno, quando enfrentou Sebastião Melo, do MDB. A esse respeito, manifestou-se o colunista do UOL, Diogo Schelp: “A Manuela está sendo alvo de ataques e de fake news, de cunho machista, violentíssimos. São coisas voltadas contra a aparência dela, usando fotos e manipulando fotos dela. Contra a pessoa dela, coisa que não se vê, por exemplo, em São Paulo, nem com Guilherme Boulos nem como Bruno Covas”.<sup>51</sup>

São marcantes os episódios de violência política de gênero sofridos por Manuela D’Ávila na campanha à Prefeitura de Porto Alegre e nem a sua larga experiência na cena pública brasileira conteve certas agressões, as mais truculentas partiram do seu ex-namorado, o já citado Rodrigo Maroni, do Pros, e podem demonstrar como as relações de gênero continuam se projetando para o debate republicano e prejudicando as mulheres. Em um dos episódios, foi dito por Maroni que “a candidata à prefeitura de Porto Alegre (RS) Manuela D’ávila (PCdoB) foi alvo de ataques machistas no último debate eleitoral realizado na capital gaúcha.” E, ainda, que Manuela “mentia e dissimulava” e “Tu é patricinha mimada, poderia estar comprando bolsa no shopping. Se eu fosse abrir a boca, eu não acabaria com a carreira, mas com tua vida, Manuela”<sup>52</sup>

Podemos verificar, inclusive, que o candidato fez uso, em sua fala, de diversos estereótipos de gênero, insinuando relação entre mulher e compras de itens considerados supérfluos, apontando para um papel normalizado na sociedade, que seria aquela dedicada não apenas à vida privada e familiar, mas a imagem pessoal e estética.

Voltando um pouco à história do Rio Grande do Sul, a exemplo do que foi feito no que diz respeito ao caso do Recife, em similaridade ao coronelismo que predominou no Nordeste, podemos citar o caudilhismo que, no Brasil, foi marcante na região sul.

Por caudilhismo, entende-se como a emergência de um caudilho como chefe do poder local, provincial, em contraposição a um poder central, com algumas características a exemplo da ruralização do poder articulada com o comando nacional, da violência como forma de exercício de poder, bem como configurações baseadas na estratificação da sociedade e um clientelismo projetado para o campo político (Teles, 2015).

Percebe-se, no caudilho, predominante no Rio Grande do Sul, uma proximidade com a figura do coronel, predominante no Nordeste, podendo-se destacar o autoritarismo e a figura –

---

<sup>51</sup> BRASIL, 2020. Schelp: Manuela D’Ávila é alvo de ataques machistas que fogem do debate. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/27/schelp-manuela-davila-e-alvo-de-ataques-machistas-que-fogem-do-debate.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

<sup>52</sup> BRASIL, 2020. Favorita em Porto Alegre, Manuela D’Ávila é alvo de machismo. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/favorita-em-porto-alegre-manuela-davila-e-alvo-de-machismo/>. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

masculina – de um líder carismático (em certa medida), representante dos interesses da oligarquia e um símbolo projetado de hierarquias familiares.

Em episódio recente, em 2021, um momento de machismo foi denunciado por uma vereadora de Canguçu, do PT/RS, em que ela foi escolhida como vice-presidente da mesa diretora, sem se candidatar, para “embelezar” a comissão. Segundo ela: “No momento, a sensação foi de inquietação, eu fiquei muito incomodada. Quando os vereadores, todos homens, fazem uma votação e usam como única justificativa a minha aparência, eu sendo mulher acho que se caracteriza como uma violência política de gênero”, disse ela ao jornal “O Globo”.<sup>53</sup>

De acordo com o professor Jocelito Zalla, a identidade gaúcha, que ele chama de gauchismo, precisa ser combatida para que, assim, o machismo e as postulações do tradicionalismo sejam desarraigados do universo masculino, fazendo, ainda, uma crítica ao mito gaúcho, do herói branco e elitizado, bem como o seu oposto frágil feminino, a “prenda”, como um negativo desse gaúcho.<sup>54</sup>

Nesse sentido, cabe replicar o autor acima em entrevista sobre o tradicionalismo gaúcho, em que ele afirmou:

Acho importante destacar, também, que a análise da invenção de tradições gaúchas exige um olhar para as relações de gênero. Como dito, o mito do gaúcho heroico, branco e elitizado, dos anos 1920, ainda forte em nossa cultura histórica, é baseado em valores bélicos, identificados ao universo masculino, que também é um universo consagrado como público. Assim, a “prenda” foi construída como um negativo desse gaúcho: é frágil, dócil, recatada. Seu lugar é o espaço privado, é “prendada” porque domina tarefas e técnicas do trabalho no lar. Logo, há uma hierarquia que coloca a mulher em posição de submissão, como disse anteriormente. Mas isso é sintoma de um modelo andro-heteronormativo mais amplo, que prescreve a superioridade do homem cisgênero heterossexual ao qual se ligam atributos tradicionais de virilidade. Qualquer identidade que se descole desse padrão, apresentando algum aspecto socialmente considerado próximo do feminino, acaba sendo desvalorizada. É por isso que o tradicionalismo gaúcho tem tanta dificuldade em lidar com a homossexualidade (...) o modelo do gaúcho viril, guerreiro, “macho”, está sob constante vigilância.<sup>55</sup>

<sup>53</sup> BRASIL, 2021. Machismo: Vereadora é eleita para ‘embelezar’ mesa diretora no RS. Disponível em <https://catracalivre.com.br/cidadania/machismo-vereadora-embelezar/>. Acesso em 13 de janeiro de 2022.

<sup>54</sup> BRASIL, 2016. A necessidade da desconstrução do machismo no universo gaúcho. Entrevista especial com Jocelito Zalla. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/560186-a-necessidade-da-desconstrucao-do-machismo-no-universo-regional-entrevista-especial-com-jocelito-zalla>. Acesso em 13 de janeiro de 2022.

<sup>55</sup> BRASIL, 2016. A necessidade da desconstrução do machismo no universo gaúcho. Entrevista especial com Jocelito Zalla. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/560186-a-necessidade-da-desconstrucao-do-machismo-no-universo-regional-entrevista-especial-com-jocelito-zalla>. Acesso em 13 de janeiro de 2022.

Como se pode verificar, a estrutura regional do Rio Grande do Sul também está permeada da figura do macho, viril, dando tom às relações de gênero que, por óbvio, se infiltram em todas as áreas, inclusive política.

A candidata Manuela D'Ávila, além de estar inserida neste contexto histórico, também acabou sendo vítima dessa onda conservadora e, nas eleições de 2020, enfrentou, novamente, enxurrada de agressões que buscavam desqualificar a mulher e não a concorrente ao cargo político.

A esse respeito, pode-se citar Marcia Tiburi em que: “a violência contra as mulheres é uma constância cultural que permanece no tempo histórico e em todos os espaços geopolíticos. Diz ainda que ataques misóginos, machistas são cada vez maiores quando se trata de mulheres que despontam e ocupam posições desejadas pelos homens. “A Manuela é o protótipo dessa situação. Uma carreira política vitoriosa, de sucesso e respeito popular, inclusive admirada pela inteligência e beleza. São qualidades que esses homens não têm”.<sup>56</sup>

Em 14 de novembro de 2020, o PC do B, através da Secretaria Nacional da Mulher, emitiu uma nota em solidariedade à candidata Manuela D'Ávila em que conclui: “os ataques que miram Manuela, atingem todas as mulheres, e, em especial as candidatas mulheres, que, num país machista, ousam lutar pelos espaços de poder (...) a luta pela emancipação das mulheres é parte indissolúvel da luta pela emancipação da própria sociedade, é o termômetro da construção de uma sociedade mais justa e democrática!”<sup>57</sup>

O fato é que, apesar de todos os alertas e de todas as notas em defesa da candidata, além das diversas ações judiciais para conter as agressões de conteúdo misógeno, Manuela D'Ávila perdeu o segundo turno para Sebastião Melo, do MDB, o qual também fez uso dos mesmos dispositivos de gênero contra a sua opositora.

Melo foi acusado por D'Ávila de estar fazendo uso de estratégias de machismo e Fake News para vencer as eleições. Em situação ocorrida durante a disputa do segundo turno, foi divulgado um áudio atribuído à campanha de Sebastião Melo, em que a candidata do PC do B era chamada de “vadia”. Nesse sentido, segue a notícia:

---

<sup>56</sup> BRASIL, 2020. Alcateia Machista contra Manuela D'Ávila. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/alcateia-machista-contra-manuela-davila/>. Acesso em 13 de janeiro de 2022.

<sup>57</sup> BRASIL, 2020. Nota: Os ataques à Manuela, são ataques a todas as mulheres! Disponível em <https://pcdob.org.br/noticias/nota-os-ataques-a-manuela-sao-ataques-a-todas-as-mulheres/>. Acesso em 13 de janeiro de 2022.

Esse é um recado aí para aqueles que estão sempre viajando, para estarem aí na semana que vem e votarem no Melo para acabar... Porque se entrar essa vadia aí vai ser um problema muito sério para a cidade”, diz o áudio.<sup>58</sup>

Ex-Prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, do DEM findou sendo eleito com 54% dos votos válidos, no segundo turno, enquanto Manuela D’Ávila ficou com 46% depois de liderar as intenções de votos no início da corrida pelo cargo de gestora municipal.

Não se pode desprezar o seguinte dado: “De acordo com um levantamento do MonitorA, projeto da revista AzMina e do centro de pesquisa InternetLab, Manuela foi, de longe, a candidata mais ofendida nas redes sociais nos últimos dias da campanha eleitoral. Foi alvo, segundo estudo, de 90% das analisadas. Marília Arraes (candidata no Recife pelo PT), e Luiza Erundina (vice na chapa do PSOL em São Paulo), tiveram, respectivamente, 5% e 4%.<sup>59</sup>

Na véspera da eleição de segundo turno, houve circulação de carro de som, promovida por apoiadores do candidato do DEM, em que afirmavam que, caso eleita, em Porto Alegre, “os porto-alegrenses comeriam cachorro e a cidade se tornaria uma Venezuela”.<sup>60</sup>

Como se percebe, também em Porto Alegre, como no Recife/PE, houve um deslocamento do debate republicano para o campo do gênero e das notícias falsas, com esse marcador muito determinante. No próximo capítulo, faremos o encontro da análise dos casos aqui propostos, na intenção de verificar as convergências de táticas de campanhas entre eles e o recorte de gênero nos dispositivos estratégicos das campanhas do PSB, no Recife/PE e de Sebastião Melo, do DEM, em Porto Alegre.

Foram identificados, em Porto Alegre, dispositivos de gênero e do (neo) conservadorismo, com fundamento religioso tradicional, utilizados como estratégias de campanha, a presença do caudilhismo, representado pela figura masculina, além do enfoque na aparência física e uso de mecanismos de agressão calcada no fato de ser a candidata do PC do B uma mulher, com mais força por ser de viés progressista. O ideário patriarcal-conservador deu o tom de grande parte dos ataques recebidos pela candidata influenciando sua postura na campanha, que passou a ser defensiva e distante da proposição eleitoral e, por seguinte, afetou o seu desempenho ao final do pleito.

---

<sup>58</sup> BRASIL, 2020. Áudio: O Asqueroso Machismo Com Manuela D’Ávila Vindo Da Campanha De Sebastião Melo. Disponível em <https://antropofagista.com.br/2020/11/23/audio-o-asqueroso-machismo-com-manuela-davila-vingo-da-campanha-de-sebastiao-melo/>. Acesso em 13 de janeiro de 2022.

<sup>59</sup> BRASIL, 2020. Manuela x Melo: eleições em Porto Alegre foram marcadas por fake news. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/manuela-x-melo-eleicoes-em-porto-alegre-foram-marcadas-por-fake-news/>. Acesso em 13 de janeiro de 2022.

<sup>60</sup> BRASIL, 2020. Idem.

## 10 CONCLUSÃO

O estudo tratou do ideário patriarcal-conservador e sua influência nas campanhas municipais de 2020, especialmente nos municípios do Recife e de Porto Alegre. Buscou-se analisar discursos, materiais e estratégias usadas contra as mulheres disputantes, Marília Arraes, do PT e Manuela D'Ávila, do PC do B, uma vez que, nas duas derrotas, houve muita preocupação com a marcação de gênero utilizada, ainda que, muitas vezes, de forma sutil.

A Violência Política de Gênero é um tema recente, sem uma definição precisa, ainda em construção, mas que traz embutidos outros diversos temas já consolidados e que estão diretamente relacionados às mulheres e opressões de gênero sofridas cotidianamente. Nesse sentido, é preciso que o ideário patriarcal-conservador seja devidamente identificado nos discursos em diversas áreas da vida e muito potencializado no meio política por parte de campanhas e estrategistas que consideram natural esse tipo de tática contra a mulher.

Conforme foi visto, os capítulos mostraram, no Brasil como um todo e depois, em cada município, a presença de elementos históricos que reforçam a influência do ideário patriarcal e do conservador na vida social e cultural da população, de modo que, em grande parte das vezes, o peso de sua influência no voto do eleitorado ocorre de maneira inconsciente e no apelo a valores tradicionais que acompanham as pessoas, ainda que os Estados tenham a pecha de possuir fortes setores progressistas.

De outro lado, não se pode desprezar a onda conservadora, o neoconservadorismo, que se tem feito constante desde 2013, culminando com o impeachment de uma Presidenta mulher, com claras agressões misóginas e que deu o tom da campanha de 2018, resultado na eleição de Jair Bolsonaro contra a chapa de Haddad, em que uma das candidatas a prefeita, Manuela D'Ávila compunha a vice-presidência.

O que se pode verificar é que a eleição de 2018 parece ter aberto um portal em que campanhas baseadas em Fake News, com aspectos de sexismo, misoginia e diversos outros preconceitos passou a ser naturalizado e que, em 2020, embora houvesse esperança de mudança de postura, o que se viu, em maior e menor escala, foi o uso da mesma estratégia “inaugurada” pelo então candidato do PSL, à época, mas de forma generalizada, por partidos que se dizem de esquerda, como o PSB, no Recife/PE, cujo governo estadual é composto pelo PC do B na vice-governadoria, bem como por um candidato antes tido como de centro-esquerda, o Sebastião Melo, do MDB, em Porto Alegre/RS.

A campanha municipal de 2020, especialmente nos dois municípios analisados, naturalizou o uso do gênero como principal componente do discurso de ódio, bem como

levantou valores tradicionais que apelam à Bíblia, à família em seu formato heteronormativos, à imagem da mulher como “dona de casa”, que deve atender a determinado padrão divinizado (ou supostamente), incorporando temas religiosos e muito caros ao neopentecostais, especialmente, cujo projeto de poder não é recente e se perfaz na busca por eleger representantes que atendam a seus interesses nas bancadas e consigam implantar, autoritariamente, os seus projetos de vida no Estado laico.

A voz pública da mulher é recorrente silenciada. Táticas de debates que determinam que a mulher “deve estudar mais” é similar àquelas que mandavam as mulheres “calarem a boca”, visto que não deveriam se pronunciar sobre determinados assuntos, em específico aqueles que digam respeito à vida pública, notadamente reservada aos homens e discursos são, historicamente, dados aos homens, além do poder sobre as mulheres desde a casa até o ambiente público.

A vida pública, no imaginário popular, e nesses municípios, com tradições de coronéis, senhores de engenho e caudilhos, a imagem do líder está relacionada à figura masculina, podendo citar Miguel Arraes, em Pernambuco e Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, reforçando-se, a isso, que até o modelo de uma “mulher poderosa” se parece muito com o de um homem, na forma do falar e até de vestir, não que aqui estejamos valorizado os estereótipos de gênero, mas chamando atenção para seu uso recorrente nesse ambiente político.

Por outro lado, pudemos observar, no caso do Recife/PE, em 2020, uma projeção do clã familiar – ainda que rompido – para a esfera pública, de forma que o candidato João Campos, do PSB, foi desenhado como um herdeiro natural da tradição familiar, ao passo que Marília Arraes, cujo sobrenome tem mais força política que o Campos no Estado de Pernambuco, foi alijada por uma campanha difamatória que desconstruiu sua imagem entre 10 e 7 dias seguidos de campanha, tornando sua reação praticamente impossibilitada, mesmo com o manejo de ações de ações judiciais.

Em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Manuela D’Ávila voltou a ver sua figura pessoal ser totalmente difamada, em um grande volume de Fake News, relacionadas à sua vida privada, sem que houvesse tempo para o debate de qualidade de propostas. Na sua entrevista concedida ao site Metrôpoles, observamos que até a candidatura de um ex-namorado, no primeiro turno, pode ter sido instrumentalizada para perpetrar ataques pessoais que nada estão relacionados à trajetória política, mas que conseguiram novo sucesso no resultado das urnas.

Como analistas políticos apontaram nas entrevistas, a misoginia e o conservadorismo tiveram destaque nos pleitos analisados, tendo lugar de influência, ainda que não se tenha

mensurado o impacto quantitativo das perdas de votos das candidatas após a ocorrência das agressões.

Percebemos, durante o estudo, que o silêncio dos demais candidatos, seja no Recife, em Pernambuco, seja em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, naturalizaram esse tipo de agressão e demonstraram uma certa tolerância, mas chamamos atenção que o silêncio de uma mulher em relação à outra, seja por qual motivo for, também enfraquece a luta coletiva por emancipação feminina e por igualdade de gênero. Esperamos, durante o estudo, a colaboração da ex-candidata do PC do B de Porto Alegre, Manuela D'Ávila, assim como tivemos da ex-candidata do PT, no Recife, Marília Arraes, mas nos surpreendeu o silêncio absoluto aos diversos convites realizados. Pensamos, sem juízo de valor, que alianças partidárias não podem, nem devem, se sobrepôr ao espaço coletivo que as mulheres – AINDA – buscam conquistar.

Apesar disso, enquanto vitimadas pela violência política de gênero, foi possível reconhecer o quão difícil se tornaram as campanhas para as candidatas em questão e de como é preciso regular, inclusive legalmente, o ambiente do político, cujas práticas ainda parecem arraigadas nas raízes históricas opressivas do Brasil.



oliveira/noticia/2020/11/justica-manda-excluir-meio-milhao-de-compartilhamentos-de-noticias-falsas-sobre-manuela-ckhb6m9w3004p016gaghf821x.html>. Acesso em 03 de abril de 2021.

BRASIL, 2020. **Marília Arraes é vítima de uma das campanhas mais sórdidas da história.** Disponível em < <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2020/11/marilia-arraes-e-vitima-de-uma-das-campanhas-mais-sordidas-da-historia.html>>. Acesso em 03 de abril de 2021.

BRASIL, 2020. **Máquina de ‘fake news’ contra Manuela D’Ávila estimula o machismo, diz vice.** Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/11/maquina-de-fake-news-contramanuela-davila-estimula-o-machismo-diz-vice/>. Acesso em 03 de abril de 2021.

BRASIL, 2020. **Ataques morais encobriram denúncias contra o PSB na eleição em Recife.** <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/11/eleicao-recife-antipetismo-ataques-morais/>>. Acesso em 04 de abril de 2021.

BRASIL, 2020. **Violência política atinge mulheres para limitar participação, diz pesquisadora.** <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/violencia-politica-atinge-mulheres-para-limitar-participacao-diz-pesquisadora.shtml>>. Acesso em 04 de abril de 2021.  
BROWN, Wendy. American Nightmare: **Neoliberalism, Neoconservadorism, and De-Democratization.** Political Theory, v.34, n.6, 2006, p.690-714.

BRASIL, STF, 2018. ADI 5617/DF. Disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=748354101>. Acesso em 09 de agosto de 2021.

BRASIL, 2020. **“Gorda”, “porca”, “burra”: candidatas recebem mais de 40 xingamentos por dia no Twitter durante campanha eleitoral.** Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/violencia-politica-genero-eleicoes/> -. Acesso em 10 de agosto de 2021.

BROWN, Clyde, HEIGHBERGER, Neil R. & SHOCKET, Peter A. **Gender-Based Differences in Perceptions of Male and Female City Council Candidates.** Women & Politics, 13:1, 1-17, 1993.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade.** Judith Butler: tradução, Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: Uma política do performativo.** São Paulo: Editora Unesp, 2021.

CARLOTO, Cássia Maria. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais.** Serviço Social em Revista, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.

CEDRO, Marcelo. **Pesquisa social e fontes orais: particularidades da entrevista como procedimento metodológico qualitativo.** Revista Perspectivas Sociais. Pelotas, Ano 1, N. 1, p. 125-135, março/2011.

CHALOUB, J.; PERLATTO, F. **A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política.** *Insight Inteligência*, n. 72, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Sobre a Violência.** Orgs. Ericka Marie Itokazu, Luciana Chauí Berlinck. 1 Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017 (Escritos de Marilena Chauí; v.5)

CRAMPTON, S.M.; MISHRA, J.M. **Women in management.** Public Personnel Management, Alexandria, v.28, n.1, p.97-106, Spring 1999.

DAGNINO, Evelina. **Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa.** *Política e Sociedade*, n.5: outubro de 2004.

DEMIER, F. **O barulho dos inocentes: a revolta dos “homens de bem”.** In: DEMIER, F.; HOEVELER, R. *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil.* Rio de Janeiro: Mauad, 2016. p. 9-21.

DOLAN, Kathlen; LYNCH, Timothy. **It Takes a Survey: Understanding Gender Stereotypes, Abstract Attitudes, and Voting for Women Candidates.** *American Politics Research*, Vol. 42(4) 656-676, 2013.

\_\_\_\_\_, Kathleen. **The Impact of Gender Stereotyped Evaluations on Support for Women Candidates.** *Political Behavior*, 2010.

\_\_\_\_\_, Kathleen. **When Does Gender Matter? Women Candidates and Gender Stereotypes in American Elections.** Oxford: Oxford University Press, 2014.

EAGLY, Alice H.; STEFFEN, Valerie J. **Gender Stereotypes Stem from the Distribution of Women and Men into Social Roles.** *Journal of Personality and Social Psychology*, 1984.

FERNANDES, M. E. **Memória Camponesa.** Anais da 21 Reunião Anual de Psicologia, SPRP, Ribeirão Preto, 1991.a

FINAMORE, Cláudia Maria; CARVALHO, João Eduardo Coin de. **Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso.** *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(2): 347-362, maio-agosto/2006.

GALVÃO, André Luís Machado. **O coronelismo como referência identitária: um estudo sobre as narrativas de Wilson Lins.** III EBE Cult, 2012.

GLICK, Peter; FISKE, Susan T. **The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating Hostile and Benevolent Sexism.** *Journal of Personality and Social Psychology*, 1996.

\_\_\_\_\_. **Ambivalent Sexism Revisited.** *Psychology of Women Quarterly*, 2011.

GOMES, Romeu. **A análise de dados em pesquisa qualitativa.** In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). *Pesquisa Social*. 23.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

GUEDES, Moema de Castro; AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. **A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq\***. Cad. Pagu (45) • July-Sep 2015

FERREIRA, Vitor Sérgio. **Artes e manhas da entrevista compreensiva**. Saude soc. 23 (3) • Jul-Sep 2014

HOLMAN, Mirya R.; MEROLLA, Jennifer L.; ZECHMEISTER, Elizabeth J. Sex, Stereotypes, and Security: **A Study of the Effects of Terrorist Threat on Assessments of Female Leadership**, *Journal of Women Politics & Policy*, 32:3, 173-192, 2011.

HUGHES M. **Intersectionality, quotas, and minority women's political representation worldwide**. *American Political Science Review* 105(3): 604-620, 2011.

JABLONKA, Ivan. **Homens Justos: Do Patriarcado às Novas Masculinidades**. São Paulo: Todavia, 2021.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **O coronelismo, uma política de compromisso**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984

JARMON, Lori J., **Cracking the glass ceiling: A phenomenological study of women administrators in higher education**. Graduate Theses and Dissertations. 13789, 2014.

JOVANOVIC, G. **Toward a social history of qualitative research**. *History of the Human Sciences*, London, v. 24, n. 2, p. 1-27, 2011.

KAUFMAN, Jean-Claude. **A Entrevista Compreensiva: Um Guia para Pesquisa de Campo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

KELLY, L. **Surviving Sexual Violence**. Cambridge: Polity Press. 1988.

KIRKWOOD, Julieta. **Ser política en Chile: las feministas y los partidos políticos**. Santiago: Flacso, 1986.

KOCH, Jeffrey W. **Gender Stereotypes and Citizens' Impressions of House Candidates' Ideological Orientations**. *American Journal of Political Science*. Vol. 46, No. 2 (Apr. 2002), pp. 453-462.

KROOK, ML; RESTREPO Sanín, J. **Gender and political violence in latin America Concepts, debates, and solutions**. *Política e Gobierno*. volume xxIII · number 1 · I semester 2016 · PP. 125-157, 2015.

\_\_\_\_\_ **The Cost of Doing Politics? Analyzing Violence and Harassment against Female Politicians**. Epub ahead of print 2 July. DOI: 10.1017/S1537592719001397, 2019.

LEIRNER, Piero C. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica**. 1.Ed. São Paulo: Alameda, 2020.

LUDKE, M., André, M. E. D. A. (1986). Pesquisa em Educação. Abordagens Qualitativas. São Paulo: E. P. U.

MANNE, Kate. **Down Girl: The Logic of Misogyny**. New York: Oxford University Press, 2018.

MARTINS, Fernanda. **Corporeidades Críticas na (Ins) Urgência deste Instante**. In: BUENO, W. et al (Org.). **Tem saída? Ensaio crítico sobre o Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2017.

MENDES, André Melo. **Metodologia para análise de imagens fixas**. Belo Horizonte: PPGCOM, UFMG, 2019.

MIGUEL, Luís Felipe. **Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 91-102, 2000.

MIRANDA, RJP. **Qual a relação entre o pensamento crítico e a aprendizagem de conteúdos de ciências por via experimental? um estudo no 1º Ciclo**. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10451/5489>>. Acesso em 04 de abril de 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Prefácio. In: WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução de Ivania Pocinho Mota. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

NADIM, Marjan; AUDUM, Fladmoe. **Silencing Women? Gender and Online Harassment**. Social Science Computer Review, Vol. 39(2) 245-258, 2021.

NEVES, Lucília de Almeida. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

OKIN, Susan Moller. **Justice, gender, and the family**. Nova York, Basic Books, 1989.

OLIVEIRA, Kamila Pagel de. **A trajetória da mulher na política brasileira: as conquistas e a persistência de barreiras**. Disponível em: <<http://www.eg.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/publicacoes-2013/6-a-trajetoria-da-mulher-na-politica-brasileiraas-conquistas-e-a-persistencia-de-barreiras/file>> Acesso em: 11 jul. 2016.

OLIVEIRA, Leidiane Souza de. **Patriarcado, conservadorismo contemporâneo e os desafios para as Mulheres no Brasil**. Revista de Políticas Públicas, vol. 22, núm. 2, pp. 845-862, 2018

PATEMAN, Carole. **The Sexual Contract**. Stanford: Stanford University Press, 1988.

PISCOPO, JM. **State capacity, criminal justice, and political rights: rethinking violence against women in politics**. *Política y Gobierno* 23: 471-492, 2016.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976

RALEIGH C, LINKE A, HEGRE H and KARLSEN J. **Introducing ACLED: Armed Conflict Location and Event Data**. *Journal of Peace Research* 47(5): 651-660, 2010.

RIBEIRO, Stephanie. **Feminismo: um longo caminho à frente**. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como Política: A Reinvenção das Direitas no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_, Heleieth. **Rearticulando gênero e classe social**. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) *Uma Questão de gênero*. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

\_\_\_\_\_, Heleieth. **Gênero, Patriarcado Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes; OLIVEIRA, Leidiane. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços**. *Rev. Katál. Florianópolis* v. 13 n. 1 p. 11-19 jan./jun. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/02.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOLNIT, Rebecca. **Os homens explicam tudo para mim**. São Paulo: Cultrix, 2017.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SPENDER, Dale. **Man made language**. London: Routledge and Kegan Paul, 1990.

SSORIN-CHAIKOV, Nikolai. **Hybrid Peace: Ethnographies of War**. *Annual Review of Anthropology*, Vol. 47:251-262, 2018.

TELES, Luciano Everton Costa. **Caudilhismo e clientelismo na América Latina: uma discussão conceitual**. *Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História*. Vol.1, N.2, Jul-Dez, 2015.

TUZZO, Simoni Antoniacci; Claudomilson Fernandes. **O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese**. *Revista Pesquisa Qualitativa*. São Paulo (SP), v. 4, n.5, p. 140-158, ago. 2016.

UNHR, 1992. **Recomendação Geral n. 19**. Disponível em <https://www.ohchr.org/EN/Issues/Women/WRGS/Pages/Gender-based-violence.aspx>. Acesso em 10 de agosto de 2021.

\_\_\_\_\_. 1993. **Declaração da Eliminação da Violência contra as mulheres**. Disponível em <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/ViolenceAgainstWomen.aspx>. Acesso em 10 de agosto de 2021.

VARIKAS, Eleni. **Refundar ou reacomodar a democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos**. *Revista Estudos Feministas*, 4, 1: 65-94, 1996.

VERDADE, Kelly Kotlinski; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **As mulheres e a democracia representativa no Brasil. Uma análise do Sistema Eleitoral Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2013. 157 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

VIEIRA, Henrique. **Fundamentalismo e extremismo não esgotam a experiência do sagrado nas religiões**. In: GALLEGU, Esther Solano (org.). **O ódio como Política: A Reinvenção das Direitas no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

WALBY, Sylvia. **Theorizing patriarchy**. Oxford, Blackwell: 1990.

ZIZEK, Slavoj. **Violência: Seis Reflexões Laterais**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANEXO A - PANFLETOS E IMAGENS UTILIZADAS NA ANÁLISE  
METODOLÓGICA

RECIFE/2020

IMAGEM 1: PANFLETO APÓCRIFO

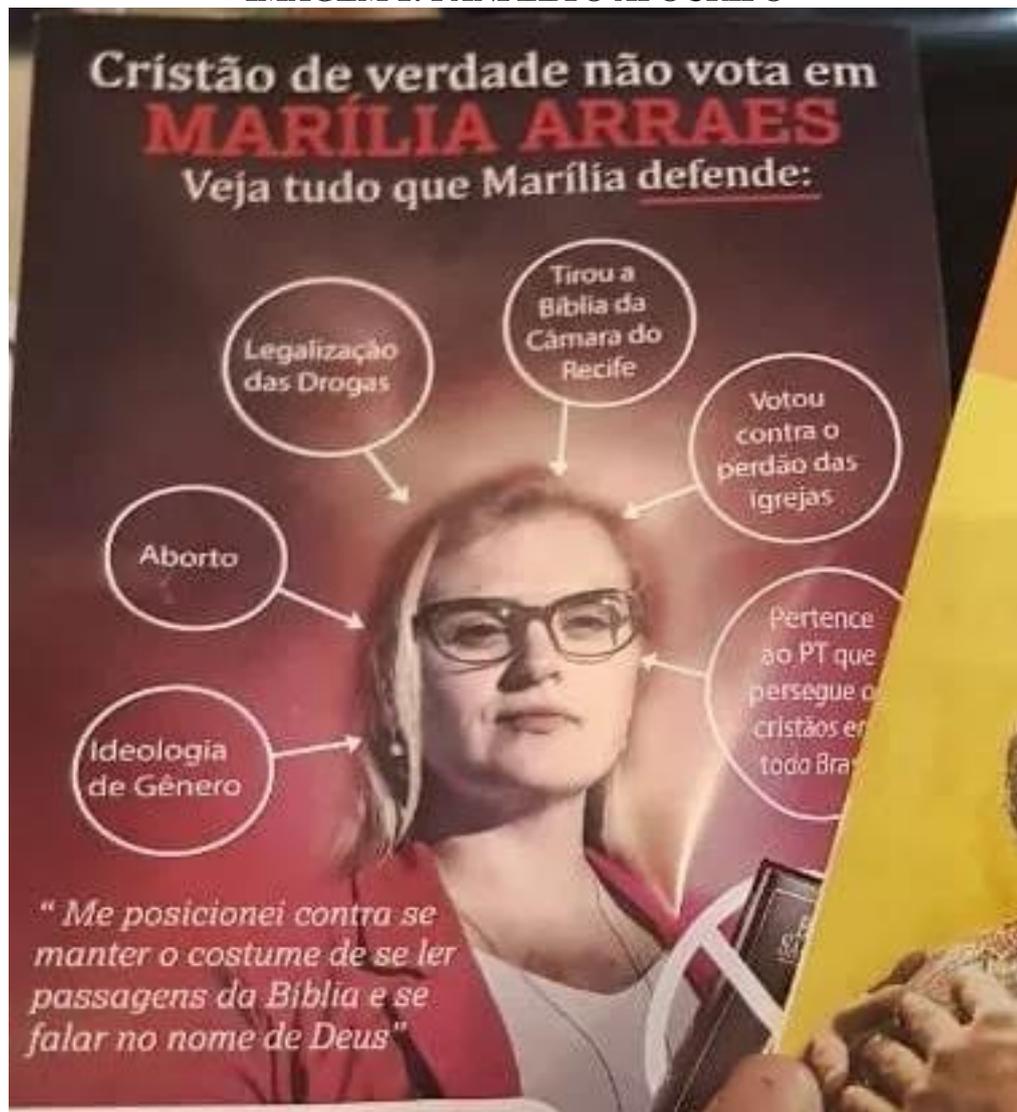


IMAGEM 2: PANFLETOS APÓCRIFOS

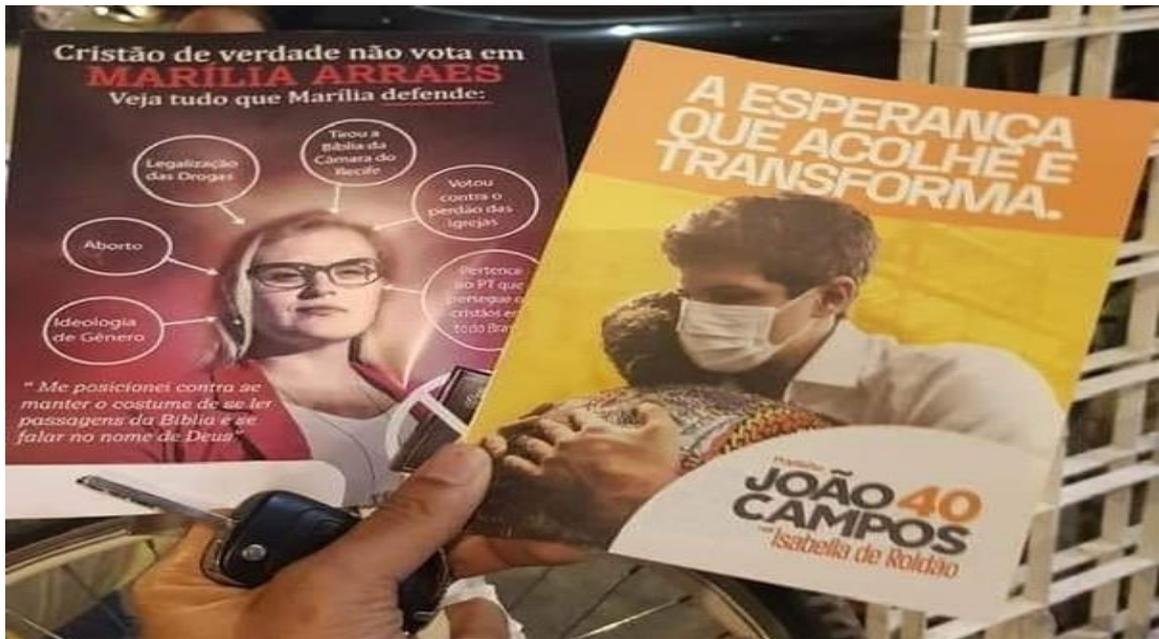


IMAGEM 3: PANFLETO (ANTIPETISMO)

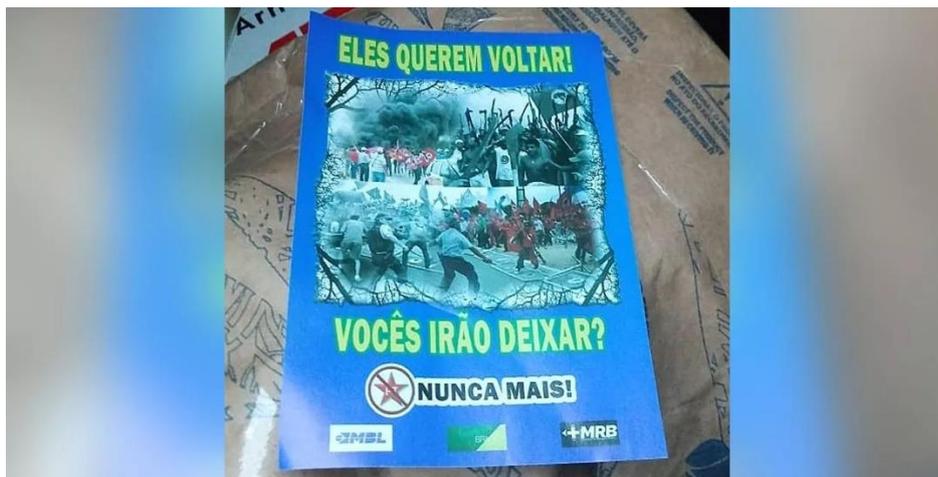


IMAGEM 4: PUBLICAÇÃO NA INTERNET



IMAGEM 5: PICHAÇÕES EM MUROS



IMAGEM 6: POSTAGEM NA INTERNET DESMENTIDA POR VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO



IMAGEM 7: POSTAGEM NA INTERNET



IMAGEM 8: POSTAGEM NA INTERNET

Essa é aquela Manuela D'Ávila, a comunista?

Quase me enganou!

Lembram-se dela comungando na missa com Haddad, o poste?

O que a pessoa não faz para vender uma imagem... 🗣️



IMAGEM 9: POSTAGEM NA INTERNET



**IMAGEM 10: POSTAGEM NA INTERNET DESMENTIDA EM VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO**



**IMAGEM 11: PUBLICAÇÃO NA INTERNET INCLUÍDA NO MONITORAMENTO DO INTERNETLAB**

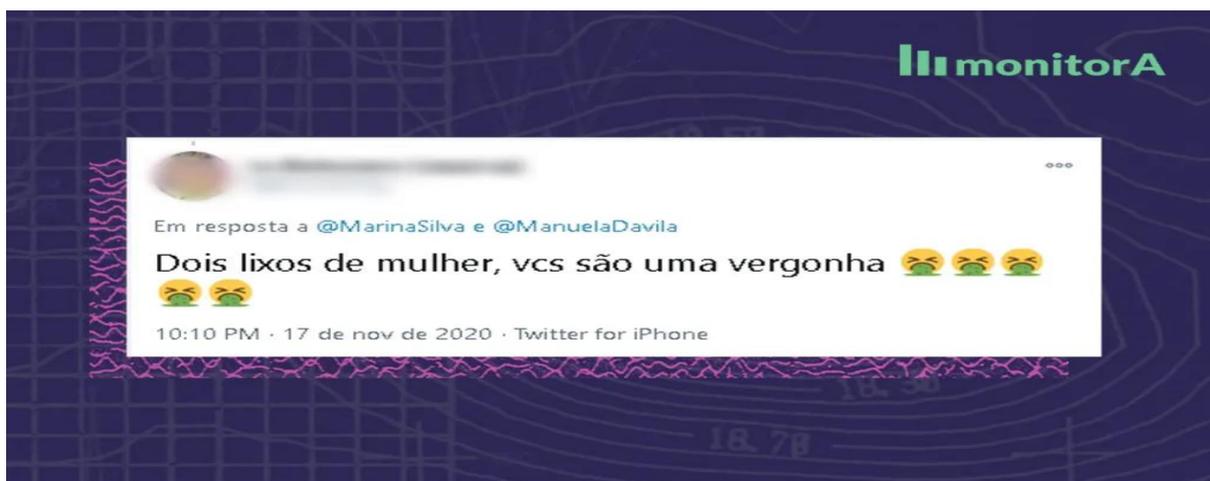


IMAGEM 12: PUBLICAÇÃO NA INTERNET INCLUÍDA NO MONITORAMENTO DO INTERNETLAB

